2º RELATÓRIO NARRATIVO E FINANCEIRO

2020 - 2021

PALOP-TL UE

UNIÃO EUROPEIA

Pro PALOP-TL ISC

PROGRAMA PARA A CONSOLIDAÇÃO DA GOVERNAÇÃO ECONÓMICA E SISTEMAS DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NOS PALOP-TL | FASE II

PNUD

O Pro PALOP-TL ISC (FASE II) é co-financiado pela União Europeia

CONTEÚDO

SIGLAS E ACRÓNIMOS 4

RESUMO DA DESCRIÇÃO DA AÇÃO 6

Resumo do Programa 8

SUMÁRIO EXECUTIVO 10

SEÇÃO I ENQUADRAMENTO **12**

Contexto 12

A estratégia e lógica de intervenção 17

Matriz dos resultados, indicadores & metas - progresso 23

SEÇÃO II IMPLEMENTAÇÃO **29**

Atividades Realizadas 29

Output 1: A transparência fiscal e orçamental melhorada 36

Output 2: O controlo externo/auditoria pelas ISC aos SGFP reforçados 47

Output 3: A fiscalização parlamentar e monitoria social aos SGFP reforçadas 55

Recursos: Pós-Graduações académicas, eLearnings e Publicações 66

Modalidade de implementação – componente de gestão do projeto 72

Resposta ao impacto socioeconómico da pandemia COVID19 78

Gestão de riscos e pistas sobre a sustentabilidade 80

Questões transversais 84

SEÇÃO III EXECUÇÃO ORÇAMENTAL **87**

CONCLUSÕES & LIÇÕES APRENDIDAS PRELIMINARES **91**

Anexo 1: Quadro Lógico revisto 94

Anexo 2: Matriz de Seguimento dos resultados, indicadores e metas 102

Anexo 3: Relatório narrativo do Plano de Visibilidade e Comunicação 104

Anexo 4: Quadro detalhado das despesas. 154

Anexo 5: Relatório da avaliação intercalar (Draft) 186

Anexo 6: Descritivo das atividades realizadas - março a outubro 2021 188

Anexo 7: Descritivo das Actividades Realizadas no contexto do Plano Pro PALOP-TL ISC de Mitigação do Impacto Socioeconómico da Pandemia COVID19 nos PALOP-TL. 226

Anexo 8: Declaração ISCTE-IUL – Mestrado Administração e Finanças Públicas 248

Anexo 9: Estatísticas das Pós-Graduações e Trabalhos Académicos 250

Anexo 10: Recomendação dos Presidentes dos Tribunais de Contas da CPLP . 257

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AFROSAI-E: Organização Africana de Instituições Superiores de Controlo de Língua Inglesa

AFROSAI: Organização Africana de Instituições Superiores de Controlo

AP|CPLP: Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

AQFA: Acordo-Quadro Financeiro e Administrativo

BM: Banco Mundial

CABRI: Iniciativa Colaborativa para a Reforma Orçamental em África

CE: Comissão Europeia

CEJ: Centro de Estudos Judiciários

CG: Condições Gerais

CdP: Comunidade de Práticas (Community of Practice)

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CREFIAF: Conselho Regional de Formação das Instituições Superiores de Controlo de Finanças Públicas da África Francófona Subsaariana

DAC: Comité de Apoio ao Desenvolvimento (Development Assistance Committee)

DIM: Modalidade de Implementação Direta

DSA: Subsídio Diário

EU-PAANE II: Programa de Apoio aos Atores Não Estatais II

FED: Fundo Europeu de Desenvolvimento

FGV: Fundação Getúlio Vargas

GFP: Gestão das Finanças Públicas

GIZ: Associação Alemã para a Cooperação Internacional

GP: Gestor de Projeto

OSG: Orçamento Sensível ao Género (Gender Responsive Budget)

IBP: Parceria Internacional do Orçamento

IGEF: Instituto de Formação em Gestão e Economia Financeira

IIAG: Índice Ibrahim de Governação em África (Ibrahim Index of African Governance)

IMS: Information Management System

INTOSAI-IDI: Iniciativa de Desenvolvimento da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo

INTOSAI: Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo

IPSAS: Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público

IPU: União Interparlamentar

ISA: Normas Internacionais de Auditoria

ISC: Instituição Superior de Controlo

ISSAI: Normas Internacionais das Instituições Superiores de Controlo

MF: Ministério das Finanças

MIP: Programa Indicativo Plurianual (Multiannual Indicative Programme)

OBS: Inquérito sobre o Orçamento Aberto

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OE: Objetivo Específico

OG: Objetivo Geral

OGP: Parceria para o Governo Aberto (Open Government Partnership)

OISC: Organização das Instituições Superiores de Controlo

OISC|CPLP: Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

ON FED: Ordenador Nacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento

ONU: Organização das Nações Unidas

OSC: Organização da Sociedade Civil

PAG: Planos de Ação de Género

PAGODA: Acordo de Delegação (Pillar Assessed Grant or Delegation Agreement)

PAIGEF: Apoio para a criação do Instituto de Formação em Gestão Económica e Financeira em Língua Portuguesa

PALOP-TL ISC: Projeto de Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo, Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o Controlo das Finanças Públicas nos PALOP e Timor-Leste

PALOP-TL PACE: Projeto de Apoio aos Ciclos Eleitorais nos PALOP e em Timor-Leste

PALOP-TL: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PASAI: Associação das Instituições Superiores de Controlo do Pacífico

PEFA: Metodologia de Despesa Pública e Responsabilidade Financeira (Public Expenditure and Financial Accountability)

PESC: Política Externa e de Segurança Comum

PIB: Produto Interno Bruto

PIN: Programa Indicativo Nacional

PIR: Programa Indicativo Regional

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PTA: Plano de Trabalho Anual

RBA: Abordagem Baseada em Direitos (Rights Based Approach)

ROM: Missão de Seguimento de Resultados (Results Oriented Monitoring)

SADC: Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Southern Africa Development Community)

SAI-PMF: Quadro de Avaliação de Desempenho das Instituições Superiores de Controlo (Superior Audit Institutions Performance Measurement Framework)

SGFP: Sistema de Gestão das Finanças Públicas

SIDS: Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Smal Island Developping States)

SOP: Guiões Operacionais (Standard Operating Procedures)

SStC: Cooperação Sul-Sul e Triangular (South-South and Triangular Cooperation)

TAIEX: Gabinete de Intercâmbio de Informações em Matéria de Assistência Técnica (Technical Assistance Information Exchange Office)

TdR: Termos de Referência

TIC: Tecnologias da Informação e Comunicação

TL: Timor-Leste

ToC: Teoria da Mudança

TOKTEN: Transferência de Conhecimento Através de Nacionais Expatriados/as (Transfer of Knowledge Through Expatriate Nationals)

UE: União Europeia

UGP: Unidade de Gestão de Projeto

UNECA: Comissão Económica das Nações Unidas para África

UNOSCC: Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul

UNSMS: Sistema de Gestão de Segurança das Nações Unidas

UNV: Programa de Voluntariado das Nações Unidas

RESUMO DA DESCRIÇÃO DA AÇÃO

1. Título / ato de base / número CRIS	**Programa para a Consolidação da Governação Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas nos PALOP-TL (Pro PALOP-TL ISC Fase II)** Número CRIS: FED / 2016 / 039-765 Financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)
2. Área que beneficia da ação / localização	**PALOP-TL (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste)** A ação será principalmente levada a cabo no seguinte local: Países PALOP-TL (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste); os seis países de Língua Oficial Portuguesa do Grupo dos Estados de Africa, Caraíbas e Pacífico (ACP).
3. Documento de programação	Programa Indicativo Plurianual (PIP) 2014-2020 para os países PALOP-TL
4. Sector de concentração / área temática	Área de prioridade 2: Desenvolvimento de Capacidades para a Governação DEV.AID: YES[1]
5. Montantes	Custo total estimado: 9,261,216 USD Montante total da contribuição do 11.º FED: 9,154,460 USD (8.050.000 EUR) Esta ação é co-financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) num montante de 106.555.64 USD
6. Modalidade(s) da ajuda e modalidade (s) de implementação	**Modalidade de Projeto** Gestão indireta a cargo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
7. a) Código (s) Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC)	**Código DAC Principal - 151 (governo e sociedade civil, geral)** 15111 (Gestão das Finanças Públicas) 15170 (Instituições e organizações para a igualdade das Mulheres)
b) Canal principal de entrega	PNUD 41114

1 A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento é administrada com a promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar dos países em desenvolvimento como seu principal objetivo.

8. Marcadores (do formulário CRIS DAC)

Objetivo estratégico geral	Não visado	Objetivo significativo	Objetivo principal
Desenvolvimento de participação / boa governação	X	☐	☐
Ajuda ao meio ambiente	X	☐	☐
Igualdade de género (incluindo mulheres em desenvolvimento)	X	☐	☐
Desenvolvimento Comercial	X	☐	☐
Saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil	X	☐	☐

Marcadores da Convenção do RIO	Não visado	Objetivo significativo	Objetivo principal
Diversidade biológica	X	☐	☐
Combate à desertificação	X	☐	☐
Mitigação das alterações climáticas	X	☐	☐
Adaptação às alterações climáticas	X	☐	☐

9. Bens públicos e desafios mundiais - Temáticas principais	O programa contribui para o desenvolvimento humano, especificamente para: educação, conhecimento e competências; género, empoderamento das mulheres, proteção dos direitos das mulheres e raparigas; juventude; competências e inclusão social. Estabelece também ligações às temáticas principais 6 e 10, 'Iniciativa de Transparência de Recursos da EU' e 'Iniciativa de Mobilização de Receitas Nacionais para o crescimento e desenvolvimento', respetivamente.[2]

2 EU Resource Transparency Initiative (EURTI) and the Domestic Revenue Mobilisation (DRM) initiative for growth and development @ https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/com_collectmore-spendbetter_20150713_en.pdf

10. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)[3]

Objetivo principal dos ODS:

Objetivo 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos/as e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Objetivo secundário dos ODS:

Objetivo 5: Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.

Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

RESUMO DO PROGRAMA

O Programa para a **Consolidação da Governação Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas (SGFP) nos PALOP-TL (Pro PALOP-TL ISC - Fase II)** abrange a segunda área prioritária do Programa Indicativo Plurianual (MIP) PALOP-TL do 11º FED, 'Desenvolvimento da Capacidade de Governação'. O projeto pretende **melhorar a governação económica** nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (**PALOP**) e Timor-Leste (**TL**), com o objetivo específico de melhorar o desempenho dos países PALOP-TL na prestação de contas, eficácia e transparência das finanças públicas. Devido ao legado histórico e cultural comum dos seis PALOP-TL, mas sobretudo à partilha de culturas institucionais na administração pública e à existência de quadros legais muito familiares, o apoio da União Europeia (UE) e do PNUD à Cooperação Sul-Sul e Triangular (SStC) [4] entre estes países tem possibilitado chegar a parceiros institucionais não convencionais na cooperação para o desenvolvimento, como o Tribunal de Contas da União (Brasil) e o Tribunal de Contas ou ainda a Unidade Técnica de Análise Orçamental do Parlamento de Portugal, contribuindo de forma crítica para importantes avanços no domínio da governação económica e a consolidação dos sistemas de gestão das finanças públicas.

O projeto visa expandir e consolidar as iniciativas e sucessos da SStC testadas na primeira fase do Pro PALOP-TL ISC[5], apoiando a capacitação, prestando assistência técnica e desenvolvendo ainda mais o diálogo regional no domínio acima referido. Neste âmbito, a proposta consiste em centrar a intervenção para a consolidação da Gestão de Finanças Públicas (GFP) em três domínios, perspetivando a prossecução dos resultados esperados em campos onde a cooperação entre os PALOP-TL|UE já está em curso e tem vindo a ter impactos positivos, gerando um valor acrescentado regional: 1) Melhoria das capacidades do poder executivo para garantir a transparência fiscal e orçamental nos PALOP-TL; 2) Reforço das capacidades das Instituições Superiores de Controlo e de outras instituições de controlo externas para garantir a auditoria/controlo externo dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas (SGFP) nos PALOP-TL; 3)Reforço das capacidades dos Parlamentos e das Organizações da Sociedade Civil (OSC) para assegurar de forma efetiva a fiscalização parlamentar e a monitoria social dos SGFP nos PALOP-TL.

O projeto desenvolve um instrumento para apoiar e intermediar iniciativas de capacitação, SStC, intercâmbios de experiências e aprendizagem pelos pares, com a expectativa de promover dinâmicas transformacionais baseadas em instituições, processos e recursos humanos.

Os beneficiários do projeto foram identificados através dos programas do 10º FED - Programa Indicativo Regional (PIR) e Programa Indicativo Nacional (PIN) PALOP-TL - respetivos, a par com um processo de mapeamento, análise e diagnóstico detalhado realizado ao longo da implementação do Pro PALOP-TL ISC, entre 2014 e 2017[6], complementado por um processo de mapeamento ad hoc de consulta nos 6 países em 2016-2017 realizado no contexto do 11º FED.

Atendendo à sua experiência bem-sucedida na implementação do Pro PALOP-TL ISC, bem como no desenvolvimento/disponibilização de ferramentas e processos de capacitação institucional, foi renovada a parceria com o PNUD na modalidade de gestão indireta para a implementação do projeto.

Devido ao despoletar da pandemia COVID19 em março de 2020 e seu impacto em todo o mundo, o projeto foi revisto para incorporar as medidas de mitigação do referido impacto nos países beneficiários e, em julho de 2021 foi assinada uma emenda ao Acordo de Delegação entre o PNUD e a União Europeia.

A emenda visou estender o período de implementação por 12 meses e aumentar a contribuição da União Europeia em 300,000.00 Euros para promover iniciativas de diálogo de políticas públicas focadas nas respostas dos sistemas de gestão das Finanças Públicas ao impacto socioeconómico da pandemia nos PALOP-TL.

3 https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/.

4 A definição operacional da Organização das Nações Unidas (ONU) para a cooperação triangular é a de "parcerias orientadas pelo Sul entre dois ou mais países em desenvolvimento, apoiados por um país desenvolvido ou organizações multilaterais".

5 http://old.agora-parl.org/pt/pro-palop-tl-sai/.

6 Informações sobre todas as ações realizadas no âmbito do Pro PALOP-TL ISC podem ser encontradas no site (https://agora-parl.org/pt/pro-palop-tl-sai/angola) Portal AGORA (https://www.agora-parl.org/palop), Canal do YouTube (https://www.youtube.com/channel/UCqQShed9k1_1tQqqduF_tcg) e página do Facebook (https://www.facebook.com/propalop.tl).

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Acordo de Delegação que financia o Pro PALOP-TL ISC – Fase 2 foi assinado em novembro de 2018. Em 2019, ao longo da fase de arranque do projeto, inicialmente prevista para 5 meses (janeiro-maio de 2019) mas que acabou se estendendo até novembro, foram formulados os Planos Anuais de Trabalho em todos os países beneficiários. Os PTAs foram elaborados de forma participada e inclusiva, tendo permitido identificar as necessidades especificas de cada instituição a nível nacional no quadro mais abrangente da lógica de intervenção do programa. Essa prática foi considerada como uma boa prática pelos diferentes exercícios de monitoria e avaliação do projeto.

Dada a necessidade de agendar as missões de formulação dos PTAs com os diferentes atores e parceiros, não foi possível realizar as missões à Guiné-Bissau e a Timor-Leste antes do último trimestre de 2019 – por razões que fugiram ao controlo do projeto e que advinham da conjuntura desses países. Adicionalmente, devido à realização de eleições legislativas em outubro desse ano, a Guiné-Bissau e Moçambique acabaram por ter PTAs para 2019 com ações residuais, enquanto Timor-Leste apenas arrancou com o PTA a partir de 2020.

Nesse contexto, o orçamento do ano 1 foi implementado em 2019 e o relatório interino narrativo e financeiro foi submetido em fevereiro de 2020 com 71% execução e solicitação do segundo pré-financiamento. Entretanto, a 11 de março de 2020, o surto da SARS-CoV-2 (COVID-19) foi declarada uma Pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A pandemia despoletou uma crise global humanitária, sanitária, económica, financeira e social sem precedentes com impacto também nas atividades do programa nos países beneficiários, onde foram declarados Estados de Emergência e/ou de Calamidade com fortes medidas de restrição de viagens e de distanciamento social.

Por essa razão, entre março e maio de 2020, em resposta ao impacto da pandemia e em alinhamento com as diretrizes enviadas pela liderança do PNUD a nível global, a Unidade de Gestão do Programa (UGP) acordou com a Delegação da União Europeia em Moçambique a realocação de US$1,000,000.00 para financiar uma resposta holística que visasse mitigar os efeitos e impacto da pandemia COVID19 – um plano de resposta abrangendo os 6 países beneficiários do Pro PALOP-TL ISC. Foi aprovado e iniciou-se um processo de consultas aos beneficiários nos 6 países, que decorreu entre maio e junho desse ano, com vista à elaboração de planos nacionais detalhados devidamente consensualizados e aprovados por todas as partes interessadas.

O plano foi baseado em iniciativas que visaram mitigar o impacto socioeconómico da pandemia nos SGFP dos 6 países. A concepção do plano garantiu que a lógica de intervenção do Pro PALOP-TL ISC, o quadro lógico (impacto, objetivos gerais e resultados esperados) e o orçamento não fossem emendados, portanto, evitando alterações formais e contratuais ao Acordo de Delegação com a UE que derivassem do contexto da pandemia.

Entre junho de 2019 e maio/junho de 2021, foram sendo implementadas as ações do plano de mitigação e, quando e onde possível, as ações do PTA Ano 2 - financiadas com os fundos da segunda tranche. Na sequência do presente relatório, será submetido um pedido de pagamento do terceiro e último pré-financiamento que financiará as atividades do 4º e último ano de implementação que termina a 28 de novembro de 2022. A UGP já iniciou as consultas aos parceiros e beneficiários do programa para a formulação dos PTAs de 2022, mas ainda não estão acordadas as ações e respetivas alocuções orçamentais.

As conclusões preliminares, considerando que ainda faltam 11 meses para o fecho operacional, sugerem que o Programa é altamente relevante no contexto dos PALOP-TL e tem gerado dinâmicas e recursos que asseguram a apropriação nacional e a sustentabilidade das realizações junto das instituições beneficiárias. Particularmente os indicadores OBI e WGI coletados sugerem a necessidade estrutural de intervenção na governança económica. O Programa está alinhado com as estratégias setoriais e nacionais dos países PALOP-TL, o Plano Estratégico do PNUD, bem como os ODS. O alinhamento é perceptível tanto nas estratégias e planos nacionais antigos como nos recém-elaborados, o que indica que o Programa está a dar resposta às necessidades estruturais dos países beneficiários.

No total, os custos do Programa são estimados em 9.261.016 USD. Este montante é financiado pela UE e pelo PNUD. A contribuição financeira da UE divide-se em duas vertentes: 1) Contribuição da UE para as atividades: 8.555.835,65 USD, e 2) 7 % dos custos indiretos elegíveis, calculados sobre a execução da contribuição da UE: 598.624,35. Esta segunda vertente não está diretamente ligada às atividades implementadas pelo Programa. Diretamente vinculado à implementação do Programa, o orçamento total do Programa é de 8.662.391,28 USD (8.555.935,65 USD fornecido pela UE e 106.555,64 USD fornecido pelo PNUD). À data de submissão do presente relatório, já haviam sido desembolsados dois dos três pré-financiamentos previstos por um montante total de 6,255,608.00 USD, ou seja, 68.33% da contribuição total da UE e 67.56% do orçamento total do Programa. Dos desembolsos recebidos, o Programa já executou 4,688,187.89 USD, o que corresponde a 50.41% do orçamento total, ou 74.63% dos dois desembolsos da EU.

SEÇÃO I
ENQUADRAMENTO

CONTEXTO

2020 foi um ano como nenhum outro na história mundial recente, devido ao eclodir da pandemia mundial COVID19, em março daquele ano, causada pelo vírus SARS-CoV-2. Considerando o atual período de reporte (março de 2020 / outubro de 2021), o desempenho e as realizações do Pro PALOP-TL SAI devem ser colocados nesse contexto. Apesar dos desafios decorrentes da eclosão da pandemia, as metas estabelecidas foram alcançadas e o executivo do projeto se destacou na busca permanente de soluções inovadoras e flexíveis para assegurar que assim fosse.

A equipa de gestão do Pro PALOP-TL ISC forneceu aconselhamento especializado que contribuiu de forma crítica para o posicionamento desta iniciativa de cooperação sul-sul / triangular (SStC), financiada pela UE e implementada pelo PNUD, a nível regional no domínio da Governação Económica e da Gestão de Finanças Públicas.

A elevada qualidade do trabalho desenvolvido pela equipa do Pro PALOP-TL SAI em 5 países localizados na Região de África (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e 1 país localizado na Região do Pacífico (Timor-Leste), conhecidos como os países PALOP-TL, colocou a equipa de gestão e o executivo entre os mais relevantes fornecedores de competências e assistência técnica na área da GFP a nível regional.

Abordagens inovadoras, coordenadas e facilitadas pela Unidade de Gestão do Projeto (UGP), usaram de forma eficiente e inovadora a cooperação sul-sul e triangular a nível institucional, como complemento às formas mais tradicionais de cooperação bilateral e multilateral, para entregar produtos e promover mudanças/transformações no campo da GFP, entre outros. Uma reputação sólida dos peritos da UGP e acesso a expertise de alta qualidade a nível global, mas também uma forte capacidade de mobilização e de garantir a participação e aceitação das lideranças e funcionários / funcionários seniores dos SGFP em 8 países (PALOP-TL, Brasil e Portugal) reforçaram a reputação desta iniciativa entre os doadores tradicionais e instituições multilaterais e financeiras internacionais que apoiam a GFP e a governação económica no mundo todo.

As principais instituições estatais e não estatais dos SGFP nos países acima referidos, mas também parceiros de desenvolvimento e profissionais da GFP em todo o mundo, reconhecem cada vez mais as intervenções do Pro PALOP-TL ISC que promovem a transparência orçamental e abertura governamental, auditoria / controlo externo pelas ISC, fiscalização do orçamento pelo legislativo e monitoria social dos gastos e políticas públicas.

A equipa do Pro PALOP-TL ISC projetou e liderou iniciativas que resultaram em aconselhamento de alta qualidade em políticas públicas (policy) no domínio das Finanças Públicas; no desenvolvimento de capacidades e assistência técnica às instituições dos SGFP em todos os 6 PALOP-TL, nomeadamente em questões relacionadas à governança económica (transparência orçamental e abertura do ciclo orçamental à participação do público/cidadãos, controlo e auditoria externos das contas públicas, fiscalização legislativa da execução do Orçamento Geral do Estado e abertura parlamentar, monitoria e seguimento social das contas e políticas públicas, entre outros).

Consequentemente, a DG DEVCO[7] da Comissão Europeia (reorganizada desde 3 de janeiro de 2021 como DG INTPA[8]) fez parceria com a iniciativa piloto facilitada pelo Pro PALOP-TL ISC para promover o diálogo de políticas públicas entre os atores estatais dos SGFP e a EU nos PALOP-TL em domínios das Finanças Públicas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No mesmo sentido, o Departamento de Assuntos Fiscais do FMI organizou um workshop regional e convidou a equipa do Pro PALOP-TL ISC para fazer uma apresentação sobre o seu trabalho no domínio da orçamentação sensível ao género (OSG) que vem sendo

7 https://www.preventionweb.net/organizations/9666/view.

8 https://www.eumonitor.eu/9353000/1/j9vvik7m1c3gyxp/vimjj87bjxnr.

realizado nos PALOP-TL e, subsequentemente, promoveu discussões bilaterais focadas na metodologia para planificação e OSG usada pelo projeto e seus parceiros nos PALOP-TL – nomeadamente, os casos de Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Além disso, a "Nota de Orientação sobre processos e instituições inclusivos - Prestação de Contas e COVID19" do PNUD (2020) selecionou algumas iniciativas do Pro PALOP-TL ISC dentre as suas boas práticas. O Pro PALOP-TL ISC continua a ser identificado entre as melhores práticas a nível mundial de cooperação sul-sul e triangular destacadas pela UNOSSC no Portal Galaxy.

A gestão quotidiana do Pro PALOP-TL ISC foi assegurada de forma eficiente e permitiu fornecer uma resposta de gestão oportuna à disrupção global causada pela pandemia COVD19 e seu impacto socioeconómico no mundo e em todos os 6 países beneficiários.

A equipa de gestão e executivo do Pro PALOP-TL ISC conseguiu assegurar com sucesso a gestão deste Programa multi-países de Cooperação Sul-Sul e Triangular, financiado pela EU, com o objetivo de consolidar a Governação Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas nos PALOP-TL (envolvendo também atores estatais de GFP do Brasil e Portugal).

As realizações do Pro PALOP-TL ISC no período reportado, com foco em 2020, foram o resultado do trabalho de uma equipa de gestão dedicada, pequena e altamente qualificada, sediada nos Escritórios de País do PNUD em Cabo Verde e Moçambique. Essa gestão quotidiana conta com o apoio e seguimento local dos Escritórios do PNUD, sempre que necessário. Esta equipa coordenou o trabalho no terreno com gestores seniores, staff dos programa e operações dos Escritórios do PNUD, garantindo a entrega bem-sucedida e significativa de ações e produtos do Pro PALOP-TL ISC simultaneamente nos 6 países beneficiários. A equipa também coordena de perto as iniciativas do projeto com o staff das delegações da UE e dos serviços de apoio aos ordenadores nacionais nos referidos países. Apesar de todos os desafios, custos humanos e de desenvolvimento impostos pela pandemia em 2020, a equipa de gestão e o executivo do Pro PALOP-TL ISC se destacou e teve um desempenho excepcional em um ano excepcionalmente desafiador...

Em janeiro de 2020, a equipa de gestão lançou com sucesso a implementação do segundo Plano de Trabalho Anual do programa (para o período inicialmente previsto de 3 anos de implementação), elaborados, acordados e aprovados pelos beneficiários. Entretanto, em fevereiro de 2020, a OMS declarou o surto de COVID19 como uma pandemia mundial e, como consequência, todos os países PALOP-TL adotaram medidas de distanciamento social e restrições de viagens, internacionais e nacionais, como parte de medidas nacionais para mitigar o impacto da pandemia. De março a abril de 2020, todos os 6 países beneficiários decretaram "Estados de Emergência" e/ou de calamidade, em face das devastadoras consequências humanitárias, de saúde e socioeconómicas da pandemia. Este evento poderia ter sido disruptor para a execução do programa que estava a usar eventos de aprendizagem entre-pares e Comunidades de Prática (CdP) presenciais para trocar boas práticas e ferramentas essenciais para realizar as atividades, influenciar a tomada de decisões e permitir mudanças e transformação a nível institucional e nos ecossistemas de gestão das Finanças Públicas nos PALOP-TL.

Nesse contexto, à luz das obrigações contratuais que incumbem ao executivo do programa, o Pro PALOP-TL ISC, à semelhança de intervenções do mesmo tipo, foi confrontado com a necessidade urgente e crítica de uma tomada de decisão sobre a gestão do programa: *como desenvolver um plano de mitigação para fazer face ao impacto da pandemia nos países beneficiários, sem alterar a lógica de intervenção do programa, os resultados esperados e os resultados?*

O desafio foi enfrentado e superado em todos os 6 países beneficiários ...

Neste contexto, o Pro PALOP-TL ISC liderou um trabalho inovador com organizações da sociedade civil (OSC) nos 6 países beneficiários, desenvolvendo e implementando em conjunto um projeto de 24 meses para a concepção e implementação da primeira plataforma digital a ser gerida pela sociedade civil para simplificação e análise de orçamentos e despesas públicas9 de 6 países em simultâneo – os PALOP-TL. Este trabalho levou à concepção do único índice de transparência orçamental10 existente que consegue cobrir todos os 6 países PALOP-TL em uma mesma série temporal (anual).

Simultaneamente, este plano permitiu ainda realizar iniciativas de capacitação em parceria com instituições académicas de excelência que envolveram ministérios das finanças, das instituições supremas de auditoria (e outros órgãos independentes de fiscalização e controle externo), dos parlamentos (incluindo parlamentares) e OSCs nos 6 países mencionados acima. Essas ações decorreram em ambiente de TIC, online, e beneficiaram mais de 8 mil profissionais, quadros superiores e dirigentes de 8 países diferentes (6 países PALOP-TL, Brasil e Portugal).

O Pro PALOP-TL ISC forneceu aconselhamento especializado que contribuiu de forma crítica para a construção de parcerias com foco nas respostas ao impacto socioeconómico da pandemia COVID19.

O programa foi muito bem-sucedido na realocação de US$1,000,000.00 por forma a contribuir para os esforços corporativos globais da ONU e da UE que visaram mitigar o impacto da pandemia COVID19. Esta foi uma mudança desafiadora na gestão do programa que exigiu soluções inovadoras.

O Pro PALOP-TL ISC construiu e coordenou parcerias bastante eficazes envolvendo instituições académicas (ISCTE-IUL|IPPS), instituições supremas de auditoria (Tribunal de Contas da união – Brasil, Tribunal de Contas de Portugal, OISC-CPLP, AFROSAI-E) e parceiros

9 https://www.paloptl-ebudgets.org/cabo-verde/.

10 https://www.paloptl-ebudgets.org/.

de desenvolvimento / instituições financeiras internacionais (FMI / FAD, Programa GIZ África) e outros atores institucionais internacionais especializados (Open Budget Partnership, Open Government Partnership). Estas parcerias foram fundamentais na apresentação de mecanismos de partilha de conhecimento (formais e informais) e, simultaneamente, para garantir a mobilização de Recursos Humanos internacionais e nacionais de alto nível e qualificados em benefício dos atores estatais e não-estatais dos sistemas de gestão das Finanças Públicas nos 6 PALOP-TL.

Assim, os acordos de parceria firmados com o ISCTE-IUL | IPPS[11] e com a Instituição Suprema de Auditoria de Portugal foram e continuam a ser instrumentais para posicionar o Pro PALOP-TL ISC na vanguarda das iniciativas muito inovadoras e impactantes que conseguem, de forma eficaz, construir pontes entre estudos e pesquisa académicos e prática profissional na área da Gestão das Finanças Públicas e governança económica. A escala destas parcerias e o nível de envolvimento dos países beneficiários, nomeadamente da sua liderança política e da administração do Estado, decisores políticos e fazedores de políticas públicas, não tem par na região.

O programa concebeu e fomentou iniciativas não formais, mas operacionais, de coordenação de doadores e parcerias com a OISC | CPLP (envolvendo os tribunais de contas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique[12], São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste[13]), com AFROSAI-E (Associação das Instituições Supremas de Auditoria da África Oriental), GIZ (Programa da Cooperação Alemã para África), FMI / FAD (Fiscal Affairs Department – Fundo Monetário Internacional), Open Budget Partnership e Open Government Partnership. Essas iniciativas, não obstante, serem informais e de carácter mais operacional, têm sido fundamentais para permitir a realização de iniciativas de alta qualidade para desenvolvimento de capacidades dos atores estatais e não-estatais dos sistemas de gestão das finanças públicas nos PALOP-TL (envolvendo ainda o Brasil e Portugal como parceiros).

O Pro PALOP-TL ISC foi muito eficiente no uso e promoção da Cooperação Sul-Sul e Triangular para desenvolver capacidades e trocar boas práticas no domínio da Gestão das Finanças Públicas no contexto dos PALOP-TL.

Apesar do impacto da pandemia na capacidade de reunir pessoas em interações e intercâmbios presenciais a nível nacional, mas também de viajar internacionalmente, o Pro PALOP-TL ISC foi capaz de reinventar rapidamente o formato e a abordagem da sua lógica de intervenção. Ao reorganizar a forma de realizar as suas Comunidades de Prática (CdP) e eventos de aprendizagem, por meio do uso eficiente de plataformas online e meios digitais, foi possível continuar a usar as CdP e a Cooperação Sul-sul e Triangular como um meio privilegiado de realização de atividades e entregar produtos, desenvolver capacidades e "fazer efetivamente as coisas".

Depois de fevereiro de 2020, devido à pandemia, a equipa de gestão teve que "reinventar" a abordagem e os métodos para continuar a promover a cooperação sul-sul e triangular entre as instituições beneficiárias e parceiras nos PALOP-TL (mais Brasil e Portugal). Portanto, o programa concebeu e implementou de forma eficaz e eficiente um pacote abrangente de cursos e webinars online, CdPs e eLearnings que foram e continuam a ser fundamentais na promoção eficiente dos objetivos centrais do Pro PALOP-TL ISC, mantendo uma lógica de intervenção que privilegia a Cooperação Sul-Sul e Triangular[14]. Devido a essas conquistas, o Pro PALOP-TL ISC continuou a ser selecionado entre as melhores práticas destacadas no Portal Galaxy do Escritório das Nações unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)[15].

A ESTRATÉGIA E LÓGICA DE INTERVENÇÃO

Em julho de 2021, o Acordo de Delegação entre a EU e o PNUD foi emendado para atualizar a análise de contexto da teoria de mudança (ToC), por forma a responder ao impacto socioeconómico da pandemia COVID19 nos PALOP-TL em geral e, mais especificamente, na governação económica e nos atores estatais e não estatais dos sistemas de gestão das finanças públicas nesses países.

A crise de saúde pública e humanitária, bem como o impacto socioeconómico, despoletados pela pandemia COVID19 a nível mundial, exigiram e ainda exigem mudanças significativas nos programas e orçamentos governamentais, bem como no *modus operandi* das várias instituições nacionais que formam o ecossistema da Gestão das Finanças Públicas. O combate à pandemia global gerou medidas excepcionais de confinamento social e encerramento de atividades económicas, desencadeando uma crise social, económica e de tesouraria na generalidade dos países. Portanto, é fundamental não desinvestir no apoio técnico e financeiro aos ecossistemas da Gestão das Finanças Públicas.

Como administrar recursos escassos mantendo as funções primordiais do Estado e a implementação de políticas públicas?

Como os vários atores estatais e não-estatais devem exercer seu papel no ecossistema de gestão das finanças públicas, num mundo VICA (volátil-incerto-complexo-ambíguo) e no "novo normal" que emergem da pandemia?

O impacto da pandemia nos sistemas de governação, em particular na governança económica

11 Universidade pública em Portugal especializada em Gestão das Finanças Públicas e em Políticas Públicas avaliada entre as melhores do mundo.

12 Tribunal Administrativo.

13 Camara de Contas.

14 https://agora-parl.org/pt-pt/pro-palop-tl-sai/recursos.

15 https://my.southsouth-galaxy.org/en/solutions/detail/strengthening-the-technical-and-functional-skills-of-supreme-audit-institutions-national-parliaments-and-civil-society-for-the-control-of-public-finances-in-portuguese-speaking-african-countries-and-timor-leste.

e nos sistemas de gestão das finanças públicas, foi devastador em todas as regiões do mundo. Neste contexto, as previsões para a região de África apontavam tendencialmente para uma gravidade perturbadora do impacto socioeconómico da pandemia em todos os níveis de governação e vida social.

Os PALOP-TL são um grupo de países com características distintas e que estão a ser afetados de forma diferente pela pandemia, no entanto, espera-se que todos eles sejam fortemente afetados.

Qual a melhor forma de organizar a gestão das finanças públicas e os sistemas de governação económica para absorver o impacto socioeconómico da pandemia nos PALOP-TL?

Qual a melhor forma de se preparar para projetar a melhor estratégia de saída e resposta ao impacto socioeconómico da pandemia?

O plano de mitigação do Pro PALOP-TL ISC foi concebido para apoiar os seus beneficiários, simultaneamente, com iniciativas de impacto rápido e com apoio/aconselhamento especializado mais estratégico e diálogo de políticas públicas no domínio da gestão das finanças públicas. Essa dupla abordagem contribuiu para reforçar as respostas das autoridades nos países beneficiários face ao impacto estrutural e à transformação correlativa nos sistemas de gestão das finanças públicas.

O plano privilegiou os meios digitais e online de aprendizagem, desenvolvimento de capacidades à distância, e de organização de atividades de cooperação para o desenvolvimento, articuladas em 3 tipos de intervenções, nomeadamente:

Fóruns de discussão de alto nível sobre políticas públicas, aconselhamento estratégico durante e após o pico da pandemia, visando fortalecer as capacidades técnicas e humanas, mas também a capacidade de previsão (foresight) para a tomada de decisões nas instituições beneficiárias para fazer face e mitigar o impacto socioeconómico da pandemia COVID19. Essas atividades foram especialmente concebidas para apoiar as instituições beneficiárias do Pro PALOP-TL ISC, expondo os decisores políticos e formuladores de políticas públicas nessas instituições a webinars de muito alta qualidade, eConferences, eCourses e outras iniciativas de ensino à distância que abordam os desafios colocados aos sistemas de gestão das finanças públicas no atual contexto e no mundo VUCA emergindo dele.

Digitalização das iniciativas transversais e multi-país previstas na lógica de intervenção desde o arranque do programa, mas agora com foco nas ações não impactadas pela pandemia e adequando os meios para a sua implementação ao ambiente digital.

Atividades nacionais de impacto rápido destinadas a responder ao impacto socioeconómico da pandemia. Essas atividades atenderam a demandas específicas / contextuais das instituições beneficiárias no campo para responder às limitações e restrições impostas para pelo contexto da pandemia COVID19 ao seu normal funcionamento.

A estratégia do Pro PALOP-TL ISC continua alinhada ao plano estratégico do PNUD 2018-21 e foi ajustada para também estar alinhada com a resposta corporativa do PNUD ao impacto socioeconómico da pandemia COVID19 no mundo e nos PALOP-TL, assim como para estar enquadrada com as iniciativas da Team Europa. A mesma continua centrada na premissa de que "O desenvolvimento é cada vez mais complexo" e requer "caminhos múltiplos, com interligações, trade-offs e sinergias".

Entre setembro e dezembro de 2021 foi realizada uma avaliação intercalar do Pro PALOP-TL ISC (Anexo 9) que avaliou a sua lógica de intervenção e impacto das suas intervenções, com foco em quatro dos seis critérios da OCDE para avaliação da assistência ao desenvolvimento (DAC)[16], nomeadamente relevância, eficácia, eficiência e sustentabilidade, para além das questões transversais, entre outras, a transversalização do género nas referidas intervenções.

De acordo com as conclusões da avaliação, dados de fontes confiáveis indicam a **relevância** do Programa. Entre 2008 e 2019, todos os países PALOP-TL pesquisados classificaram-se no Índice do Orçamento Aberto OBI (Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe) bem abaixo do limiar de pontuação de 61 (em 100), o que indica baixos níveis de transparência

16 https://www.oecd.org/dac/evaluation/daccriteriaforevaluatingdevelopmentassistance.htm.

orçamental. Os três indicadores de Indicadores de Governança Mundial (WGI) consultados também indicam relevância para o Programa. O indicador de voz e responsabilidade do WGI coloca metade dos beneficiários acima do limite 0 - em uma escala que varia entre -2,5 e 2,5 - e metade abaixo. A pontuação mais elevada na área dos PALOP-TL em 2020 foi a de Cabo Verde (0,92), e a pontuação mais baixa foi a de Angola (-0,81). Para o indicador WGI de eficácia governamental, todos os PALOP-TL foram pontuados abaixo de 0 em 2020. Por último, o indicador WGI de controle de corrupção[17] coloca apenas dois países PALOP-TL acima da pontuação 0 (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Os dados da União Interparlamentar (UIP) indicam uma tendência geral transversal de aumento da percentagem de mulheres em funções nos parlamentos da região dos PALOP-TL.

Dois elementos centrais emergiram como fatores para a grande relevância e receptividade positiva do Programa: o envolvimento (buy-in) de funcionários de alto nível do poder executivo e o desenvolvimento dos Planos de Trabalho Anuais (PTA), que faziam parte da abordagem e metodologia do Programa que fomentou a participação dos beneficiários na formulação das atividades, indicadores e linha de base. Com isso, o Programa conseguiu manter altos níveis de relevância, adequação e engajamento. Outro indicador relevante da relevância do Programa é o seu alinhamento com as estratégias setoriais e nacionais dos países PALOP-TL, o Programa Indicativo Plurianual da UE para 2014-2020, o Plano Estratégico do PNUD, bem como os ODS. O alinhamento é perceptível tanto nas estratégias e planos nacionais antigos como nos recém-elaborados, o que indica que o Programa está a dar resposta às necessidades estruturais dos países beneficiários.

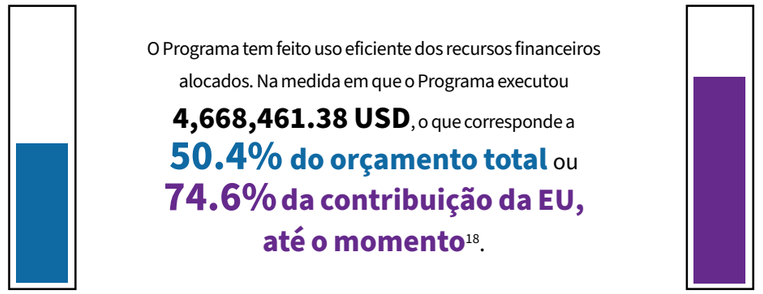
A forma como o Programa foi elaborado também contribuiu para a sua relevância. O Programa deu continuidade às intervenções e realizações do seu predecessor e conseguiu expandir a lógica de intervenção de forma notável, nomeadamente a inclusão do Produto/Output/Resultado 1 (As capacidades do executivo para garantir a transparência fiscal e orçamental nos PALOP-TL são melhoradas). A referida avaliação concluiu que a maioria das organizações beneficiárias – particularmente SAI, Parlamentos e Executivos – relataram que a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) interpretou corretamente as necessidades dos beneficiários e elaborou o Programa de acordo.

17 Após a revisão do quadro lógico, este foi o único indicador de impacto retido.

No que diz respeito ao critério da **eficácia**, a avaliação concluiu que o Programa já deu um contributo significativo para os objetivos planeados e está a dar um contributo positivo para a melhoria da governação económica nos países PALOP-TL. De facto, o Programa foi identificado como uma boa prática no âmbito da cooperação PALOP-TL, tendo conseguido estabelecer relações institucionais positivas e de confiança com os beneficiários nos diferentes países, e tido sucesso nos seus esforços de advocacia para promover a transformação institucional, através reformas legais e institucionais.

O Programa está a promover uma mudança de paradigma no que diz respeito à transparência orçamental, nomeadamente através da promoção do Orçamento Sensível ao Género (OSG), bem como da promoção dos ODS pelos sistemas de gestão das Finanças Públicas. O diálogo e os canais de cooperação e comunicação entre os atores das finanças públicas dos países beneficiários foram fortalecidos por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

A estratégia de implementação e execução do Programa é adequada e tem sido realizada com **eficiência**. No nível da PMU, há um bom grau de comprometimento e propriedade do Programa. A capacidade técnica e as habilidades sociais da UGP, bem como para o estabelecimento de relações interpessoais adequadas e confiáveis com os beneficiários, têm sido fundamentais para o sucesso da implementação do Programa. Na verdade, a maioria dos beneficiários destaca altos níveis de resposta da PMU, o que ficou evidente pela rápida resposta à pandemia COVID-19. Por outro lado, no contexto da implementação deste Programa, o apoio das estruturas locais do PNUD para a implementação do Programa foi também apontado como altamente relevante para o seu sucesso.



O Programa ainda tem um ano restante para concluir a implantação das atividades (até novembro de 2022), e mais seis meses (maio de 2023) para realizar o encerramento do Programa. Os recursos humanos afetos ao Programa são adequados, visto que possuem competências técnicas relevantes e vasta experiência profissional nas diversas áreas de implementação do Programa. Em termos de Monitoria e Avaliação (M&A), a referida avaliação concluiu que os instrumentos de M&A do Programa são pertinentes para a gestão do projeto, garantindo que não sobrecarreguem a UGP com procedimentos excessivos de monitoria. No entanto, as reuniões dos Comités de Coordenação de País e do Comité de Pilotagem não estão

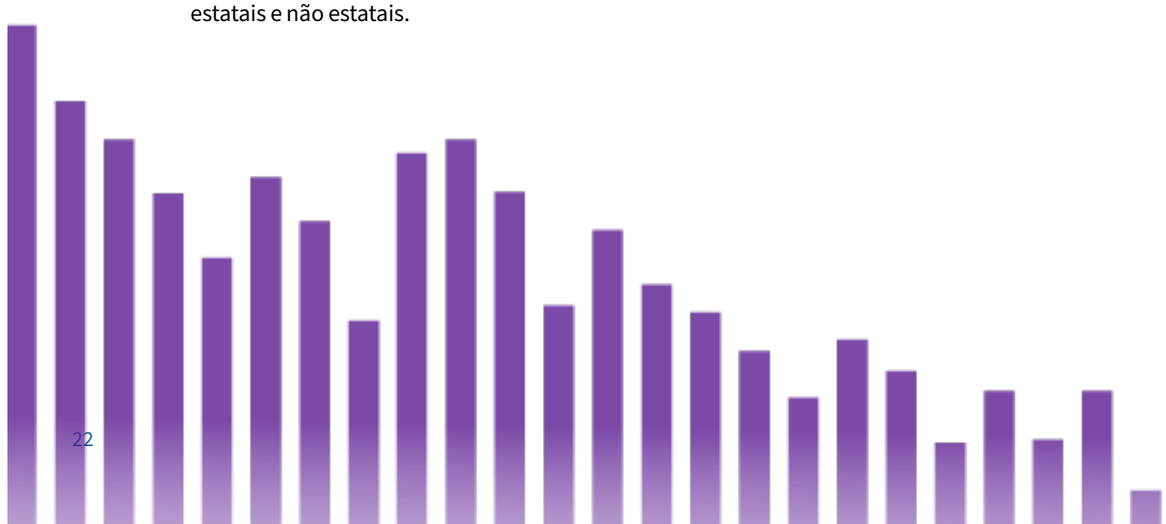
18 No entanto, para efeitos do previsto no Art. 19 (pontos ii e iii) das CG do Acordo de Delegação, até 31.11.20121, foram executados e legalmente engajados 100% do primeiro pré-financiamento e 71% do segundo.

a ser organizados com a regularidade e frequência previstas. Estas reuniões são relevantes para apoiar o diálogo e a partilha de informação entre a UGP e as entidades beneficiárias. Além disso, podem proporcionar oportunidades para discussões estratégicas aprofundadas com a UE.

A **sustentabilidade** dos resultados do Programa está a ser assegurada, nomeadamente através da adoção de uma abordagem flexível e participada na identificação das necessidades das instituições e seus RH, entre outros, por via dos PTAs que garantem uma participação efetiva dos beneficiários na formulação das ações e iniciativas de intervenção do programa, promove uma maior apropriação dos resultados e tem assegurado bons níveis de alinhamento da intervenção com as estratégias e políticas públicas setoriais e nacionais. Da mesma forma, a promoção de reformas institucionais e jurídicas nos países garante que as reformas relacionadas às finanças públicas sejam institucionalizadas nos países. A criação de um polo de conhecimento com os diversos recursos gerados ao longo da implementação do Programa visa capitalizar todo o conhecimento relevante recolhido, para ser partilhado com as instituições e o público. Uma estratégia de saída delineada deve ser discutida com os beneficiários do programa para garantir que eles tenham sido adequadamente capacitados para realizar os resultados do programa, garantindo seu compromisso, bem como uma transição rápida.

A abordagem da cooperação sul-sul e triangular promoveu um intercâmbio de conhecimentos e experiências relevantes para fortalecer ainda mais o diálogo entre os atores das finanças públicas dos países beneficiários, bem como entre entidades congéneres em diferentes países. Por último, a utilização de entidades e redes internacionais e regionais existentes, como a AFROSAI (Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo em África), o Tribunal de Contas em Portugal, entre outras irá potenciar a sustentabilidade das práticas nos países beneficiários.

Igualdade de género, abordagem baseada nos direitos humanos e boa governança foram identificadas como **questões transversais** na intervenção do Programa. Os resultados mostram que o Programa defendeu a inclusão de uma abordagem de género nas práticas de governança económica nos PALOP-TL, influenciando a integração de género no processo orçamental como uma ferramenta para melhorar a governança e a transparência. Tem igualmente contribuído diretamente para o fortalecimento da boa governação económica nos países PALOP-TL, através da melhoria do ecossistema de GFP, nomeadamente capacidades institucionais de transparência, responsabilização e inclusão para atores estatais e não estatais.



MATRIZ DOS RESULTADOS, INDICADORES & METAS - PROGRESSO

Em resultado do segundo ano de implementação, do contexto acima referido e das subsequentes discussões havidas entre a unidade de gestão do projeto e a DUE de Moçambique, o quadro lógico sofreu uma revisão com o objetivo de racionalizar os indicadores e respetivas metas para os níveis de impacto (Objetivo Geral), de outcomes (Objetivos Específicos) e de outputs (Resultados Esperados) do projeto. A revisão permitirá uma monitoria mais eficaz do progresso efetivamente realizado com base nos indicadores e respetivas metas em todos os países – o quadro lógico revisto junta-se ao presente no anexo 1.

Para o efeito, foi desenvolvida uma matriz de monitoria do projeto que, desde já, agrupa e racionaliza os indicadores e metas iniciais do projeto em linha com a revisão que sofrerá o quadro lógico – anexo 2.

No contexto da avaliação intercalar do Programa, no que se refere aos resultados do Programa, concluiu-se que o progresso em direção às metas é positivo e que a maioria dos indicadores tem potencial para ser alcançada até o final do Programa.

Alinhando-se com a terminologia e definições usadas pela OCDE[19] para descrever mudanças a diferentes níveis, desde a entrega de bens e serviços à mudança de longo prazo sustentável na vida das pessoas, a formulação do Programa identificou como objetivo geral (nível de impacto) “melhorar a governação económica nos PALOP-TL”, através da melhoria da responsabilização, eficácia e transparência dos atores centrais dos sistemas de gestão das Finanças Públicas nos PALOP-TL (objetivo específico – nível de outcome). Neste contexto, a formulação do Programa delineou três resultados principais ligados ao fortalecimento das capacidades dos quatro principais tipos de beneficiários (executivo; instituições superiores de controlo; parlamentos e organizações da sociedade civil). A tabela que se segue foi elaborada no contexto da avaliação intercalar do projeto, resultado da consulta alargada dos beneficiários e de uma aprofundada dos relatórios e dados capturados pelas ferramentas de monitoria do programa. Ela resume o progresso dos resultados e produtos em relação às metas propostas finais definidas na revisão final da estrutura de resultados. Para facilitar a identificação do progresso, o seguinte esquema de cores foi definido:

19 https://www.intrac.org/wpcms/wp-content/uploads/2016/06/Monitoring-and-Evaluation-Series-Outcomes-Outputs-and-Impact-7.pdf.

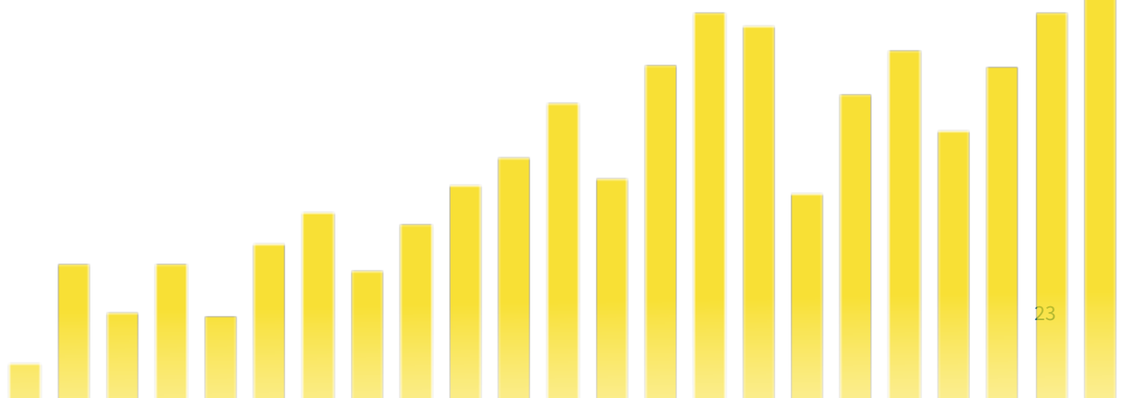


FIGURA 1 – ESQUEMA DE CORES PARA PROGRESSO DAS METAS

- Realizado / on track
- Parcialmente realizado
- Sem progresso

QUADRO 1 – PROGRESSO DOS INDICADORES DE IMPACTO & OUTCOMES

CADEIA DOS RESULTADOS	INDICADORES	METAS (INCL. ANO REFERÊNCIA)			NÍVEL DE REALIZAÇÃO	
					2020	**2017**
Objetivo Geral: Impacto (OO) Melhorar a Governança Económica nos PALOP-TL	OO 1. Indicadores de Governança do Banco Mundial: OO 1.3. "Controlo da Corrupção" nos PALOP-TL.** (**) O indicador OO 1.3 condiz com os níveis 1 #4 e #5 do QL da EU.	**2022** AO- 15,00 CV –80,00 GB -15,00 MZ- 45,00 STP – 70,00 TL- 55,00			AO- 4,66	AO- 4,66
					CV – 79,00	CV – 79,00
					GB -6,00	GB -6,00
					MZ- 29,33	MZ- 29,33
					STP – 56,33	STP – 56,33
					TL- 31,63	TL- 31,63
Objetivo Específico: Outcome (SO) Os atores centrais dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas são mais eficazes, transparentes e prestam mais contas	SO 1: Indicadores PEFA SO 1.1. performance nas finanças públicas", SO 1.2. "orçamentação, reporte", SO 1.3. "escrutínio externo" and "auditoria". SO 2: IBP Índice Orçamento Aberto (Transparência, Participação do Público, Fiscalização Orçamental) SO 2.1. Transparência (IOA) SO 2.2. Participação do Público SO 2.3. Fiscalização Orçamental (**) Todos os indicadores SO1 e SO3 condizem com os níveis 1 #13 & 2 #14 do QL da UE.	**SO 1: PEFA** **2022** **AO** PI24 B+ PI25 B+ PI26 B+ PI27 B+ PI28 B+ **CV** PI24 A PI25 B+ PI26 B+ PI27 A PI28 A **GB** PI24 C PI25 C PI26 C PI27 C PI28 C	**MZ** PI24 B+ PI25 A PI26 B+ PI27 B+ PI28 B+ **STP** PI24 B PI25 B PI26 B+ PI27 B+ PI28 B+ **TL** PI24 B PI25 A PI26 B PI27 B PI28 B	**SO 2: IBP IOA** **2022** **AO** SO2.1 – 41-60 SO2.2 - 12 SO2.3 – 52 **CV** SO2.1 – 61-80 SO2.2 - 20 SO2.3 – 65 **GB** SO2.1 – 21-40 SO2.2 - 10 SO2.3 – 50 **MZ** SO2.1 – 41-60 SO2.2 -15 SO2.3 -59 **STP** SO2.1 – 41-60 SO2.2 - 10 SO2.3 - 59 **TL** SO2.1 – 41-60 SO2.2 -15 SO2.3 - 69	**SO 1: indicadores PEFA–** Desde o ano de referência (baseline), apenas em TL houve uma avaliação PEFA nova. **SO 2: IBP IOA** (CV e GB não fazem parte do OIA.) **SO2.1 – Transparência** AO – 36 MZ - 42 STP - 24 TL - 40 **SO2.2 – Participação do Público** AO - 9 MZ - 11 STP - 0 TL - 6 **SO2.3 – Fiscalização Orçamental** AO - 33 MZ – 50 STP - 41 TL - 48	

Conforme apresentado no quadro acima, o objetivo geral do Programa é medido por sua contribuição de longo prazo para o Indicador de Governação Mundial (Banco Mundial) – Controlo da Corrupção. Todos os PALOP-TL tiveram uma evolução positiva em 2020 em relação às metas, ou seja, aumentaram a sua classificação percentual em comparação com os dados de base recolhidos em 2017, exceto Moçambique, cujas pontuações diminuíram (ver Tabela 1). O declínio das pontuações de Moçambique é consistente com a deterioração dos indicadores do WGI em Moçambique em todas as dimensões da governação nos últimos 10 anos. Cabo Verde e Angola já ultrapassaram as metas do Programa para 2022.

TABELA 1 - WGI – CONTROLO DA CORRUPÇÃO (POSIÇÃO EM PERCENTIL), PALOP-TL

WGI POSIÇÃO EM PERCENTIL: CONTROLO DA CORRUPÇÃO (0 TO 100)

	LINHA DE BASE (2017)	META (2022)	VALOR ACTUAL (2020)
Angola	4,66	15,00	**18,27**
Cabo Verde	79,00	80,00	**80,29**
Guiné-Bissau	6,00	15,00	**8,65**
Moçambique	29,33	45,00	**25,96**
São Tomé e Príncipe	56,33	70,00	**61,06**
Timor-Leste	31,66	55,00	**45,19**

FONTE: WGI (WORLDWIDE GOVERNANCE INDICATORS): "INTERACTIVE DATA ACCESS", 2021 (CONSULTED 25/11/2021) HTTP://INFO.WORLDBANK.ORG/GOVERNANCE/WGI/HOME/REPORTS.

Em contrapartida, o Inquérito Orçamento Aberto do IBP é usado para medir a contribuição do Programa para o progresso do objetivo específico/outcome. Os dados mais recentes recolhidos datam de 2019, apenas um ano após o início do Programa (ver Tabela 2), pelo que os resultados devem ser lidos apenas como indicações iniciais. Assim, na dimensão Transparência, Angola, Moçambique e Timor-Leste melhoraram ou mantiveram a sua pontuação em comparação com a linha de base, enquanto São Tomé e Príncipe diminuiu. Relativamente à Participação do Público, as pontuações melhoraram para Angola e Moçambique e diminuíram para Timor-Leste. São Tomé teve pontuação 0 para a linha de base e manteve a mesma pontuação em 2019, o que significa que não ofereceu oportunidades de participação pública no processo orçamental. Por último, na Fiscalização Orçamental, Moçambique aumentou a sua pontuação, Angola manteve, e São Tomé e Príncipe e Timor-Leste diminuíram a sua pontuação. Portanto, os dois últimos países apresentam pontuações abaixo do ideal em relação à fiscalização orçamental, o que significa que fornecem fiscalização fraca durante as fases de formulação e implementação do ciclo orçamental. Devido à estreita distância temporal, entre o início do Programa e os últimos valores do OBI, essas pontuações devem ser analisadas posteriormente na avaliação final.

TABELA 2 – PONTUAÇÕES IOA, TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTAL, PALOP-TL

PONTUAÇÕES IOA: TRANSPARÊNCIA (SO 2.1)

	LINHA DE BASE (2017)	META (2022)	VALOR ACTUAL (2019)
Angola	25	41-60	**36**
Cabo Verde	-	61-80	**-**
Guiné-Bissau	-	21-40	**-**
Moçambique	41	41-60	**42**
São Tomé e Príncipe	31	41-60	**24**
Timor-Leste	40	41-60	**40**

OBI SCORES: PUBLIC PARTICIPATION (SO 2.2)

Angola	7	12	**9**
Cabo Verde	-	20	**-**
Guiné-Bissau	-	10	**-**
Moçambique	7	15	**11**
São Tomé e Príncipe	0	10	**0**
Timor-Leste	9	15	**6**

OBI SCORES: BUDGET OVERSIGHT (SO 2.3)

Angola	33	52	**33**
Cabo Verde	-	65	**-**
Guiné-Bissau	-	50	**-**
Moçambique	37	59	**50**
São Tomé e Príncipe	46	59	**41**
Timor-Leste	56	69	**48**

SOURCE: OBS (OPEN BUDGET SURVEY): "OPEN BUDGET INDEX", 2021, HTTP://SURVEY.INTERNATIONALBUDGET.ORG/.2

O progresso nos indicadores de impacto e de outcome podem ser validados com mais detalhe no **portal da avaliação do impacto do Pro PALOP-TL ISC**[20]. Estes indicadores externos para os níveis de impacto e de outcome – o WGI e o IOA, respetivamente – fornecem, como se pode contatar, uma indicação relativamente positiva, embora ainda ambígua, sobre o progresso dos resultados do Programa. Contudo, como constatado pela avaliação intercalar, olhando para além destes dois indicadores principais, e após avaliar os resultados das diversas ações desenvolvidas no âmbito do Programa, o Programa já avançou significativamente em

20 https://datastudio.google.com/reporting/2ad63ab8-6797-4375-a28f-036acac173a2/page/p_arkm804fpc.

relação aos objetivos planeados (nível de outcome) e está a dar um contributo positivo para o melhorar a governação económica na área dos PALOP-TL (nível de impacto).

De facto, o Programa foi identificado como uma boa prática no âmbito da cooperação PALOP-TL por, entre outros, ter conseguido estabelecer relações institucionais positivas e de confiança com os beneficiários nos diferentes países. Os intervenientes estão a ter muito êxito em seus esforços de promoção da transformação institucional, por meio de reformas jurídicas e institucionais. As contribuições positivas foram possibilitadas pelo facto de os beneficiários do Programa serem quadros de alto nível na administração do Estado e das instituições estatais dos sistemas de gestão das finanças públicas, mas também das OSC que operam nesse domínio, nos países referidos. O envolvimento geral desses quadros de alto nível no Programa, atesta a capacidade da UGP em defender os benefícios estruturais das ações propostas pelo Programa. Além disso, o PNUD e a UE estão a usar a abordagem do Programa para outros projetos em outras regiões / países, nomeadamente a inclusão de lentes de género na GFP.

Nas entrevistas de avaliação destacou-se o papel do Programa na promoção de uma mudança de paradigma em matéria de transparência orçamental, nomeadamente através da promoção do Orçamento Sensível ao Género (OSG), como instrumento de influência na gestão e preparação do orçamento e do ciclo orçamental, assim como a promoção dos ODS. Essa contribuição foi frequentemente descrita como uma das principais conquistas do Programa até o momento.

Da mesma forma, durante as entrevistas, os beneficiários indicaram que o Programa fortaleceu o diálogo e a criação de canais de cooperação e comunicação entre os atores das finanças públicas dos países beneficiários. Essa nova realidade contrastava com o status quo anterior de isolamento entre os diferentes atores estatais e a sociedade civil. A promoção de intercâmbios entre entidades semelhantes em diferentes países foi considerada um elemento-chave que contribuiu para melhorar o diálogo de alto nível das políticas públicas no domínio da Gestão das finanças Públicas. Os beneficiários do Programa destacam claramente as práticas de Cooperação Sul-Sul e Triangular como uma das melhores práticas do Programa, pois promove um espaço institucional único de aprendizagem, onde os países são expostos a trocas de experiências entre pares num ambiente que incentiva melhorias na governança económica.

SEÇÃO II
IMPLEMENTAÇÃO

ATIVIDADES REALIZADAS

No âmbito de cada resultado esperado, foi desenhado um conjunto de atividades estruturais envolvendo as partes intervenientes do projeto em cada país beneficiário ou através de plataformas transversais, com o objetivo de:

treinar e desenvolver competências e capacidades (formação, assistência técnica, apoio entre pares, etc.), promovendo sinergias com as instituições nacionais de capacitação existentes, bem como acordos bilaterais ou multilaterais e instrumentos de capacitação;

promover a disseminação de informação e campanhas de sensibilização;

promover reformas legais e institucionais;

realizar aquisições e melhorar os sistemas de TIC;

promover uma CdP através de um mecanismo de SStC, usar a aprendizagem pelos pares e troca de experiências, com foco na exposição e assimilação das melhores práticas, como estímulos para a transformação.

Estes 5 tipos de atividades estruturais guiaram o desenho dos PTAs nos diferentes países beneficiários de ações que que visaram responder às necessidades nacionais/institucionais. Estas atividades estruturais basearam-se nas linhas de base existentes estabelecidas por intervenções anteriores, particularmente pela primeira fase do Pro PALOP-TL ISC. Em complemento a estas linhas de base, os desafios persistentes que foram identificados na contextualização e análise das partes intervenientes (baseados em avaliações e relatórios internacionais tidas em consideração na análise) ajudaram a moldar as atividades estruturais e orientaram a elaboração dos PTA para cada uma das seguintes atividades.

O Programa capacitou, à data de submissão do presente relatório, mais de 8.000 pessoas dos Ministérios das Finanças, ISC, Parlamentos Nacionais e OSC nos seis países beneficiários. Os resultados do Programa já superam as metas inicialmente definidas para os três produtos/outputs esperados. Dentre as 5 atividades tipo estabelecidas para cada output (num total de 15 atividades), acima descritas, entre as iniciativas de treinamento e desenvolvimento de habilidades apoiadas pelo Programa estão: 1) cursos de pós-graduação académica fornecidos por universidades reconhecidas internacionalmente, 2) treinamento técnico que forneceu certificação profissional, 3) apoio tutorial de pares usando abordagens de cooperação sul-sul e triangular, 4) visitas de estudo para troca de experiências - aprendizagem por pares -, 5) assistência técnica direcionada / altamente especializada por meio de especialistas / contratos individuais disponibilizados pela UGP, 6) apoio a um programa de bolsas de treinamento para OSCs. A estas se juntam iniciativas de disseminação de informação e sensibilização dos atores acima mencionados e que contribuíram para essas metas.

O progresso nos indicadores de resultados/ outputs podem ser validados com mais detalhe no **portal da avaliação do impacto do Pro PALOP-TL ISC**[21].

Com base nos dados recolhidos pelos instrumentos de monitoria do projeto (matriz de seguimento e relatórios de progresso, mais especificamente), constata-se que entre 2019 e novembro de 2021, o Programa desenvolveu 47 ações de formação e capacitação, distribuídas conforme a Tabela 3. Nesse sentido, a maioria das iniciativas foram de formação técnica e tutoria entre pares. A maioria das visitas de campo ocorreu em 2019, antes da pandemia de COVID-19. Após 2019, realizou-se apenas uma visita de campo em junho de 2021. O Programa promoveu três pós-graduações em Gestão das Finanças Públicas (mais uma edição programada para 2022), em parceria com o ISCTE-IUL[22]|IPPS[23], mais precisamente com o centro de desenvolvimento de competências de gestores públicos em Portugal e instituto de políticas públicas e sociais de uma das mais prestigiadas instituições académicas de Portugal, classificada dentre as melhores do mundo em gestão de finanças públicas. Essas pós-graduações já beneficiaram mais de 190 funcionários e quadros dirigentes da administração pública, parlamentares e juízes conselheiros dos tribunais de contas, identificados dentre as instituições beneficiárias do Programa.

21 https://datastudio.google.com/reporting/2ad63ab8-6797-4375-a28f-036acac173a2/page/p_zu0qx3zipc.

22 https://www.iscte-iul.pt/.

23 https://ipps.iscte-iul.pt/.

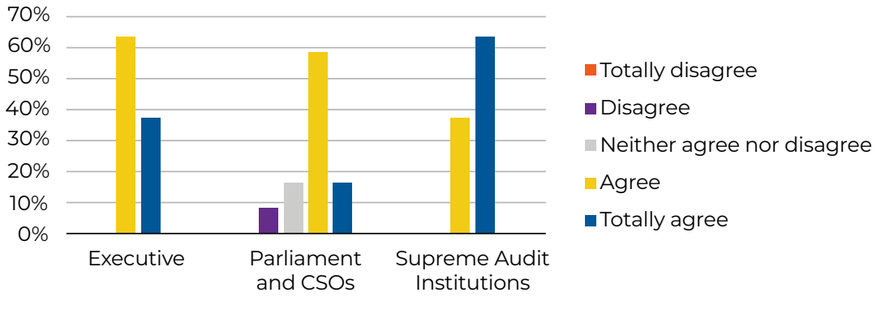
TABELA 3 – NÚMERO DE INICIATIVAS DE TREINO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

INICIATIVAS DE TREINO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

	OUTPUT 1 (EXECUTIVOS)	OUTPUT 2 (ISC)	OUTPUT 3 (PARLAMENTOS & OSC)
Cursos de Pós-Graduação em Gestão de Finanças Públicas (transversais aos 3 outputs)		3	
Formação técnica	3	3	8
Tutoria entre pares	3	7	8
Visitas de estudo	3	2	-
Assistência e aconselhamento técnico altamente especializado	3	5	-

Os resultados das iniciativas de treino e desenvolvimento de capacidades foram, de modo geral, positivos, de acordo com as impressões dos beneficiários[24] do Programa recolhidas no contexto da avaliação do Programa[25]. A avaliação constatou que, de forma geral, o Programa melhorou as capacidades individuais e institucionais das organizações beneficiárias em todos os países. De acordo com os resultados da pesquisa de avaliação, 85% dos entrevistados concordaram ou concordaram totalmente que o Programa melhorou suas competências individuais (Figura 2), e 77,5% concordaram ou concordaram totalmente que o Programa melhorou as capacidades de sua instituição (Figura 3). As percentagens são bastante semelhantes no executivo, ISC e Parlamentos / OSCs. Além disso, 80% dos entrevistados acreditam que agora têm habilidades suficientes para desempenhar suas responsabilidades relacionadas à Gestão das Finanças Públicas nas suas instituições. Para uma consulta mais de talhada dos resultados do inquérito realizados, consultar a **página do feedback dos beneficiários no portal da avaliação**[26].

FIGURA 2 – O PROGRAMA MELHOROU AS MINHAS CAPACIDADES INDIVIDUAIS

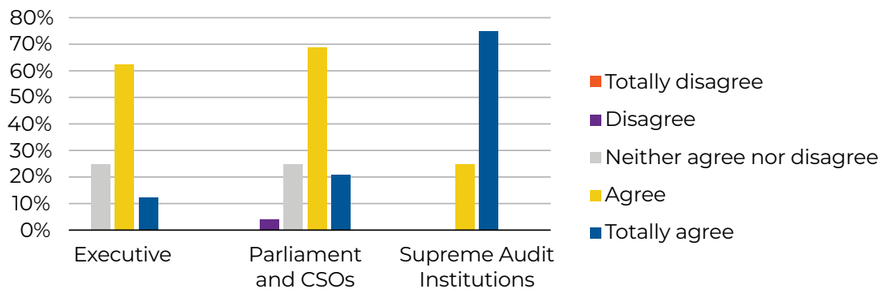


24 Questionário online com 40 respostas dos 6 países – 55% feminino contra 45% masculino.

25 https://datastudio.google.com/reporting/2ad63ab8-6797-4375-a28f-036acac173a2/page/ulffC.

26 https://datastudio.google.com/reporting/2ad63ab8-6797-4375-a28f-036acac173a2/page/ulffC.

FIGURA 3 – O PROGRAMA MELHOROU AS CAPACIDADES INSTITUCIONAIS DA MINHA ORGANIZAÇÃO



A formação e a advocacia são contribuições importantes do Programa para transformar as práticas institucionais, garantindo que estão claramente articuladas com as necessidades das instituições e resultando em práticas de partilha de conhecimento e boas práticas entre os diferentes atores estatais e não-estatais. Além disso, esta articulação institucional foi considerada eficaz no contexto do alinhamento da formação com reformas jurídicas e políticas específicas para melhorar a governação económica nos PALOP-TL (objetivo geral). Os resultados da avaliação mostram que embora grande parte das ações de capacitação tenham sido planejadas para ser presenciais, o Programa foi eficaz na criação de outras soluções digitais, devido à pandemia. Os treinadores entrevistados acreditam que embora o formato online apresente limitações naturais que impactam negativamente um acompanhamento próximo dos participantes, o treino procurou ser interativo e continuamente ajustado às necessidades do contexto, incluindo o público-alvo.

Embora não existam dados para aferir competências para compreender como as aprendizagens são colocadas em prática, os participantes de dois países geralmente se destacam positivamente nas formações (Seminários e Pós-Graduação em Finanças Públicas): Cabo Verde e Moçambique. Em Timor-Leste, foram identificadas dificuldades adicionais relacionadas com dificuldades linguísticas e de fuso horário. A seleção dos principais parceiros de formação internacionais, como ISCTE-IUL|IPPS, ISCP-CPLP (incluindo os Tribunais de Contas da União – Brasil – e de Portugal), o Programa para África da GIZ, a International Budget Partnership, a AFROSAI-E, também se revelou muito pertinente,

não só como uma parceria com parceiros de formação competentes e muito credíveis internacionalmente, mas também como parceiros muito relevantes para os beneficiários no futuro. No entanto, os entrevistados acreditam que o Programa também deve considerar o recurso a fontes especializadas nos países para facilitar ações futuras (por exemplo, universidades locais) para que a formação seja sustentável nos países, via que está a ser explorada para a eventualidade de vir a existir uma continuidade do programa numa 3ª fase.

A Declaração do ISCTE-IUL (Anexo 12) em apoio à criação, no contexto do Pro PALOP-TL ISC, de um Mestrado em Administração e Finanças Públicas, realizado com o apoio do Tribunal de Contas de Portugal e destinado, prioritariamente, a quadros dirigentes e técnicos superiores dos governos e organismos conexos dos PALOP e Timor Leste, com base na metodologia de casos de estudo que o ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa tem vindo a desenvolver, recorrendo para o efeito, nomeadamente, á informação que as diversas atividades levadas a cabo no quadro da Pós-Graduação em Finanças Públicas.

Por fim, a abordagem do Programa para a cooperação sul-sul e triangular foi altamente valorizada pelos beneficiários. De acordo com as entrevistas realizadas no contexto da avaliação intercalar independente, as práticas de cooperação sul-sul e triangular promoveram um espaço de aprendizagem institucional único, onde os países foram expostos a trocas de experiências em ambientes que estimulam a transformação institucional e a aprendizagem. As instituições beneficiárias afirmaram que os intercâmbios e experiências em rede com as contrapartes, promovidas pelo Programa, tiveram resultados positivos: *"A Cooperação Sul-Sul é muito vantajosa para países que têm realidades políticas, económicas e sociais semelhantes e as mesmas necessidades, enquanto a cooperação triangular permite aos países que beneficiam dela entender melhor os contextos de outros países e outras formas de abordar seus problemas e sua própria realidade."*[27]. Isso é especialmente importante para países como a Guiné-Bissau, que apresenta dificuldades estruturais mais profundas.

27 Informação retirada das entrevistas realizadas pela equipa de avaliação.

O Programa aumentou a proximidade entre estas instituições nos PALOP-TL, reforçando o sentido de trocas voluntárias. Nas palavras de um dos entrevistados: "o Programa quebrou a ideia de formalidade entre os diferentes tribunais (…), de isolacionismo e formalismo entre instituições. Angola solicitou o Manual de Auditoria Operacional a Moçambique e Moçambique deu formação nesta área com o seu próprio pessoal".

Embora a pandemia COVID-19 tenha restringido a organização de reuniões presenciais planeadas para essas interações, as metas estabelecidas no quadro de resultados (quadro lógico) para responder a essa abordagem já foram ultrapassadas. Conforme mostrado na Tabela 4, o foco em eventos online, especialmente para o produto 3, aumentou desde 2020 devido à pandemia. A passagem das reuniões presenciais para ambiente digital online demonstrou a capacidade de adaptação do Programa.

A Comunidade de Práticas de Atores Estatais do Sistema de Gestão das Finanças Públicas dos PALOP-TL[28], realizada em Angola (janeiro de 2020), que reuniu mais de 140 representantes de alto nível de instituições beneficiárias para discutir a gestão das finanças públicas e a Agenda 2030, é um exemplo relevante de a cooperação sul-sul e triangular promovida pelo Programa. As principais conclusões e recomendações do seminário continuam a orientar opções estratégicas de políticas públicas nesses países, implementadas nomeadamente pelos ministérios das finanças, ISC e parlamentos, em matéria de transparência orçamental (adopção de modalidades de contabilidade patrimonial e de orçamentação programática) e de foco da fiscalização parlamentar e auditoria externa nos compromissos nacionais da Agenda 2030. A abordagem incluiu estudos de caso dos países beneficiários que mostraram as suas experiências na integração dos ODS no Orçamento do Estado, implementação do PFM-RF (instrumento de avaliação pelos tribunais de contas dos sistemas de gestão das finanças públicas e a realização das metas ODS e dos compromissos da Agenda 2030), entre outros.

Esta CdP foi organizada em paralelo e serviu de fonte importante para importantes trocas entre os serviços da Comissão Europeia (INTPA), Delegações da União Europeia, Serviços dos Ordenadores Nacionais do Fundo Europeu de Desenvolvimento, realizadas no contexto de um exercício piloto facilitado pelo Pro PALOP-TL ISC para promover Diálogo de Políticas Públicas entre aqueles atores e as instituições estatais dos sistemas de gestão das finanças públicas nos PALOP-TL.

Do mesmo modo, a abordagem da cooperação triangular expôs as instituições às melhores práticas e padrões internacionais, através de intercâmbios com a OISC / CPLP, AFROSAI-E, Tribunal de Contas em Portugal, entre outros. Do ponto de vista dos parceiros, como é o caso do Tribunal de Contas em Portugal, as iniciativas horizontais que o Programa promove com a ISC são adequadas, na medida em que respondem a necessidades e preocupações partilhadas, devido a regimes jurídicos e jurisdições semelhantes. De acordo com um dos entrevistados por ocasião da avaliação do Programa, *"As discussões que hoje se realizam em Portugal, serão as mesmas amanhã nos outros países PALOP-TL. Todos se sentem à*

28 https://agora-parl.org/pt-pt/pro-palop-tl-sai/community-of-practice/comunidade-de-praticas-pro-palop-tl-isc-o-contributo-para.

vontade para discutir os mesmos assuntos, há empatia e uma linguagem comum.”. Essa abordagem promove um componente de sustentabilidade muito importante que é explorado posteriormente no ponto sobre a sustentabilidade.

OUTPUT 1: A TRANSPARÊNCIA FISCAL E ORÇAMENTAL MELHORADA

Este output, à semelhança dos demais outputs do Programa, compreende as 5 atividades gerais tipo referidas no ponto precedente e sucintamente descritas abaixo, que, neste output (atividades 1 a 5), visam apoiar os governos dos PALOP e Timor-Leste (em particular, MF e do Planeamento) para desenvolverem as competências dos seus quadros e as suas capacidades institucionais, com vista a produzir e divulgar documentos orçamentais padronizados, em conformidade com as normas internacionais e mantenham ativas CdP dinâmicas que envolvam os MF e outras partes intervenientes relevantes dos sistemas de GFP nos PALOP e Timor-Leste.

ATIVIDADE GERAL 1: TREINO E DESENVOLVIMENTO DE APTIDÕES HUMANAS E CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

Esta atividade geral consiste, entre outras, nas seguintes ações:

- Cursos de pós-graduação em língua portuguesa, ministrados por universidades internacionalmente reconhecidas, com foco em GFP e adaptados ao enquadramento jurídico e contexto institucional dos PALOP-TL;
- Eventos de formação para reforçar a prática profissional (cursos presenciais e/ou eLearning) acreditados com credenciais profissionais;
- Apoio tutorial pelos pares usando a abordagem de Cooperação Sul-Sul e Triangular (SStC);
- Visitas de estudo para troca de experiências; e
- Assistência técnica direcionada/altamente especializada facultada por prestadores de serviços disponibilizados pela UGP, todos voltados para a GFP e transparência orçamental.

O Orçamento Sensível ao Género (OSG) estará entre as áreas de foco para formação e desenvolvimento de capacidades. No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

ATIVIDADE GERAL 2: PROMOVER CAMPANHAS DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO E DE SENSIBILIZAÇÃO

Esta atividade geral consiste, entre outras, nas seguintes ações:

- Campanhas de informação e sensibilização dirigidas ao público em geral utilizando meios audiovisuais, incluindo programas de televisão e rádio, Twitter, Facebook, YouTube, podcasts, etc.;
- Encontros com atores locais;
- Publicação de newsletters, publicidade em jornais e outros tipos de iniciativas de sensibilização recorrendo à imprensa escrita, etc., todos com foco na transparência orçamental e acessibilidade da informação fiscal, combate à corrupção, participação pública nos processos orçamentais, etc.

O OSG estará entre as áreas de foco dessas campanhas. No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

ATIVIDADE GERAL 3: PROMOVER REFORMAS INSTITUCIONAIS E LEGAIS

Esta atividade geral consiste, entre outros, nas seguintes ações:

- Apoio tutorial de pares usando a abordagem de SStC;
- Assistência técnica orientada/altamente especializada através de peritos/as e/ou prestadores/as de serviços disponibilizadas/os pela UGP;
- Visitas de estudo para intercâmbios de experiências, visando reformas jurídicas e institucionais no campo da GFP e da transparência orçamental;

A publicação de informações orçamentais, promoção do OSG e de um maior envolvimento do público, bem como de outros atores relevantes do SGFP no processo orçamental, estarão entre as áreas de foco dessas ações.

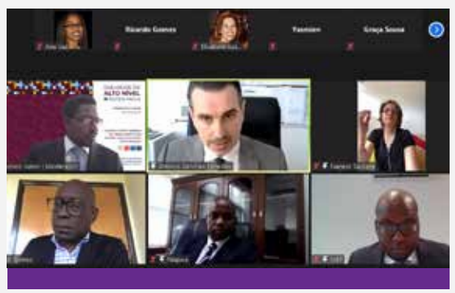
ATIVIDADE GERAL 4: REALIZAR PROCUREMENT E REFORÇAR OS SISTEMAS DAS TIC

Esta atividade geral consiste, entre outros, nas seguintes ações:

- Apoio tutorial de pares usando a abordagem de SStC;
- Assistência técnica orientada/altamente especializada através de peritas/os e/ou prestadores/as de serviços disponibilizados/as pela UGP;
- Aquisição de hardware, software e Sistema de Gestão da Informação (IMS); e
- Organização de visitas de estudo para trocas de experiências, sendo que todas elas visam promover o uso das TIC para aumentar a transparência orçamental e prestação de contas.

ATIVIDADE GERAL 5: PROMOÇÃO COMUNIDADE DE PRÁTICAS – COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR DE MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS DOS PALOP-TL

Esta atividade foi concebida para usar a aprendizagem pelos pares e troca de experiências, nomeadamente através da publicação de documentação relevante em língua portuguesa, permitindo a exposição e assimilação de melhores práticas, e desta forma estimular a transformação.



A CdP é baseada em grupos de trabalho de alto nível que incluem representantes dos vários beneficiários, e tem como temas principais: (a) SGFP, (b) transparência orçamental e (c) desafios e questões de abertura na governação (mesmo a adesão à OGP). As CdP incluem seminários, intercâmbios de experiências e grandes conferências - envolvendo o Estado (MF, ISC e outras instituições de controlo externo independentes, tal como o parlamento) e não estatais (OSC e plataformas regionais) intervenientes do SGFP – dedicados à temática do SGFP, transparência orçamental, abertura legislativa e transparência fiscal, entre outras questões relevantes nestes domínios.

As atividades realizadas no quadro do plano de mitigação do impacto socioeconómico da pandemia COVID-19 são reportadas mais adiante e com maior detalhe no Anexo 11. O descritivo das ações que foram realizadas no quadro destas atividades gerais em todos os países beneficiários pode ser consultado para maior precisão das fontes e narrativa da intervenção no Anexo 10 do presente relatório. Durante o **período reportado**, com o apoio da UGP do Pro PALOP-TL ISC, foram realizadas nos PALOP as **atividades gerais acima mencionadas**, cujo **impacto e resultados** são descritos abaixo:

CADEIA DOS RESULTADOS	INDICADORES	METAS (INCL. ANO REFERÊNCIA)	NÍVEL DE REALIZAÇÃO
Output (O1) As capacidades do governo para garantir a transparência fiscal e orçamental nos PALOP-TL melhoradas	**1.** "# de staff do Ministério das Finanças (MF) e do Executivo são treinados, melhoram seus conhecimentos e são informados sobre GFP, transparência orçamental e OSG nos PALOP-TL (dados desagregados por sexo, organização de origem, país)". **2.** "Status de desenvolvimento da metodologia do Pro PALOP-TL ISC para OSG e inclusão da planificação da OSG no ciclo no ciclo orçamental, incluindo no Quadro de Despesas de Médio-Prazo (QDMP)". **3.** "Status da Comunidade de Práticas de Ministérios das Finanças/Plano dos PALOP-TL para a transparência orçamental". **4.** "Status do procurement pelos MF para reforço de plataformas TIC de gestão de informação que promovam a transparência orçamental". **5.** "# de pessoas envolvidas & # de iniciativas de informação & sensibilização sobre GFP e transparência orçamental realizadas com o apoio do projeto (dados desagregados por sexo, organização de origem, país)".	**2022**: **1.** ANG: 110; CV: 110; GB: 110; MOZ: 110; STP: 110; TL: 50. **2.** PALOP-TL: todos os PALOP-TL endossaram a metodologia de OSG e aprovaram OGEs com OSG. **3.** Pelo menos 3 CdP facilitadas pelo Pro PALOP-TL ISC envolvendo 300 quadros dos MF treinados através da cooperação sul-sul e triangular, usando aprendizagem entre pares, trocas de experiências e de práticas sobre transparência orçamental para melhorar o conhecimento sobre a produção e publicação de orçamentos e relatórios de despesa. **4.** Pelo menos 4 de 6 MF dos PALOP-TL tem plataformas TIC de gestão de informação que promovam a transparência orçamental. **5.** ANG: 4 iniciativas envolvendo 120 pessoas; CV: 4 iniciativas envolvendo 120 pessoas; GB: 12 iniciativas envolvendo 120 pessoas; MOZ: 4 iniciativas envolvendo 120 pessoas; STP: 7 iniciativas envolvendo 120 pessoas; TL: 2 iniciativas envolvendo 60 60 pessoas.	🟢 **1.** 2,417 quadros dos MF e Executivo capacitados contra 600 da meta para 2022[29] - ou 1,842, se considerarmos a linha de base em 2017. 🟢 **2.** Todos os PALOP-TL endossaram a metodologia de OSG (6 em 6) e 4 deles incluem total ou parcialmente a OSG na sua planificação orçamental (4 em 6 – CV, AO, TL and STP). 🟢 **3.** 4 CdP realizadas contra 3 CdP previstas pela meta para 2022. Ainda estão a ser tratados os dados sobre o nº de pessoas envolvidas contra os 300 quadros dos MF previstos na meta para 2022 – mesmo nº de pessoas, se considerarmos a linha de base em 2017. 🟢 **4.** 3 PALOP-TL têm plataformas TIC de gestão de informação que promovem a transparência orçamental (CV, MZ e TL) contra 4 PALOP-TL da meta para 2022. 🟡 **5.** 4 das 33 iniciativas de informação e sensibilização previstas foram realizadas. Ainda estão a ser tratados os dados sobre o nº de pessoas envolvidas contra 540 previstas na meta de 2022 – 830 pessoas, se considerarmos a linha de base em 2017. 🟢 **6.** 6 PALOP-TL usam efetivamente e endossaram a metodologia de OSG e fiscalização/monitoria das despesas públicas com enfoque no género; 4 PALOP-TL (ANG, CV, STP, TL) adoptaram OSG no ciclo orçamental. 🟢 **7.** 13 CdPs organizadas, contra 3 previstas pela meta para 2022. Ainda estão a ser tratados os dados sobre o nº de pessoas envolvidas contra 600 previstas na meta de 2022 – 4,050 pessoas, se considerarmos a linha de base em 2017. 🟢 **8.** Aquisições e upgrades realizados em 4 países (ANG, CV, STP, MZ and TL), contra os 5 previstos pela meta para 2022. 🟢 **9.** 1 plataforma digital para simplificação e análise orçamental desenvolvida (disponível, operacional e sustentável) para as OSC PALOP-TL. 🟢 **10.** Mecanismos formais de diálogo (reuniões formais e sessões abertas) entre parlamentos, ISC, MFs e OSCs realizadas para além das previstas por lei ou regimento em todos os PALOP-TL.

29 # de staff treinados nos 3 outputs não pode ser inteiramente desagregado por país, uma vez que o Sistema M&A do programa agrega o nº de participantes dos PALOP-TL nas atividades transversais de treino.

O Programa foi bem-sucedido em aumentar a conscientização a nível dos executivos nos PALOP-TL sobre a importância central e necessidade da transparência orçamental, assim como da transversalização das questões de género no ciclo orçamental e de planificação dos ODS. Aumentou a transparência orçamental e a qualidade da informação especializada sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) disponibilizada pelos Ministérios das Finanças nos países PALOP-TL. No que diz respeito especificamente à metodologia de OSG e sua inclusão no ciclo orçamental (Output 1 – Indicador 2), todos os países PALOP-TL endossaram a metodologia de OSG nos seus planos estratégicos nacionais[30], e quatro dentre os seis países incluíram a metodologia na sua planificação orçamental, nomeadamente Cabo Verde, Timor-Leste, Angola e São Tomé e Príncipe[31] (em 2017, aquando do arranque do programa, apenas Cabo Verde havia endossado essa metodologia orçamental e adoptado a OSG no ciclo orçamental). Do mesmo modo, à data do presente relatório, em todos os parlamentos e as OSC desses países usam efetivamente a metodologia do Pro PALOP-TL ISC para OSG e fiscalização parlamentar/monitoria social das despesas públicas com enfoque no género[32] (em 2017, aquando do arranque do Programa, nenhum desses países estava nessa condição).

Em **Angola**, o reforço da sensibilização/informação do público e cidadãos em termos de transparência orçamental, OSG e ODS, bem como a assistência técnica do Programa, resultou na inclusão de marcadores de género na Proposta de Orçamento do Estado para 2022. De acordo com um entrevistado no contexto da avaliação intercalar, o programa *"colocou o Orçamento Sensível ao Género na agenda ao mais alto nível (Assembleia e Governo) como uma prioridade"*. Foi possível incorporar a metodologia do Pro PALOP-TL ISC para OSG (incluindo o Sistema de Marcadores de género) na Proposta de Orçamento do Executivo para 2022, no Relatório de Fundamentação e nos Relatórios OGE da referida proposta. Para esses avanços, muito contribuiu o trabalho de formação e advocacia junto do ministério sectorial, MASFAMU (Ministério da Acão Social, Família e Promoção da Mulher). Adicionalmente, foi delineado um *Roadmap* com este ministério para apoiar de forma sustentável iniciativas de reforço da transparência orçamental com a adopção progressiva das metodologias de orçamentação programática e de contabilidade patrimonial e das IPSAS[33], entre outros.

30 https://datastudio.google.com/reporting/2ad63ab8-6797-4375-a28f-036acac173a2/page/p_zu0qx3zipc.

31 https://datastudio.google.com/reporting/2ad63ab8-6797-4375-a28f-036acac173a2/page/p_zu0qx3zipc.

32 https://datastudio.google.com/reporting/2ad63ab8-6797-4375-a28f-036acac173a2/page/p_zu0qx3zipc.

33 International Public Sector Accounting Standards.

Em **Cabo Verde**, o Programa aumentou a sensibilização para a necessidade de uma maior transparência orçamental em benefício dos cidadãos. O Ministério das Finanças foi apoiado na criação do Portal da Transparência da Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, onde são disponibilizadas todas as informações de despesas e contas públicas em tempo real[34]. Apoio adicional foi fornecido para a sensibilização e capacitação dos quadros desse ministério sobre o tema do Orçamento Cidadão, bem como o uso da Pesquisa do Orçamento Aberto do IBP como uma ferramenta para medir e melhorar a transparência orçamental.O Programa também apoiou a inclusão de princípios específicos sobre OSG no Orçamento do Estado e prestou assistência técnica ao Ministério das Finanças de Cabo Verde para atualizar a aplicação dos marcadores de género. Nesse país, foram ainda realizadas importantes ações de formação dos quadros do ministério das finanças em contabilidade patrimonial no contexto das reformas programadas para adopção progressiva deste tipo mais transparente de contabilidade pública e das IPSAS. Por forma a assegurar o contínuo fortalecimento do controlo interno, o programa apoiou a planificação estratégica da Inspeção Geral das Finanças, uma das instituições-chave para assegurar o seguimento das recomendações do Tribunal de Contas por parte do executivo – em particular do ministério das finanças.

34 https://www.mf.gov.cv/web/dnocp.

O Ministério das Finanças de **São Tomé e Príncipe** conseguiu reforçar o seu conhecimento e consciência sobre o OSG e os Marcadores de Género, de forma a influenciar o processo anual de orçamentação do Estado. O Programa apoiou o país no desenvolvimento da Diretiva OSG para 2021 com a transversalização das questões de género e a OSG aplicadas em dois sectores piloto, nomeadamente água e saneamento. Por outro lado, à semelhança do ministério das finanças de Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe também está a haver uma forte aposta do ministério das finanças na capacitação dos seus quadros nas IPSAS e contabilidade patrimonial para acelerar a reforma em curso das Finanças Públicas e adopção desta modalidade de contabilidade pública. O Programa tem assegurado essa capacitação e aconselhamento técnico com recurso a quadros especializados de instituições supremas de auditoria em Portugal, num contexto de cooperação sul-sul e triangular.

Na **Guiné-Bissau**, onde o progresso rumo à transparência fiscal e orçamental por parte do executivo é mais lento, devido à instabilidade política e institucional, o Programa conseguiu contribuir para uma mudança progressiva de mentalidade que tem resultado na inclusão da temática de género nas políticas públicas. Por exemplo, o programa já criou condições para iniciar um diálogo sobre orçamentação com perspetiva de género, bem como para a inclusão do tema de forma mais transversal em todo o Plano de Desenvolvimento Nacional.

O Programa preparou recentemente uma análise para a revisão da Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) em **Moçambique** (2020), dando contribuições específicas para o OSG e a integração do género. O Programa espera que essas contribuições sejam levadas em consideração pelas autoridades nacionais.

Em **Timor-Leste**, a avaliação encontrou dificuldades no diálogo com o Ministério das Finanças. Além disso, o número limitado de atividades implementadas pelo Programa ainda não resultou em melhorias dignas de nota. Portanto, será necessária uma maior atenção a Timor-Leste, a fim de recuperar o impulso e o apoio das autoridades locais.

Em **cada um desses 6 países**, o Programa facilitou a realização de um seminário que juntou representantes das instituições estatais dos sistemas de gestão das finanças públicas (em particular, ministérios das finanças e plano, tribunais de contas e parlamentos) para realizar uma iniciativa piloto de Diálogo de Políticas Públicas no domínio da Gestão das Finanças Públicas entre esses atores e os serviços da União Europeia. Esse piloto antecipou as tendências que hoje se tornam mais claras na programação da cooperação da União Europeia com os seus parceiros externos.

O Programa tem tido muito sucesso na implementação de **Comunidades de**

Práticas (CdP) em todos os 3 outputs, como um instrumento de cooperação sul-sul e triangular para impulsionar o diálogo sobre políticas públicas e direcionar essas interações, especialmente para fortalecer o diálogo entre atores de alto nível no domínio da governação económica, nomeadamente do Executivo, ISC, Parlamentos e OSCs nos países diferentes. Abaixo segue na Tabela 4 uma lista não exaustiva das CdP realizadas no contexto do presente output:

TABELA 4 – COMUNIDADES DE PRÁTICAS (CDP) ORGANIZADAS PELO PRO-PALOP TL ISC - FASE II (OUTPUT 1)

OUTPUT	# CDP	DESCRIÇÃO
Output 1	6	• Grupo de Trabalho de Alto Nível: Orçamentação Programática – Ministérios das Finanças de Angola, Cabo Verde e Portugal, online, maio 2021[35]. • Comunidade de Práticas dos Atores Estatais dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas nos PALOP-TL – Contributos para a Agenda 2030, Angola, janeiro 2020[36]. • Workshop Regional UE/NAO FED & Atores Estatais dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas para piloto em Diálogo de Políticas Púbicas para Finanças Públicas, Angola, janeiro 2020. • Pro PALOP-TL ISC/IBP Webinar series - A Importância dos Orçamentos Abertos - Resultados do OBS 2019, online, junho 2020[37]. • Curso Online Intensivo em Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) para quadros do MdF e TdC dos PALOP-TL, online, junho-jullho 2021[38]. • Grupo de Trabalho: Contribuição das ISC da CPLP PARA Agenda 2030 – preparação de publicação internacional em parceira com GIZ e AFROSAI-E, outubro 2021[39].

Desde 2019, foram realizadas 6 CdP neste output que contribuíram para formar, sensibilizar e informar cerca de 2,400 quadros técnicos e dirigentes, responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas no domínio da gestão das finanças públicas, com particular foco na transparência orçamental e prestação de contas – a meta para 2022 é de 1,800.

O apoio do programa neste país permitiu ainda a capacitação ao nível de pós-graduação dos quadros dirigentes e superiores do Ministério das Finanças em gestão das finanças públicas (ISCTE-IUL|IPPS) com impacto na qualidade do desempenho desses quadros e no aumento esperado (qualitativo e quantitativo) de literatura especializada e de nível académico em gestão das finanças públicas com foco nos contextos nacionais dos PALOP-TL.

35 https://www.facebook.com/propalop.tl/.

36 https://agora-parl.org/pt-pt/pro-palop-tl-sai/community-of-practice/comunidade-de-praticas-pro-palop-tl-isc-o-contributo-para.

37 https://www.facebook.com/propalop.tl/posts/3347588428593308.

38 https://www.facebook.com/propalop.tl/photos/pcb.4411215595563914/4411208182231322/.

39 https://www.facebook.com/TribunaldeContasdePortugal/photos/a.123100884430392/6626136160793466.

OUTPUT 2: O CONTROLO EXTERNO/AUDITORIA PELAS ISC AOS SGFP REFORÇADOS

Este segundo output, como já referido mais acima, também compreende as 5 atividades gerais tipo, que, neste output (atividades 6 a 10), visam apoiar as instituições supremas de auditoria e outras instituições superiores de controlo dos PALOP e Timor-Leste para desenvolverem as competências dos seus quadros e as suas capacidades institucionais, para realizar diferentes tipos de exercícios de auditoria e produzir relatórios de auditoria em conformidade com os padrões internacionais e mantenham ativas CdP dinâmicas que envolvam as ISC e outras partes intervenientes relevantes dos sistemas de GFP nos PALOP e Timor-Leste.

ATIVIDADE GERAL 6: TREINO E DESENVOLVIMENTO DE APTIDÕES HUMANAS E CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

Esta atividade geral consiste, entre outras, nas seguintes ações:

- Organização de cursos de pós-graduação em Língua Portuguesa, ministrados por universidades internacionalmente reconhecidas, com foco em GFP e adaptados ao enquadramento jurídico e contextos institucionais dos PALOP-TL;
- Eventos de formação para reforço da prática profissional (cursos presenciais e/ou eLearning) acreditados com credenciais profissionais;
- Apoio tutorial pelos pares usando a abordagem de SStC; visitas de estudo para troca de experiências; e assistência técnica direcionada/altamente especializada através de especialistas/prestadores de serviços disponibilizados/as pela UGP – todas/os voltados/as para a auditoria e controlo externo da despesa pública, regulamentação de compras públicas e controlo da corrupção.

A auditoria e o controlo externo da afetação da despesa pública para promover a igualdade de género estarão entre as áreas de foco para formação e capacitação.

ATIVIDADE GERAL 7: PROMOVER A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO E CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a UE) no seguinte tipo de ação:

- Promoção de campanhas de informação e sensibilização dirigidas ao público em geral utilizando meios audiovisuais, incluindo programas de TV e rádio, Twitter, Facebook, YouTube, podcast, etc.;
- Reuniões com a Câmara Municipal; publicação de newsletters, publicidade em jornais e outros tipos de iniciativas de sensibilização usando a imprensa escrita, etc. - todos com foco no controlo externo da despesa pública, combate à corrupção, abertura fiscal e maior envolvimento do público no trabalho da ISC e outras instituições de relevo no campo da luta contra a corrupção e controlo externo, *etc.*

Estas campanhas são focadas nas seguintes áreas: auditoria e controlo externo da igualdade de género, bem como maior envolvimento do público no trabalho da ISC, a auditoria e o controlo externo da afetação da despesa pública para promover a realização dos ODS, entre as áreas de foco.

ATIVIDADE GERAL 8: PROMOVER REFORMAS INSTITUCIONAIS E LEGAIS

Esta atividade geral consiste, entre outras, nas seguintes ações:

- Apoio tutorial pelos pares usando a abordagem de SStC;
- assistência técnica orientada/altamente especializada através de peritos/prestadores de serviços disponibilizados pela UGP;
- visitas de estudo para intercâmbios de experiências, todas com o objetivo de alcançar reformas legais e institucionais no campo do controlo externo da despesa pública – particularmente legislação aplicável às ISC, planeamento estratégico das ISC e SAI-PMF;
- Independência das ISC, âmbito do controlo externo exercido pelas ISC e contribuição pública para a agenda das ISC estarão entre as áreas de foco dessas ações destinadas a promover reformas legais e institucionais.

A auditoria e o controlo externo da afetação da despesa pública para promover a realização dos ODS, em particular da igualdade de género, estarão entre as áreas de foco.

ATIVIDADE GERAL 9: REALIZAR "PROCUREMENT" E REFORÇAR SISTEMAS TIC

Esta atividade geral consiste, entre outros, nas seguintes ações:

- Apoio tutorial de pares usando a abordagem de SStC;
- Assistência técnica orientada/altamente especializada através de peritas/os e/ou prestadores/as de serviços disponibilizados/as pela UGP;
- Aquisição de *hardware*, *software* e Sistema de Gestão da Informação (IMS); e
- Organização de visitas de estudo para trocas de experiências, sendo que todas elas visam promover o uso das TIC para aumentar a eficiência na gestão, produção, divulgação e controlo externo das informações orçamentais.

ATIVIDADE GERAL 10: PROMOÇÃO COMUNIDADE DE PRÁTICAS – COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR DAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE CONTROLO DOS PALOP-TL

Esta atividade geral consiste, entre outras, nas seguintes ações:

- Apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento institucional e implementação do plano estratégico da OISC|CPLP;
- Organização CdP baseada em grupos de trabalho de alto nível que reúnem representantes das ISC para abordar: (a) o controlo externo do SGFP e (b) exercícios do SAI-PMF;
- CdP baseadas em Seminários de Intercâmbio de Experiências e Grandes Conferências envolvendo os intervenientes estatais (MF, outras instituições de controlo externo independentes e parlamentos) e não estatais (OSC e plataformas regionais) do SGFP;
- publicação de bibliografia relevante em língua portuguesa, relativa ao SGFP, transparência orçamental, abertura legislativa e transparência fiscal, entre outras questões prementes nestes domínios.

A auditoria e controlo externo da afetação da despesa pública para promover a realização dos ODS, em particular da igualdade de género, estarão entre as áreas de foco para as CdP.

Controlo externo/auditoria (principalmente através de auditorias colaborativas/coordenadas de desempenho), auditorias ISC, fiscalização parlamentar e monitoria social das despesas públicas com foco nas metas nacionais de ODS relevantes (incluindo questões ambientais e relativas a mudanças climáticas) podem ser implementadas transversalmente.

O último resultado das discussões entre o Pro PALOP-TL ISC e a OISC|CPLP, no final de 2017, permitiu incluir tais metas no plano estratégico daquela organização regional. Mais recentemente, o AFROSAI-E e a Associação Alemã para a Cooperação Internacional

(GIZ) desenvolveram uma estrutura para incorporar o ambiente de GFP num país como contribuição para o ODS 16.4 – instituições eficazes, responsáveis e transparentes. O projeto estabelecerá parcerias com estas instituições no âmbito do seu programa com a OISC|CPLP para desenvolver um **quadro geral para a elaboração de relatórios de GFP**, com o objetivo de capacitar as ISC dos PALOP-TL e, desta forma, contribuir significativamente para a implementação dos ODS.

As atividades realizadas no quadro do plano de mitigação do impacto socioeconómico da pandemia COVID-19 são reportadas mais adiante e com maior detalhe no Anexo 11. O descritivo das ações que foram realizadas no quadro destas atividades gerais em todos os países beneficiários pode ser consultado para maior precisão das fontes e narrativa da intervenção no Anexo 10 do presente relatório. Durante o **período reportado**, com o apoio da UGP do Pro PALOP-TL ISC, foram realizadas nos PALOP as **atividades gerais acima mencionadas**, cujo **impacto e resultados** são descritos abaixo:

No geral, o Programa contribuiu positivamente para melhorar o desempenho das ISC e de outras instituições de controle externo na auditoria e controle orçamental, reforçando as suas capacidades institucionais e operacionais, de forma geral gerais nos PALOP-TL. Adicionalmente, o Programa fortaleceu a cooperação Sul-Sul e triangular entre as ISC, no contexto da OSIC|CPLP.

A título de exemplo, em **Angola**, o apoio do programa para a capacitação dos quadros, auditores e juíze(a)s conselheiro(a)s foi considerando pela Presidente da Instituição como sendo um *"game-changer"* para o posicionamento da instituição no contexto nacional e para a qualidade dos seus deliverables em matéria de controlo externo. Esse desenvolvimento de aptidões humanas foi essencialmente conseguido com o forte envolvimento desses quadros nos cursos de pós-graduação em gestão das finanças públicas (ISCTE-IUL|IPPS) e nas Oficinas de Análise Orçamental do Pro PALOP-TL ISC.

CADEIA DOS RESULTADOS	INDICADORES	METAS (INCL. ANO REFERÊNCIA)	NÍVEL DE REALIZAÇÃO
		2022	
Output (O2) As capacidades para garantir um controlo externo/auditoria sobre o SGFP nos PALOP-TL das ISC e outras instituições relevantes reforçadas	**6.** "# de juízes, auditores e quadros das ISC e outras instituições de controlo externo são treinados, melhoram seus conhecimentos e são informados sobre controlo externo e auditorias de sistemas de gestão das finanças públicas, incluindo a OSG e auditorias de resultados aos ODS e outros ODS (dados desagregados por sexo, organização de origem, país)".	**6.** ANG: 160; CV: 140; GB: 190; MOZ: 140; STP: 120; TL: 20.	**6.** 1,968 quadros capacitados em 770 esperados - ou 1,323, se considerarmos a linha de base em 2017.
	7. "Status da Comunidade de Práticas do Pro PALOP-TL ISC no domínio do controlo externo da GFP, envolvendo juízes e auditores das ISC".	**7.** 1 CdP envolvendo PALOP-TL SAI (OISC|CPLP) existe e reúne-se pelo menos 1 vez por ano, envolvendo pelo menos 300 juízes, auditores e quadros; reforça capacidades institucionais em 6 ISC dos PALOP-TL e realiza avaliações da prontidão dos SGFP para implementação dos ODS (PFM-RF) em pelo menos 4 PALOP-TL, usando a cooperação sul-sul e triangular, aprendizagem entre pares e trocas de experiências.	**7.** a) 6 CdP organizadas, contra 1 CdP prevista pela meta para 2022. Ainda estão a ser tratados os dados sobre o nº de pessoas envolvidas contra 259 previstas na meta de 2022 – 559 pessoas, se considerarmos a linha de base em 2017.b) Todas as ISC PALOP-TL têm auditores formados na aplicação do instrumento PFM-RF; 5 ISC (PALOP) realizam o exercício, dentre as quais, 3 fazem uma atualização da ferramenta (ANG, CV, MZ); 3 produziram relatórios dos exercícios PFM-RF (CV, MZ, STP); 5 ISC pretendem introduzir elementos dos relatórios PFM-RF nos PCGE, mas nenhuma ainda concretizou. c) Fase inicial de formação da auditoria coordenada às zonas protegidas (ODS13-14) inicia fase de capacitação com 2 eLearnings realizados sobre auditoria de desempenho e ODS. Fase operacional ainda por iniciar.
	8. "Status do procurement pelas ISC para reforço de plataformas TIC de gestão de informação que promovam a eficiência e abertura das ISC".	**8.** As plataformas TIC de gestão de informação estão operacionais em Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, e promovem a eficiência e abertura dessas ISC.	**8.** 4 PALOP-TL 3 PALOP-TL têm plataformas TIC de gestão de informação que promovem a eficiência e abertura dessas ISC (CV, GB, STP and MZ), contra 3 previstos pela meta para 2022.
	9. "# de pessoas envolvidas & # de iniciativas de informação & sensibilização sobre controlo externo/ auditoria dos SGFP realizadas com o apoio do projeto (dados desagregados por sexo, organização de origem, país)".	**9.** ANG: 4 iniciativas envolvendo 120 pessoas; CV: 4 iniciativas envolvendo 120 pessoas; GB: 4 iniciativas envolvendo 120 pessoas; STP: 4 iniciativas envolvendo 120 pessoas; MOZ: 4 iniciativas envolvendo 120 pessoas; TL: 1 iniciativa envolvendo 30 pessoas.	**9.** 4 iniciativas de informação/sensibilização realizadas contra 21 previstas pela meta para 2022. Ainda estão a ser tratados os dados sobre o nº de pessoas envolvidas nas 540 pessoas previstas na meta para 2022 – 830 pessoas, se considerarmos a linha de base em 2017.

No caso da **Guiné-Bissau**, onde o apoio do Programa aumentou significativamente e de forma crítica a capacidade técnica do Tribunal de Contas para a emissão do Parecer sobre a Conta Geral de Estado (PCGE) de 2014, 2015 e 2016 – o que já havia sido assegurado na primeira fase com os Pareceres de 2009-10. O **apoio do programa a esta ISC tem sido on-the-job e de tipo tutorial**, com importantes resultados nos mais variados domínios da atividade desta instituição – da planificação estratégica e capacitação dos seus quadros e auditores em diferentes instrumentos de controlo externo (incluindo a contabilidade pública geral) à sensibilização/advocacia junto de gestores públicos sobre instruções obrigatórias para prestação de contas de gerência e a revisão da lei de organização e funcionamento do tribunal, mas também informação e comunicação das suas atividades ao público e jurisdicionados. Missões de verificação de contas a instituições públicas centrais no país estão a ser realizadas no contexto da preparação dos Pareceres acima referidos, para além de auditorias a contas de gerência a empresas públicas. Essas ações beneficiam do apoio técnico e financeiro do programa e foram objeto de uma forte campanha de sensibilização para alertar o público sobre o importante papel da ISC e promover maior participação do público nas suas atividades.

No Tribunal de Contas de **Cabo Verde**, o desenvolvimento de um sistema digital integrado para gestão dos processos e prestação de contas por via eletrónica, desenhado e operacionalizado com apoio do Programa, trouxe uma mudança de paradigma na responsabilização, tornando o seu processo mais eficiente e transparente nas diferentes ilhas. O apoio institucional e em capacitação do programa à **Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas (ARAP)** tem sido fundamental para a afirmação desta importante instituição de regulação da contratação pública para promover a transparência e a responsabilização na contratação pública em Cabo Verde – desde a planificação estratégica (partindo da avaliação do plano precedente) à desmaterialização documental para gestão digital dos processos internos, passando pela adopção de princípios de contabilidade patrimonial e de outros instrumentos jurídicos de gestão de contenciosos. Estas ISC realizaram, com o apoio técnico e financeiro do Programa ema campanha de sensibilização e advocacia que contribuiu para reforçar junto do público o tema da transparência e prestação de contas – inclusive na contratação pública.

Da mesma forma, em **São Tomé e Príncipe**, os protocolos processuais do Tribunal de Contas foram bastante melhorados através da informatização do sistema TIC administrativo, processual e de gestão de auditoria. O Programa contribuiu para aumentar a visibilidade desta ISC junto do público e seus jurisdicionados, bem como a sua relevância para a gestão das finanças públicas no seu país e em todos os países PALOP-TL, à semelhança do que vem acontecendo na Guiné-Bissau.

O aumento da visibilidade das ISC no palco dos atores e checks and balances dos ecossistemas de gestão das Finanças Públicas no espaço dos PALOP-TL tem sido generalizado, com forte contribuição do Programa.

Em **Moçambique**, o Tribunal Administrativo beneficiou de ferramentas para a autoavaliação e avaliação do executivo, bem como para a incorporação de boas práticas e padrões internacionais, por exemplo, através da troca de experiências com a AFROSAI-E, para apoiar as reformas institucionais. O Programa tem tido uma parceria operacional com o Programa para África da GIZ e, nesse quadro, tem apoiado a ISC Moçambicana na divulgação do trabalho que vem sendo realizado para a adopção e aplicação da ferramenta PFM-RF que permite às ISC avaliar o progresso do executivo na realização das metas nacionais da Agenda 2030 e dos ODS. Esse apoio permitiu ao Tribunal Administrativo identificar áreas prioritárias para auditoria e fornecer recomendações específicas ao Governo e ao Parlamento sobre a implementação dos ODS. Esta ISC iniciou, com o apoio do programa, um processo de revisão das instruções de execução obrigatória para processsos sujeitos a fiscalização prévia, como parte do processo de reforma em curso.

Conforme mencionado anteriormente, em **Timor-Leste**, a falta de capacidade de resposta do CdC, devido a atividades semelhantes a serem desenvolvidas por outros projetos e a uma comunicação limitada com a UGP, resultou numa participação residual (em algumas comunidades de práticas) desta ISC neste resultado. No entanto, foi desenhado de forma inclusiva e aprovado um plano consistente para apoio à Comissão Anticorrupção (CAC) que arrancou com substancial atraso e está a ser implementado – devendo ser reportado no próximo período.

Em matéria de **transversalização do género** neste output, as ISC de **Angola** e **Cabo Verde** forma capacitadas na metodologia do Pro PALOP-TL ISC para OSG e esta última ISC realizou subsequentemente uma **auditoria ao ODS 5 em Cabo Verde**. Ambas as ISC, assim como aquelas da **Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe**, têm beneficiado grandemente com as **Oficinas de Análise Orçamental e a metodologia de escrutínio dos documentos orçamentais e contas públicas** no contexto do ciclo orçamental.

O apoio do programa nestes países tem permitido ainda a capacitação ao nível de pós-graduação dos quadros dirigentes, auditore(a)s e juíze(a)s conselheiro(a)s das ISC em gestão das finanças públicas (ISCTE-IUL|IPPS) com impacto na qualidade do desempenho desses quadros e no aumento esperado (qualitativo e quantitativo) de literatura especializada e de nível académico em gestão das finanças públicas com foco nos contextos nacionais dos PALOP-TL.

As ações inicialmente previstas de desenvolvimento e/ou reforço de sistemas TIC integrados informatizados para gestão de RH e processos nas ISC de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (neste último país, trata-se da Comissão Anticorrupção) acabaram por ser reorientadas para o plano de mitigação do impacto socioeconómico da pandemia COVID-19, privilegiando a criação de condições efetivas para essas instituições pudessem funcionar efetivamente em estados de emergência/calamidade e as restrições que deles resultaram.

Como referido no reporte das realizações no output 1, em todos os países beneficiários o Programa facilitou a realização de um seminário que juntou representantes das instituições estatais dos sistemas de gestão das finanças públicas (em particular, ministérios das finanças e plano, tribunais de contas e parlamentos) para realizar uma iniciativa piloto de Diálogo de Políticas Públicas no domínio da Gestão das Finanças Públicas entre esses atores e os serviços da União Europeia. Esse piloto antecipou as tendências que hoje se tornam mais claras na programação da cooperação da União Europeia com os seus parceiros externos.

De igual modo, o Programa tem tido muito sucesso na implementação de **Comunidades de Práticas (CdP)** em todos os 3 outputs, como um instrumento de cooperação sul-sul e triangular para impulsionar o diálogo sobre políticas públicas e direcionar essas interações, especialmente para fortalecer o diálogo entre atores de alto nível no domínio da governação económica, nomeadamente do Executivo, ISC, Parlamentos e OSCs nos países diferentes. Abaixo segue a Tabela 5 com uma lista não exaustiva das CdP realizadas no contexto do output 2:

TABELA 5 – COMUNIDADES DE PRÁTICAS (CDP) ORGANIZADAS PELO PRO-PALOP TL ISC - FASE II (OUTPUT 2)

OUTPUT	# CDP	DESCRIÇÃO
Output 2	6	• Grupo de Trabalho: Contribuição das ISC da CPLP PARA Agenda 2030 – preparação de publicação internacional em parceira com GIZ e AFROSAI-E, outubro 2021[40]. • Curso Online Intensivo em Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) para quadros do MdF e TdC dos PALOP-TL, online, junho-jullho 2021[41]. • Comunidade de Práticas dos Atores Estatais dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas nos PALOP-TL – Contributos para a Agenda 2030, Angola, janeiro 2020. • Workshop Regional UE/NAO FED & Atores Estatais dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas para piloto em Diálogo de Políticas Púbicas para Finanças Públicas, Angola, janeiro 2020. • Grupo de Trabalho da OISC | CPLP CdP para apropriação nacional e uso da ferramenta Public Management Finance Report Framework (PMF-RF), Portugal, 2019 • Grupo de Trabalho para a Planificação Estratégica da OISC | CPLP (VI Seminário), Cabo Verde, 2019 • OISC PMF-RF Working Groups, Cabo Verde, 2019.

Desde 2019, foram realizadas 6 CdP neste output que contribuíram para formar, sensibilizar e informar cerca de 2,000 quadros técnicos e dirigentes, auditore(a)s e juíze(a)s conselheiro(a)s das ISC dos PALOP-TL, responsáveis pelo controlo externo e independente das contas públicas, com particular foco na transparência orçamental e prestação de contas – a meta para 2022 é de 1,323.

O apoio do programa permitiu ainda a capacitação ao nível de pós-graduação de quadros técnicos e dirigentes, auditore(a)s e juíze(a)s conselheiro(a)s das ISC dos PALOP-TL em gestão das finanças públicas (ISCTE-IUL|IPPS), com impacto na qualidade do desempenho desses quadros e no aumento esperado (qualitativo e quantitativo) de literatura especializada e de nível académico em gestão das finanças públicas com foco nos contextos nacionais dos PALOP-TL.

40 https://www.facebook.com/TribunaldeContasdePortugal/photos/a.123100884430392/6626136160793466.

41 https://www.facebook.com/propalop.tl/photos/pcb.4411215595563914/4411208182231322/.

OUTPUT 3: A FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR E MONITORIA SOCIAL AOS SGFP REFORÇADAS

Este terceiro output, à semelhança dos dois precedentes, também compreende as 5 atividades gerais tipo, que, neste output (atividades 11 a 15), visam garantir que o(a)s deputado(a)s, funcionário(a)s parlamentares e membros das OSC nos PALOP-TL desenvolvam instrumentos e capacidades internas com vista a assegurar iniciativas de fiscalização e abertura parlamentar; fiscalização parlamentar das despesas e orçamentos públicos; monitoria social das despesas públicas e simplificação das informações orçamentais públicas, tudo em linha com os padrões internacionais.

ATIVIDADE GERAL 11 TREINO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

Esta atividade geral consiste, entre outras, nas seguintes ações:

- Organização de cursos de pós-graduação em língua portuguesa, ministrados por universidades internacionalmente reconhecidas, com foco em GFP e adaptados ao enquadramento jurídico e contextos institucionais dos PALOP-TL;
- Eventos de formação para reforço da prática profissional (cursos presenciais e/ou eLearning), acreditados com credenciais profissionais;
- Apoio tutorial por pares usando a abordagem de SStC;
- Visitas de estudo para troca de experiências; e
- Assistência técnica direcionada/altamente especializada através de peritas/os e/ou prestadores/as de serviços individuais disponibilizados pela UGP - voltados/as para o reforço parlamentar e das OSC, bem como para a fiscalização parlamentar orçamental, a transparência fiscal, a regulamentação da contratação pública e o controlo da corrupção.

A fiscalização parlamentar e a monitoria social da despesa pública com enfoque no género estarão entre as áreas principais para formação e capacitação. Por outro lado, o projeto vai apoiar as OSC a desenhar e realizar um programa integrado PALOP-TL de combate à corrupção, promoção da transparência e da monitoria social da despesa pública.

A fiscalização parlamentar e a monitoria social das despesas e políticas públicas com foco nas desigualdades de género estão entre as áreas de foco para formação e capacitação.

ATIVIDADE GERAL 12 PROMOVER CAMPANHAS DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO E DE SENSIBILIZAÇÃO

Esta atividade geral consiste, entre outras, nas seguintes ações:

- Promoção de campanhas de informação e sensibilização utilizando meios audiovisuais, incluindo programas de TV e rádio, Twitter, Facebook, YouTube, podcast, etc.;
- Town-hall meetings;
- newsletters, publicações, correspondência de e-mail, jornais, etc. - todos com foco na fiscalização parlamentar orçamental, abertura legislativa, códigos parlamentares de ética e reformas institucionais, monitoria social da despesa pública, simplificação da informação orçamental e envolvimento do público nos processos orçamentais, etc.

A fiscalização parlamentar e a monitoria social da despesa pública destinada à promoção da igualdade de género e maior transparência legislativa e fiscal estarão entre as áreas de foco dessas campanhas, bem como a criação uma plataforma multinacional para as OSC partilharem informações e experiências.

A fiscalização parlamentar e a monitoria social da afetação da despesa pública para promover a igualdade de género estarão entre as áreas de foco. No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

ATIVIDADE GERAL 13 PROMOVER REFORMAS INSTITUCIONAIS E LEGAIS

Esta atividade geral consiste, entre outras, nas seguintes ações:

- Apoio tutorial pelos pares usando a abordagem de SStC;
- assistência técnica orientada/altamente especializada através de peritos/as e/ou prestadoras/es de serviços disponibilizados pela UGP;
- visitas de estudo para trocas de experiências - todas focadas em reformas legais e institucionais, incluindo exercícios/atualizações de planeamento estratégico, no campo da GFP.

As áreas de foco das ações que promovam as reformas legais e institucionais serão: o poder e a capacidade do parlamento de exercer a fiscalização (particularmente a fiscalização orçamental), bem como a abertura legislativa e o envolvimento do público no processo orçamental.

A fiscalização parlamentar e a monitoria social da despesa pública destinada à promoção da igualdade de género e maior transparência legislativa e fiscal estarão entre as áreas de foco dessas campanhas.

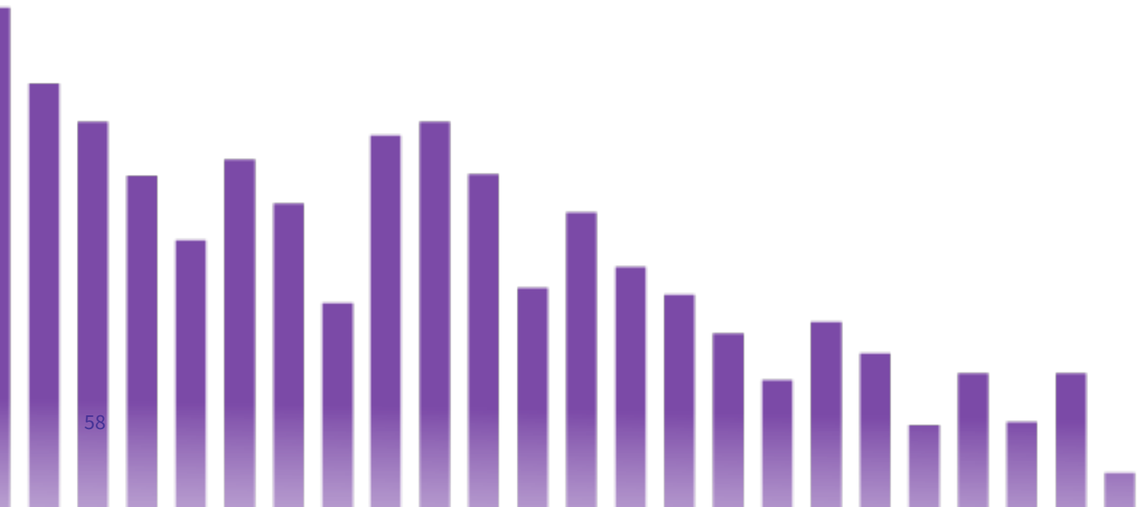
A fiscalização parlamentar e a monitoria social da afetação da despesa pública para promover a igualdade de género estarão entre as áreas de foco. No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

ATIVIDADE GERAL 14: REALIZAR AQUISIÇÕES E MELHORAR OS SISTEMAS DE TIC

Esta atividade geral consiste, entre outras, nas seguintes ações:

- Apoio tutorial pelos pares usando a abordagem de SStC;
- assistência técnica orientada/altamente especializada através de peritos/as prestadoras/es de serviços disponibilizados pela UGP;
- aquisição de hardware, software para plataformas parlamentares e legislativas do Sistema de Gestão da Informação e plataformas TIC das OSC, permitindo simplificar as informações sobre orçamento e despesas; e
- visitas de estudo para trocas de experiências - visando a mobilização das TIC no apoio à abertura legislativa e transparência fiscal.

A fiscalização parlamentar e a monitoria social da despesa pública destinada à promoção da igualdade de género e maior transparência legislativa e fiscal estão entre as áreas de foco dessas campanhas, bem como a criação uma plataforma multinacional para as OSC partilharem informações e experiências. No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.



ATIVIDADE GERAL 15: PROMOÇÃO COMUNIDADE DE PRÁTICAS – COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR DE PARLAMENTOS E DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DOS PALOP-TL

Esta atividade geral consiste, entre outras, nas seguintes ações:

- Apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento institucional e implementação do plano estratégico da AP|CPLP (foco particular na Associação dos/as Secretários Gerais, CdP de administração parlamentar no contexto da AP|CPLP);
- CdP baseada em grupos de trabalho de alto nível que reúnem representantes das Comissões Parlamentares de Orçamento, administração do parlamento e parlamentares para tratar da fiscalização parlamentar orçamental;
- CdP baseada em grupos de trabalho de alto nível que reúnem representantes de OSC, da comunicação social e academia para abordar a abertura legislativa, o acesso à informação orçamental e a participação do público nos processos orçamentais;
- CdP baseada em seminários de intercâmbio de experiências e grandes conferências envolvendo as instituições estatais (MF, ISC e outras instituições de controlo externo independentes) e não estatais (redes de mulheres parlamentares e outros grupos parlamentares relevantes, OSC e plataformas regionais) do SGF – todos com foco no SGFP, transparência orçamental, abertura legislativa e transparência fiscal, entre outras questões relevantes nesses domínios.

Os destinatários e os beneficiários em geral são os parlamentos, incluindo as/os funcionários/as administrativas/os do parlamento (especialmente os/as que apoiam as Comissões Parlamentares especiais), Parlamentares, AP|CPLP (incluindo a Associação dos/as Secretários Gerais), OSC, Comunicação Social e Instituições de Ensino Superior, entre outros.

As atividades transversais que promovem a Orçamentação Sensível ao Género, a fiscalização parlamentar e a monitoria social da despesa pública com enfoque no género serão implementadas no âmbito de cada resultado esperado.

As atividades realizadas no quadro do plano de mitigação do impacto socioeconómico da pandemia COVID-19 são reportadas mais adiante e com maior detalhe no Anexo 11. O descritivo das ações que foram realizadas no quadro destas atividades gerais em todos os países beneficiários pode ser consultado para maior precisão das fontes e narrativa da intervenção no Anexo 10 do presente relatório. Durante o **período reportado**, com o apoio da UGP do Pro PALOP-TL ISC, foram realizadas nos PALOP as **atividades gerais acima mencionadas**, cujo **impacto e resultados** são descritos abaixo:

CADEIA DOS RESULTADOS	INDICADORES	METAS (INCL. ANO REFERÊNCIA)	NÍVEL DE REALIZAÇÃO
		2022:	
Output (O3) As capacidades dos parlamentos e das OSC para assegurar a fiscalização parlamentar e monitoria social do SGFP nos PALOP-TL reforçadas	**10.** "# Parlamentares e técnicos parlamentares, membros das OSC são treinados, melhoram seus conhecimentos e são informados sobre fiscalização parlamentar e monitoria social de despesas e políticas públicas nos PALOP-TL, incluindo OSG (dados desagregados por sexo, organização de origem, país)".	**10.** Parlamentares e técnicos parlamentares, membros das OSC são treinados, melhoram seus conhecimentos e são informados sobre fiscalização parlamentar e monitoria social de despesas e políticas públicas nos PALOP-TL, incluindo OSG: ANG: 550; CV: 360; GB: 390; MOZ: 550; STP: 350; TL: 140.	**10.** 3,750 pessoas em eventos de capacitação contra 2,340 previstas pela meta de 2022 – 4,331 pessoas se considerarmos a linha de base de 2017.
	11. "Status de desenvolvimento da metodologia do Pro PALOP-TL ISC para OSG e fiscalização parlamentar/ monitoria social das despesas públicas com foco no género".	**11.** Membros das Comissões Parlamentares Orçamentais e Redes/Gabinetes de Mulheres Parlamentares e das OSC (parceiros do Pro PALOP-TL ISC) em todos os PALOP-TL usam efetivamente a metodologia do Pro PALOP-TL ISC para OSG e escrutínio das despesas públicas com foco no género.	**11.** 6 PALOP-TL usam efetivamente e endossaram a metodologia de OSG e fiscalização/monitoria das despesas públicas com enfoque no género; 4 PALOP-TL (ANG, CV, STP, TL) adoptaram OSG no ciclo orçamental.
	12. "Status da CdP no domínio da fiscalização legislativa e monitoria social das despesas e políticas públicas, envolvendo parlamentares e técnicos parlamentares e membros das OSC".	**12.** Pelo menos 6 CdP facilitadas pelo Pro PALOP-TL ISC treinam e reforçam as capacidades de 600 parlamentares e técnicos parlamentares e membros das OSC por via da cooperação sul-sul e triangular, aprendizagem entre pares, trocas de experiências e boas práticas sobre fiscalização parlamentar orçamental e monitoria social dos SGFP e simplificação orçamental desagregada por país e por género.	**12.** 13 CdPs organizadas, contra 3 previstas pela meta para 2022. Ainda estão a ser tratados os dados sobre o nº de pessoas envolvidas contra 600 previstas na meta de 2022 – 4,050 pessoas, se considerarmos a linha de base em 2017.
	13. "Status do procurement para apoiar plataformas TIC de gestão de informação de parlamentos e OSC que promovam fiscalização e abertura parlamentar, e participação do público nos processos orçamentais nos PALOP-TL".	**13.** Parlamentos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste têm plataformas TIC de gestão de informação de parlamentos operacionais e promovem fiscalização e abertura parlamentar, e participação do público nos processos orçamentais.	**13.** Aquisições e upgrades realizados em 4 países (ANG, CV, STP, MZ and TL), contra os 5 previstos pela meta para 2022.
	14. "1 sistema TIC concebido para simplificação orçamental e das informações sobre a despesa pública (plataforma digital orçamental das OSC)".	**14.** Pelo menos uma plataforma digital para simplificação e análise orçamental está disponível, operacional e é sustentável.	**14.** 1 plataforma digital para simplificação e análise orçamental desenvolvida (disponível, operacional e sustentável) para as OSC PALOP-TL.
	15. "# mecanismos formais de diálogo (reuniões formais e/ ou sessões abertas) entre parlamentos, ISC, MFs e OSCs realizadas para além das previstas por lei ou regimento".	**15.** Todos os PALOP-TL usam mecanismos formais de diálogo (reuniões formais e/ou sessões abertas) entre parlamentos, ISC, MFs e OSCs realizadas para além das previstas por lei ou regimento.	**15.** Mecanismos formais de diálogo (reuniões formais e sessões abertas) entre parlamentos, ISC, MFs e OSCs realizadas para além das previstas por lei ou regimento em todos os PALOP-TL.

O Programa contribuiu para o despertar da necessidade de transparência e abertura do parlamento aos cidadãos, para um maior envolvimento dos parlamentares e da sociedade civil na discussão do orçamento, bem como para a necessidade de incorporação da metodologia do Pro PALOP-TL ISC para OSG no ciclo orçamental e de uma planificação estratégica nacional sustentável que assegure a transversalização das metas nacionais de promoção da igualdade de género efetivamente e em linha com os compromissos da Agenda 2030. De uma forma geral, graças ao Pro PALOP-TL ISC, os parlamentos e OSCs de todos os PALOP-TL melhoraram a sua capacidade de análise do orçamento e a capacidade de usar eficazmente a OSG em apoio à fiscalização parlamentar e monitoria social das despesas e políticas públicas, com enfoque nas desigualdades de género. Os parlamentos de todos os países e as OSC de **Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe** foram formados e estão aptos a utilizar essa a metodologia. No entanto, a apropriação da metodologia para garantir o controlo legislativo e o acompanhamento social da despesa pública destinada à promoção da igualdade de género, ainda carece de consolidação, uma vez que os beneficiários ainda não aplicam a metodologia de forma sistemática.

Em **Angola**, na **Guiné-Bissau, em São Tomé e Príncipe e em Moçambique**, o ecossistema das OSCs foi significativamente fortalecido no tópico da GFP, incluindo a participação e seguimento/monitoria do orçamento ao longo ciclo orçamental, bem como no fortalecimento das suas ligações com o Parlamento, por via de programas de abertura parlamentar, mas também com o executivo – ligação menos acentuada com as ISC (excepto na Guiné-Bissau, onde os esforços da ISC para envolvimento do público são evidentes). Na **Guiné-Bissau**, onde quase não havia em 2017 nenhuma OSC trabalhando no tema de forma especializada, essa tendência foi particularmente relevante.

Em **Cabo Verde**, o Programa contribuiu para o fortalecimento das OSCs nas questões de GFP, porém é notória a baixa execução das atividades planeadas, bem como a participação insuficiente das OSCs no país. Nesse país, o Programa promoveu ainda a iniciativas no contexto do plano nacional para a Parceria Governo Aberto, em colaboração com a Open Government Partnership (OGP), com o objetivo de tornar o próximo plano de atividades OGP mais inclusivo e aberto às OSC e Parlamento, contrariamente ao seu precedente que estava demasiado centrado no executivo. A OGP é uma iniciativa multilateral que compromete os

países a “fomentar uma cultura global de governo aberto que capacite e ofereça aos cidadãos e avance os ideais de um governo aberto e participativo do século 21”. Nesse sentido, Cabo Verde é o único país PALOP-TL que aderiu à parceria.

Em **Angola**, as contribuições do Parlamento da sociedade civil foram integradas na Proposta de Orçamento do Executivo por deliberação da Assembleia da República, pela primeira vez em 2019.

A recente criação da **Plataforma Orçamental Digital das OSC dos PALOP-TL para simplificação e análise orçamental**[42] pode se tornar uma ferramenta poderosa para que as OSCs promovam de forma aut**ó**noma a transparência e a responsabilidade dentro de seus próprios países, tendo acesso a um instrumento que simplifica documentos e dados orçamentários, apresentando-o de forma aberta, estruturada e comparável.

O **Índice de Transparência Orçamental**, criado pelo Programa no âmbito da Plataforma Orçamental Online da Sociedade Civil, foi também considerado um exemplo de sucesso na promoção da disponibilidade e qualidade dos dados orçamentais especificamente para os países PALOP-TL, utilizando padrões e enquadramentos internacionais.

O desenvolvimento desta primeira Plataforma Online das Organizações da Sociedade Civil dos PALOP-TL para a Simplificação e Análise Orçamental e do Índice de Transparência Orçamental dos PALOP-TL foi concebido com base num processo de “design thinking” que permitiu envolver as partes interessadas ao longo do processo criativo e, simultaneamente, introduzir processos inovadores no desenvolvimento dos produtos. Este processo caracterizou-se por uma fase inicial de pesquisa e desenvolvimento, levada a cabo pelos peritos do Pro PALOP-TL ISC. Ainda durante essa fase inicial, foi partilhada a visão, os parâmetros a serem adotados e o projeto nas suas linhas globais com as partes interessadas e os usuários do produto final. Assim, foi realizada uma **sessão online de apresentação pública da plataforma** e seus pressupostos para reforçar a **compreensão** e **empatia** ainda na fase de definição do produto.

Após a apresentação da plataforma e do seu índice, seguiu-se um processo de **exploração** realizado pela equipa de especialistas do Pro PALOP-TL ISC e que permitiu o desenvolvimento de um protótipo da plataforma, assim como do índice de transparência orçamental PALOP-

42 https://www.paloptl-ebudgets.org/.

TL, um subproduto da plataforma orçamental, que será apresentado ao grupo das OSC beneficiárias e parceiras institucionais do Pro PALOP-TL ISC na reunião constitutiva. A apresentação do protótipo da plataforma aos membros das OSC beneficiárias do Pro PALOP-TL ISC vai marcar o envolvimento mais estreito das equipas de trabalho das OSC com os especialistas do programa, através da constituição dos órgãos de coordenação, gestão e controlo de qualidade da plataforma e seus subprodutos, assim como da aprovação do calendário para a capacitação das equipas que formam esses órgãos para uma maior apropriação nacional.

O processo criativo para o desenvolvimento da plataforma fechará com a fase de **materialização** que arrancará no último trimestre de 2021 com a capacitação/treino de equipas técnicas das OSC parceiras e beneficiárias do Pro PALOP-TL ISC em cada PALOP e em Timor-Leste, constituídas pelos membros do secretariado executivo da plataforma. A capacitação e treino destas equipas na gestão e manutenção da plataforma, bem como da aplicação do índice de transparência orçamental PALOP-TL, deverá decorrer até ao final do primeiro trimestre de 2022, permitindo assim testar e lançar o modelo de gestão e a implementação da plataforma.

Através deste mecanismo inovador para o desenvolvimento da plataforma online e do índice, pretende-se promover a transparência pública e a monitoria social do orçamento, que pode ser feita por académicos, pesquisadores, gestores públicos, políticos, cidadãos, jornalistas, instituições supremas de auditoria e outras instituições relevantes de controle externo das Finanças Públicas (Inspetoria Geral de Finanças, Provedores de Justiça, etc.) e até mesmo por funcionários públicos que lidam com finanças.

Em suma, a Plataforma e o índice de transparência a ela associado, irá disponibilizar a informação sobre os Orçamentos de Estado dos seis países, as receitas e as despesas públicas, numa interface inovadora e dinâmica, simplificando dados complexos em informação compreensível, interligada e acessível aos cidadãos. Trata-se de uma iniciativa inovadora, que utiliza tecnologia e design para transformar dados complexos em informações de simples compreensão para os cidadãos.

O Programa também foi muito eficaz nas capacidades individuais e institucionais e no fortalecimento das plataformas e equipamentos de TIC / IMS em todos os países; especialmente como uma resposta à pandemia COVID-19 – reportados com maior detalhe no Anexo 11.

Como referido nos outputs precedentes, têm sido implementadas muitas reuniões de **Comunidades de Práticas (CdP)** em todos os 3 outputs, instrumentalizando a cooperação sul-sul e triangular para promover um diálogo inclusivo e participado sobre políticas públicas no domínio da governação económica e gestão das Finanças Públicas. Abaixo segue na Tabela 6 com uma lista não exaustiva das CdP realizadas no contexto do output 3:

TABELA 5 – COMUNIDADES DE PRÁTICAS (CDP) ORGANIZADAS PELO PRO-PALOP TL ISC - FASE II (OUTPUT 3)

OUTPUT	# CDP	DESCRIÇÃO
Output 3	13	• OSC Webinar Series Pro PALOP-TL ISC | ISCTE-IUL/IPPS: " Finanças Públicas e Desenvolvimento Sustentável num contexto pós-Covid-19 nos PALOP-TL", online, 2021-22: ▸ **Módulo 1:** Políticas de Inclusão e Cidadania Social – com Paulo Pedroso, 31.03.2021; ▸ **Módulo 2:** Sistema de Financiamento da Economia Solidária – com Luciane Lucas dos Santos, 22.04.2021; ▸ **Módulo 3:** Estado de Bem-estar Organizações da Economia Social e Solidária – Rogério Roque Amaro, 22.06.2021; ▸ **Módulo 4:** Participação Cidadã e Orçamentos Participativos – Doutor Miguel Silva Graça, 22.07.2021; ▸ **Módulo 5:** Evolução da Cidadania nas Contas Públicas - Tribunal de Contas de Portugal, 21.10.2021; ▸ **Módulo 6:** Avaliação e seguimento de políticas públicas: os desafios e as oportunidades de um mundo pós COVID-19 – Ricardo Paes Mamede, 02.12.2021; ▸ **Módulo 7:** Liderança e Cidadania – João Aragão Pina, 16.12.2021; ▸ **Módulo 8:** Política Económica e Financeira – Sérgio Lagoa, data a anunciar. • Open Masterclass: Orçamentação Programática, Ricardo Paes Mamede, online, 2021. • OSC Webinar series Pro PALOP-TL ISC: Participação cidadã e orçamentos abertos / Orçamento cidadão, online, 2021. • Grupo de Trabalho de Alto Nível das Mulheres Parlamentares PALOP-TL: OSG – experiências e perspetivas de implementação, online, 2020. • Participação de delegação parlamentar PALOP-TL no contexto da Assembleia Parlamentar CPLP na Global Conference "Open Government" and "Open Parliament", Ottawa, 2019. • Pro PALOP-TL ISC | IBP Webinar series: a importância dos Orçamentos Abertos – apresentação da ronda OBS 2019, 2019.

Desde 2019, foram realizadas 13 CdP no terceiro output que contribuíram para formar, sensibilizar e informar cerca de 3,800 parlamentares e técnicos parlamentares e membros das OSC, atores que devem assegurar a fiscalização parlamentar e monitoria social das despesas e políticas públicas – a meta para 2022 é de cerca de 2,300.

O apoio do programa permitiu ainda a capacitação ao nível de pós-graduação de parlamentares e técnicos parlamentares e membros das OSC dos PALOP-TL em gestão das finanças públicas (ISCTE-IUL|IPPS), com impacto na qualidade do desempenho desses quadros e no aumento esperado (qualitativo e quantitativo) de literatura especializada e de nível académico em gestão das finanças públicas com foco nos contextos nacionais dos PALOP-TL. Do mesmo modo, foi ainda possível formar cerca de 42 membros das OSC e dos media dos PALOP-TL em Storytelling com Dados e Data Inteligence (26-30 de julho e 8-14

de setembro de 2021) que permitiu certificação com equivalência académica de 12 ECTS (2 unidades curriculares), pelo ISCTE-IUL|IPPS, com o objetivo de transmitir os principais conceitos em uso nestas áreas; técnicas e ferramentas básicas utilizadas para desenvolver projetos baseados em dados, desde sua extração, passando pela sua análise; e as narrativas que com eles podem ser construídas, de forma a tornar a sua comunicação mais eficaz.

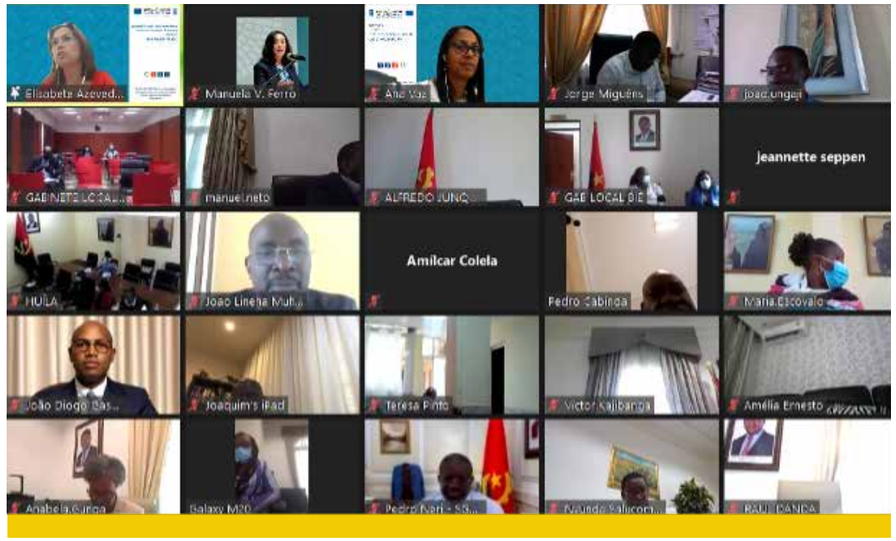
RECURSOS: PÓS-GRADUAÇÕES ACADÉMICAS, ELEARNINGS E PUBLICAÇÕES

Entre 2016 e 2017, no contexto da primeira fase do Pro PALOP-TL ISC, o ISCTE-IUL desenvolveu um **Programa de Pós-Graduação** que se tornou no primeiro programa de gestão de finanças públicas personalizado para responder às necessidades das capacidades de auditoria externa das ISC. Nesse período, foram realizadas duas edições que beneficiaram juízes conselheiros, auditores e quadros do Tribunal de Contas de Angola, mas também deputados e técnicos parlamentares da Comissão Orçamental para o Orçamento e Finanças da Assembleia Nacional de Angola, e ainda quadros superiores de todos os ministérios das finanças dos PALOP.

Pela primeira vez, as instituições estatais do sistema de gestão das finanças públicas em Angola e os ministérios das finanças dos PALOP, beneficiaram de uma formação académica de nível de pós-graduação com créditos letivos reconhecidos internacionalmente, assente na prática profissional e adaptado para responder às necessidades dos profissionais e técnicos no campo do controle externo às finanças públicas. As duas edições do curso foram ministradas em companhia, utilizando uma variedade de técnicas e métodos pedagógicos e de avaliação que asseguraram a aprendizagem e o sucesso. De um grupo de 117 estudantes que frequentaram com sucesso as duas edições, entre os juízes, auditores e técnicos superiores do Tribunal de Contas, parlamentares e técnicos superiores da Comissão de Orçamento do Parlamento de Angola, mas também quadros dirigentes e técnicos superiores dos ministérios das finanças dos PALOP, 52 eram mulheres (44.4%). Na primeira edição da pós-graduação, o método de avaliação privilegiou os trabalhos académicos e a média dos 57 formandos foi de 15.5 valores – com a pontuação máxima a ascender aos 18 valores e a mínima aos 13 valores num total de 20.

Neste contexto, com base numa avaliação muito positiva das duas primeiras edições do curso pelos beneficiários e parceiros do Pro PALOP-TL ISC, uma o relançamento do curso de pós-graduação foi integrado na lógica de intervenção da segunda fase do Pro PALOP-TL ISC. Contudo, no período de março a abril de 2020, após declaração de Pandemia Mundial pela OMS, em fevereiro de 2020, todos os 6 países beneficiários do nosso programa decretaram 'Estados de Emergência" face à pandemia mundial COVID-19. A necessidade de capacitação não desapareceu com a pandemia, apenas passou a necessitar de adaptação ao novo contexto. Nos planos de trabalho existentes todos os beneficiários do programa foram identificados ações para suprir as necessidades declaradas de reforço das suas capacidades técnicas. No atual contexto, com a impossibilidade de providenciar essa capacitação *in loco*, a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) reforçou a oferta online com mais 5 edições do referido curso de pós-graduação em formato digital/online.

Estas novas edições online do curso incluem-se no quadro do **programa de formação académica e capacitação profissional para atores estatais e não estatais dos sistemas de gestão das Finanças Públicas nos PALOP-TL**, assinado com o Iscte - Instituto Universitário de Lisboa / IPPS-Iscte no contexto do Pro PALOP-TL ISC, visando contribuir para uma maior aproximação entre a academia e o contexto das práticas profissionais destas instituições-chave da governação económica e da Gestão das Finanças Públicas, no âmbito da promoção da transparência e fiscalização das contas públicas durante e no período pós-pandemia COVID-19. O cruzamento entre o ensino e métodos académicos com o saber-fazer e práticas profissionais enriquece os primeiros e sistematiza os segundos, para ganho dos que desse cruzamento beneficiam.



À data da submissão do presente relatório, estavam em curso 4 novas edições do curso (o arranque da 5ª edição está previsto para 2022) com resultados parciais muito positivos e que indiciam grande aproveitamento dos formandos. Com 3 edições (das 5 previstas) apresentando uma média de 5 módulos concluídos num total de 8 módulos previstos, a média das classificações é de 15 valores, com uma média de 13% de reprovados num total de 118 formandos (ou seja, um total de 23 formandos reprovaram nas 3 edições que já concluíram uma média de 5 módulos no total de 8 previstos). Para estas 3 edições, mesmo que ainda por concluir, a monitorização da qualidade indicia que:

- Os docentes tiveram uma avaliação média de 90%;
- Os conteúdos programáticos tiveram uma avaliação média de 86%;
- A bibliografia teve uma avaliação média de 84%; e
- O equilíbrio entre a teoria e a prática teve uma avaliação média de 87%.

Uma vez que ainda não foram ainda avaliados os trabalhos académicos para estas 3 edições, não foi possível à data presente elencar as temáticas dos mesmos, nem tampouco as respetivas classificações. Contudo, caso sigam a tendência da 1ª edição, as temáticas identificadas podem ser semelhantes, a saber (lista exaustiva pode ser consultada no Anexo 13):

- A actividade contratual do estado e a fiscalização prévia do tribunal de contas
- Fiscalização preventiva do tribunal de contas nas finanças públicas «contratação pública»
- Fiscalização preventiva dos contratos resultantes do procedimento de contratação simplificada
- O tribunal de contas e a conta geral do estado
- Orçamento público como instrumento para delimitação das despesas públicas
- O impacto do factor humano na gestão do património público
- Adjudicação, os dinheiros públicos e o controlo do tribunal de contas
- A caução incidências nos contratos públicos
- Orçamento público - pagamento de despesas de deslocação
- A prestação de contas como instrumento de controlo e responsabilização
- O orçamento do estado e o controlo financeiro na administração pública
- O controlo financeiro externo do endividamento público pelo tribunal de contas: - tentativa de ensaio para um controlo financeiro externo efectivo e eficaz à luz dos novos paradigmas da boa governança
- O controlo financeiro
- A importância do controlo interno nas organizações
- Orçamento público – sustentabilidade orçamental
- Impacto da emissão do parecer do tribunal de contas à conta geral do estado
- Compras públicas sustentáveis
- A importância da ética na administração pública
- Responsabilidade financeira dos gestores públicos
- “Os contratos de financiamento (crédito) a luz da fiscalização prévia”
- Fiscalização preventiva dos contratos celebrados por empresas públicas
- O visto do tribunal de contas
- O controlo externo a economia, as finanças e a qualidade da construção
- A ética nas finanças públicas “uma abordagem nas despesas públicas 2012 - 2015”
- Fundamentos da política económica e dívida pública
- A fiscalização da contratação pública
- A prestação de contas como garante da boa gestão financeira pública
- Orçamento geral de estado
- Prestação de contas na administração pública - central
- O controlo interno na gestão das finanças públicas
- Controlo interno nas empresas públicas
- O papel da assembleia nacional na fiscalização das finanças públicas
- A importância da ética e deontologiaprofissional no desenvolvimento e capacitação institucional de uma instituição superior de controlo
- Responsabilidade financeira
- O tribunal de contas, o controlo interno e as organizações internacionais de controlo

Este tipo de formação académica tem sido complementado por **cursos de capacitação e nivelamento profissional, em formato online (eLearnings)**. Partindo da base de referência da primeira fase, o Programa redesenhou e atualizou os anteriores cursos num formato interativo, baseados na abordagem *gaming*, para oferecer melhores experiências e resultados de aprendizagem dos utilizadores. Os seis cursos continuam a ser disponibilizados, em português e inglês, totalmente gratuitos, cobrindo temas relacionados com a gestão das finanças públicas e temas transversais da atualidade:

- **Orçamentos Abertos**
- **Parlamentos na Prática: uma introdução**
- **Gestão das Finanças Públicas: Parlamento, Instituições Superiores de Controlo e Sociedade Civil**
- **Indústrias Extrativas e Grandes Obras Públicas**
- **Parlamentos e as Tecnologias de Informação e Comunicação**
- **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Parlamentos e Orçamentos**

Para além do upgrade dos 6 cursos que haviam sido desenvolvidos na primeira fase e estão referidos acima, estão a ser desenvolvidos mais 5 novos cursos com base nas iniciativas de desenvolvimento de capacidades realizadas no contexto da segunda fase, seja em formato presencial (pré-pandemia), seja em formato online (pós-pandemia), nomeadamente:

- **Orçamento Sensível ao Género**
- **Fiscalização Orçamental Efetiva**
- **Gestão das Finanças Públicas nos PALOP-TL em Tempos Covid-19**
- **Contabilidade Patrimonial e Transparência Orçamental**
- **O Papel da Economia Solidária na Pandemia**

Os cursos estão disponíveis, em primeiro lugar, para a comunidade dos atores envolvidos nas iniciativas do Pro PALOP-TL ISC, todas as partes interessadas e seus parceiros, mas também, em segundo lugar, à comunidade global com interesses no domínio da gestão das finanças públicas e da governação económica – estando acessíveis em Português e Inglês. Esta comunidade, nos PALOP-TL, é formada por decisores públicos, juízes conselheiros e auditores das ISC, deputados e parlamentares, sociedade civil, instituições públicas, investigadores, estudantes universitários e toda a comunidade académica.

Trata-se de uma forte aposta do Pro PALOP-TL ISC que visa o reforço de capacidades institucionais e humanas em diversas áreas da gestão das finanças públicas, entre outras, a promoção da transparência e prestação de contas na gestão das contas públicas; a orçamentação sensível ao género e promoção dos ODS por via dos orçamentos públicos; a capacidade de escrutínio das contas públicas, controlo externo das indústrias extrativas e grandes obras públicas, utilização das TIC para a fiscalização e outras funções parlamentares. Os cursos são ainda uma ferramenta de advocacia para uma cidadania mais ativa e consciente ao informar sobre o papel que cabe aos diferentes atores dentro do Sistema de Gestão das Finanças Públicas.

Olhando para as estatísticas disponíveis, não há como não considerar a hospedagem do website[43] e LMS[44] (Learning Management System – online – em atualização) do Pro PALOP-TL ISC na Plataforma AGORA[45] como uma excelente decisão de gestão. As estatísticas mais recentes disponíveis indiciam uma forte exposição internacional dos materiais e trabalho desta Facilidade de Cooperação Sul-Sul e Triangular em que se vêm constituindo as CdP do Pro PALOP-TL ISC, assim como o acesso privilegiado e alargado dos beneficiários e partes interessadas do programa a conteúdos e know-how profissional no domínio parlamentar e da governação produzido em todo o mundo.

43 https://agora-parl.org/pt-pt/pro-palop-tl-sai.

44 https://learn.agora-parl.org/course/index.php?categoryid=4&lang=pt.

45 https://www.agora-parl.org/projects.

Por exemplo, entre dezembro de 2020 e novembro de 2021, registaram-se no portal eLearning do AGORA 526 usuários num total de 1286 registados desde a sua constituição. Desses novos usuários, 156 inscreveram-se em cursos desenvolvidos pelo Pro PALOP-TL ISC (29.6%), dos quais, só entre junho e novembro de 2021, 48 inscreveram-se em países em que o Português não é uma língua oficial – 30.7% dos usuários registados desde novembro de 2020. Por outro lado, 32 usuários registados como sendo de um país de Língua Portuguesa (PALOP-TL, Brasil e Portugal) inscreveram-se, entre junho e novembro de 2021, em cursos que não foram desenvolvidos pelo programa (20.5% de todos os usuários inscritos nos cursos desenvolvidos pelo Pro PALOP-TL ISC) – 28 dos quais podem ter usado cursos traduzidos para Português, mas que não foram desenvolvidos pelo programa. Por fim, de todos os 204 usuários inscritos no período acima referido, 36 registaram-se como sendo de São Tomé e Príncipe, ou seja, 17.6% do total dos inscritos.

No que concerne às visualizações e acesso ao website do Pro PALOP-TL ISC na plataforma AGORA, entre junho e novembro de 2021, o webiste da segunda fase do Pro PALOP-TL ISC esteve entre os 6 links mais visitados na plataforma – apenas ultrapassado por páginas de recursos online. O portal da primeira fase, no mesmo período, esteve entre os 5 links mais visitados no repositório de informação online da plataforma AGORA – mais uma vez, apenas ultrapassado por páginas de recursos bibliográficos. Entre junho e agosto de 2021, Cabo Verde foi o 4º país, enquanto que Moçambique foi o 8º, com mais acessos registados no AGORA – entre setembro e novembro do mesmo ano, Portugal aparece na 10ª posição.

Entre junho e novembro de 2021, as páginas hospedadas no AGORA tiveram 61,608 visitas por 47,077 usuários que usaram seus recursos em 48,807 sessões que duraram em média 36 segundos.

As publicações do Pro PALOP-TL ISC[46] completam este quadro de recursos que estão a ser disponibilizados aos beneficiários do programa e todas as partes interessadas. Dentre elas, destacam-se os **artigos e publicações** (Relatório da CdP dos Atores Estatais do sistema de gestão das finanças públicas nos PALOP-TL – contributo para a Agenda 2030[47] e A Orçamentação Sensível ao Género É Possível: A Metodologia Aplicada pelo Pro PALOP-TL ISC[48]. A estes, juntam-se os guias, manuais e handbooks, assim como pequenas notas informativas e as newsletters.

Estes recursos, assim como o conjunto de produtos e conhecimento agregado pelo programa, estão a ser sistematizados para fazer parte da estratégia de saída e sustentabilidade do projeto.

46 https://agora-parl.org/pt-pt/pro-palop-tl-sai/publicacoes.

47 https://agora-parl.org/pt-pt/pro-palop-tl-sai/articles-publications/relatorio-da-cop-atores-estatais-gestao-das-financas.

48 https://agora-parl.org/pt-pt/pro-palop-tl-sai/articles-publications/orcamentacao-sensivel-ao-genero-e-possivel-metodologia.

MODALIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO – COMPONENTE DE GESTÃO DO PROJETO

As atividades 16 a 19 foram desenhadas com o objetivo de apoiar a gestão corrente do projeto (incluindo a fase inicial e os custos administrativos); assegurar a adequada visibilidade das iniciativas e da parceria entre a UE e o PNUD no contexto do programa, bem como das comunicações com os parceiros do programa; garantir o seguimento e a avaliação eficientes e tempestivos do projeto.

ATIVIDADE GERAL 16: COMUNICAÇÃO E VISIBILIDADE

O Plano de Comunicação e Visibilidade constitui o Anexo VI do acordo de contribuição assinado entre a EU e o PNUD. A implementação das atividades de comunicação e visibilidade são da responsabilidade do PNUD, entidade implementadora, e são financiadas pelos montantes indicados no Anexo III do referido acordo – e no próprio plano.

O Plano de Comunicação e Visibilidade tem um orçamento de funcionamento e, além desse orçamento, foram alocadas linhas orçamentais em cada atividade geral para 'custos de comunicação, visibilidade, audiovisual e impressão'. Esta atividade está detalhada no anexo 3 do presente relatório.

ATIVIDADE GERAL 17: FASE DE ARRANQUE DO PROJETO

Durante esta fase inicial e de arranque do projeto, foram realizadas missões de formulação a todos os PALOP-TL e formulados de forma inclusiva os respetivos Planos de Trabalho Anuais para o período 2019-21 (PTA 2019-21), devidamente orçamentados e calendarizados. Com uma abordagem ancorada em resultados e uma formulação de baixo para cima, os PTAs refletem as necessidades reais e efetivas identificadas em cada beneficiário.

Durante esta fase inicial do projeto, a 'estratégia de saída' foi finalizada, permitindo a atualização do quadro de resultados/quadro lógico (particularmente as linhas de base dos resultados esperados e indicadores) com base nos resultados recolhidos durante a formulação dos PTA – sem interferir com o orçamento global aprovado. Dessas constatações resultou uma proposta de emenda do projeto e do quadro lógico inicial. As principais ações realizadas durante a fase inicial foram, nomeadamente:

- (A17.1) Desenvolvimento de Termos de Referência (TdR) e recrutamento da UGP e/ou todo o pessoal relevante. Esta ação foi realizada com sucesso, não obstante o atraso inicial no estabelecimento da unidade de gestão do projeto.
- (A17.2) Preparação e acordo com todos os intervenientes dos países beneficiários no calendário de missões. Esta ação foi realizada com sucesso, não obstante o atraso na confirmação de algumas missões de formulação, tendo sido realizadas missões em todos os países beneficiários.
- (A17.3) Formulação e aprovação (pelos Comités de Coordenação de País) dos planos de trabalho plurianuais dos países que incluem o período de implementação. Esta ação foi realizada com sucesso, embora o comité de coordenação de país não se tenha reunido para aprovação do PTA em Timor-Leste.
- (A17.4) Atualização do plano de seguimento e avaliação do projeto e da estratégia de saída. Esta ação foi realizada com sucesso, embora tenha sido concluída já depois do período previsto para a fase de implementação.
- (A17.5) Atualização e aperfeiçoamento das 'comunicações e visibilidade' do projeto. Esta atividade está em curso e tem sido realizada com bastante sucesso.

Esta atividade fechou após a formulação inicial dos PTAs no arranque do projeto.

ATIVIDADE GERAL 18: GESTÃO E CUSTOS DO PROJETO

Tal como previsto na secção sobre a Gestão de projetos e os custos administrativos do projeto, Anexo I (Descrição da Ação), a implementação desta atividade geral tem sido feita de forma a assegurar a execução quotidiana do projeto, incluindo a garantia de qualidade e apoio ao projeto, em todos os países beneficiários. Tais ações operacionais e de gestão necessárias à execução do projeto permitiram, entre outros:

- (A18.1) Garantir o início operacional do projeto;
- (A18.2) Configurar as ferramentas e diretrizes administrativas e financeiras do projeto;
- (A18.3) Assegurar a realização das atividades diárias de gestão do projeto;
- (A18.4) Prestar apoio a nível nacional e garantir a implementação do calendário de missões;
- (A18.5) Organização de Comités de Pilotagem (física ou virtualmente) – ainda não foi possível formalmente organizar o comité de pilotagem.

Estas atividades foram realizadas e permitiram assegurar a gestão eficiente do projeto, a garantia de qualidade e o apoio às operações. Os recursos humanos específicos de apoio a essas atividades foram inscritos no orçamento do projeto e descritos no Anexo I do Acordo de Delegação, na rubrica dos **custos administrativos do projeto**.

Desde maio de 2021, a especialista em fiscalização parlamentar e abertura parlamentar foi cedida em *detail assignement*, por usa solicitação e em resultado de um concurso a que a mesma se submeteu e foi selecionada, para exercer novas funções num outro Escritório do PNUD e fora do quadro do Pro PALOP-TL ISC. Em consequência, os custos da sua posição estão a ser revertidos pelo período em causa, devendo ainda ser solicitada uma terceira emenda ao Acordo de Delegação para ajustar o Anexo III.

Tem havido uma **utilização económica dos recursos financeiros e humanos.** Especificamente, os recursos (fundos, recursos humanos, tempo, experiência, etc.) estão a ser alocados estrategicamente para alcançar resultados e com boa relação custo-benefício e que são entregues em tempo útil.

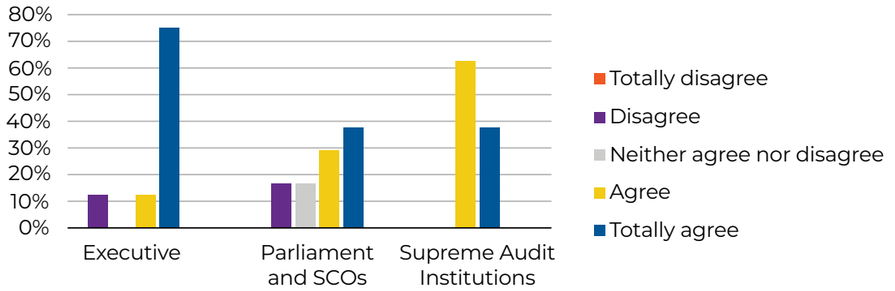
A **gestão e implementação do Pro PALOP-TL ISC tem sido participada**, uma vez que existe um **bom nível de participação das partes interessadas na concepção e implementação** do Programa. Um componente central do Programa é a metodologia de formulação dos PTAs para operacionalização da sua lógica de intervenção e teoria da mudança. Nesse sentido, a metodologia do Programa, desde o seu início, promove um ambiente participativo, inclusivo e "bottom-up". O processo de formulação dos PTAs permitiu uma auscultação sistemática e um diálogo com partes interessadas de alto nível, o que teve efeitos positivos tanto na adaptabilidade e flexibilidade do Programa às mudanças nas necessidades das partes interessadas, como na participação dessas partes interessadas nas várias fases do Programa.

Tal como aconteceu na primeira fase do Pro PALOP-TL ISC, também na segunda fase do Programa, os PTAs foram consistentemente destacados como um fator-chave para a adequação do Programa aos contextos nacionais, coesão entre os múltiplos intervenientes, incluindo a UGP, os principais beneficiários (ou seja, Ministérios das Finanças, ISC, Parlamentos e OSCs) e o principal financiador (ou seja, delegações da UE, SON-FED em cada PALOP-TL), bem como para o envolvimento dos beneficiários nas múltiplas atividades de o programa. Além disso, o processo de formulação dos PTAs gerou boas relações entre a UGP e os quadros dirigentes dos sistemas de gestão das finanças públicas nos PALOP-TL, o que contribuiu para um espírito de confiança entre as partes interessadas. Em projetos que lidam com áreas sensíveis da soberania nacional, a confiança é fundamental. De acordo com vários entrevistados, tanto os PTAs, quanto o compromisso geral da PMU com a discrição, construíram a confiança necessária para um compromisso honesto das partes interessadas com o Programa.

Apesar do envolvimento geral positivo das partes interessadas na gestão e implementação do Programa, algumas partes interessadas sentiram insuficiências no diálogo e na abertura da UGP para responder às suas necessidades. Tal como já foi referido anteriormente, estes formam os casos identificados pela avaliação intercalar do programa em algumas autoridades nacionais em Timor-Leste, bem como no caso de algumas OSC, especialmente em Cabo Verde, que indicaram que o Programa não compreendia suficientemente as suas circunstâncias específicas, nomeadamente no que diz respeito às limitações de recursos humanos.

A apreciação maioritariamente positiva, bem como as perspetivas mais críticas foram capturadas no inquérito efetuado pela referida avaliação. Assim, 77,5% dos inquiridos concordaram ou concordaram totalmente que a sua instituição foi consultada e envolvida na implementação do Programa (ver Figura 8). O acordo foi mais forte nas ISC e instituições executivas, e menor nos Parlamentos e OSCs. Esses dados sugerem que talvez a PMU deva aumentar seus esforços junto às OSCs.

FIGURE 4 – ACHO QUE A MINHA INSTITUIÇÃO FOI CONSULTADA E ENVOLVIDA NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA



Outro fator relevante, que fez parte das lições aprendidas da primeira fase do Programa, diz respeito ao envolvimento estratégico dos escritórios do PNUD no apoio à implementação das atividades a nível nacional. De acordo com a informação recolhida durante as entrevistas da avaliação, a maioria dos beneficiários destacou a contribuição do PNUD no apoio aos vários intervenientes. A avaliação geral positiva é, no entanto, prejudicada pelas dificuldades sentidas em Timor-Leste.

O programa tem usado a **cooperação sul-sul e triangular na implementação das atividades** de forma eficaz. A abordagem do Programa para a cooperação sul-sul e triangular foi altamente valorizada pelos beneficiários. As práticas de cooperação sul-sul promoveram, no ponto de vista dos beneficiários do programa, um espaço de aprendizagem institucional único, onde os países foram expostos a trocas de experiências num ambiente que estimulava a transformação institucional.

As instituições beneficiárias afirmaram que os intercâmbios e experiências em rede com as contrapartes promovidas pelo Programa tiveram resultados positivos: "*A Cooperação Sul-Sul é muito vantajosa para países que têm realidades políticas, económicas e sociais semelhantes e as mesmas necessidades, enquanto a cooperação triangular permite aos países que beneficiam dela entender melhor os contextos de outros países e outras formas de abordar seus problemas e sua própria realidade.*". Isso é especialmente importante para países como a Guiné-Bissau, que apresenta dificuldades estruturais mais profundas, como já foi aqui referido.

A **estratégia de implementação e execução** do programa, incluindo a sua **estrutura de gestão**, tem sido **adequada**, **eficiente e económica**. Ao nível da UGP, há um bom grau de comprometimento e apropriação do Programa. A capacidade técnica e as habilidades sociais da UGP foram destacadas como fatores-chave para o sucesso do Programa, bem como para o estabelecimento de relações interpessoais adequadas e confiáveis com os beneficiários.

Na verdade, a maioria dos beneficiários relata altos níveis de resposta da UGP, o que ficou evidente pela rápida resposta à pandemia COVID-19. Por definição, a UGP foi centralizada em Cabo Verde como uma forma de agilizar a implementação do Programa e fortalecer a sua capacidade de resposta. Em grande parte, a estratégia de centralização da UGP produziu resultados positivos. A avaliação intercalar observou, entretanto, que nos países que estavam atrasados na implementação do Programa, a estrutura centralizada teve menos sucesso. A UGP reconhece essa fragilidade em sua estratégia de implementação e tem desenvolvido esforços para mitigá-la. Somando-se à UGP, as estruturas locais do PNUD apoiam a implementação do Programa, o que também foi apontada como altamente relevante para o sucesso do Programa. A presença administrativa, financeira e física do PNUD nos países PALOP-TL aumentou a eficiência na implementação do Programa. Aqui é relevante notar que a UGP tem sabido usar eficazmente a vasta experiência do PNUD na gestão de programas e projetos, por forma a proporcionar uma vantagem comparativa e reduzir o risco de má gestão.

Os **recursos humanos afetos ao Programa** são adequados, visto que possuem competências técnicas relevantes e vasta experiência profissional nas diversas áreas de implementação do Programa. A composição da UGP consiste nos seguintes funcionários do PNUD: Conselheiro Técnico Principal e Chefe da UGP (CTP); Conselheira Nacional Sénior para o controlo externo da GFP e transparência orçamental; Oficial para a OSG e empoderamento da mulher; Oficial para o monitoramento e avaliação (baseado em Moçambique); Especialista em fiscalização legislativa e abertura parlamentar (atualmente em *detail assignment*); Oficial de Comunicações e Visibilidade; Assistente administrativo e financeiro; e um associado do programa baseado em Timor-Leste.

Como já foi observado, a UGP está centralizada e localizada em Cabo Verde. Essa organização estratégica correspondeu a uma Lição Aprendida na primeira fase do Programa. Durante a segunda fase do Programa, no entanto, as dificuldades de implementação das atividades em Timor-Leste evidenciaram os limites da estratégia centralizada. Como resultado, à data do presente relatório, a UGP já havia tomado medidas para o recrutamento de um membro da PMU dedicado em Timor-Leste, considerando que a implementação do Programa segue uma lógica regional, parece adequada uma estrutura centralizada. No entanto, quando um país beneficiário mostra sinais de divergência em termos de implementação do Programa quando comparado com os seus homólogos, talvez seja benéfico considerar a criação de um oficial de campo da PMU nacional para fornecer assistência adicional, como a PMU acabou por fazer a Timor-Leste.

ATIVIDADE GERAL 19: PLANO DE SEGUIMENTO & AVALIAÇÃO

O seguimento corrente, técnico e financeiro, **da implementação** do projeto tem sido um processo contínuo que integra as responsabilidades da entidade implementadora, ou seja, do PNUD. Para este fim, a UGP estabeleceu um sistema interno de seguimento técnico e financeiro permanente das ações (ver matriz de seguimento no Anexo 2), para além da elaboração dos relatórios periódicos de progresso e o relatório final previstos nas disposições contratuais (Anexos I e II).

A UGP, com apoio dos escritórios do PNUD e parceiros de implementação nos diferentes países beneficiários, tem vindo a documentar o progresso nas linhas de base para cada indicador do projeto. Neste contexto, em concertação com a DUE de Moçambique, por forma a mensurabilidade dos indicadores e metas do projeto, foi decidida uma revisão do quadro lógico para racionalização dos indicadores de impacto (objetivo geral), outcome (objetivo específico) e output (resultado esperado) que será objeto de uma emenda ao contrato.

A UGP deve facilitar a organização dos Comités de Coordenação de País e do Comité de Pilotagem. Os primeiros instrumentos de seguimento foram realizados em todos os países. O segundo instrumento foi realizado a 10 dezembro de 2020 com a participação de todos os países. Devido a situação da pandemia do COVID 19, este instrumento foi realizado virtualmente.

No entanto, deve ser realçado a dificuldade em assegurar a realização atempada e regular destes dois tipos de instrumentos, a saber:

Reuniões semestrais de Coordenação de País e reuniões anuais do Comité de Pilotagem (físicas ou virtuais) para informar sobre o progresso da implementação do projeto e aprovar os resultados da avaliação intermédia. Apenas foram realizadas as primeiras para aprovação dos PTAs – e em Timor-Leste não foi possível realizar o CCP.

Missões de seguimento trimestrais levadas a cabo pela UGP em cada país beneficiário. Ainda não foi necessário realizar estas missões de forma regular.

Plano de avaliação a meio percurso do projeto, que é um exercício limitado e independente para medir resultados e gestão, já está disponível. A avaliação de meio-percurso foi realizada entre setembro e dezembro de 2021, seguindo-se à emenda do programa para uma extensão de 12 meses ao período de implementação.

O plano de seguimento (Anexo 4) foi atualizado e melhorado durante a fase inicial. O objetivo principal do seguimento do projeto é aprender lições e incorporá-las para a melhoria dos projetos atuais e/ou futuros. Todas as atividades do programa estão a ser acompanhadas de perto pela UGP com o apoio das representações do PNUD nos PALOP e em Timor-Leste.

Logo, o **sistema de M&A utilizado garante uma gestão eficaz e eficiente** do Programa e medição de resultados.

Com base nas aprendizagens da Fase 1 do Programa, a UGP fez um esforço para melhorar

o sistema de monitoramento e avaliação. O objetivo era garantir um acompanhamento eficiente dos indicadores do quadro de resultados, bem como a implementação de atividades com os diferentes beneficiários nos diferentes países. Para tanto, foram criados instrumentos de apoio ao sistema de monitoramento, os quais foram disponibilizados para a avaliação.

Esses instrumentos são pertinentes para a gestão do projeto, garantindo que não sobrecarreguem a UGP com procedimentos de monitoramento excessivos. Instrumentos, como uma matriz de M&A e Planos de Trabalho Anuais por país, foram criados para monitorar o progresso em relação aos indicadores e atividades. Por um lado, a matriz de M&A incluía informações sobre as atividades principais, número de beneficiários desagregados por gênero e país, meios de verificação e link para as respetivas metas planejadas. Isso permitiu uma abordagem frequente e sistemática para monitorar o progresso, embora nem sempre seja possível rastrear todos os participantes da atividade por país, a fim de responder aos indicadores desagregados por país na estrutura de resultados (especificamente para algumas atividades de capacitação online). Por outro lado, o PTA possui um nível de detalhamento profundo, que inclui todas as atividades planeadas para cada beneficiário por país, bem como o cronograma correspondente, metas e resultados de atividades e orçamento desagregado por beneficiário.

No que diz respeito aos **mecanismos de coordenação da governança do Programa**, os Comités de Coordenação do País foram planeados para ocorrer duas vezes por ano em cada país beneficiário, enquanto o Comité de Pilotagem seria realizado anualmente. No entanto, a frequência dessas reuniões não se concretizou para nenhum dos dois. Embora os Comités de Coordenação do País sejam relevantes para apoiar o diálogo e o compartilhamento de informações entre a UGP e as entidades beneficiárias no que diz respeito às revisões de progresso, ajuste das atividades do projeto e necessidades emergentes; os Comités de Coordenação podem oferecer oportunidades para discussões estratégicas aprofundadas com a UE como forma de integrar os resultados, fomentar a complementaridade dos projetos e mitigar eventuais problemas. Será necessário aumentar a frequência dessas reuniões estratégicas para capitalizar os ganhos do projeto.

RESPOSTA AO IMPACTO SOCIOECONÓMICO DA PANDEMIA COVID19

Entre março e maio de 2020, a equipa de gestão acordou com a UE a realocação de US$1,000,000.00 para financiar um plano de resposta à pandemia COVID19 abrangendo os 6 países beneficiários do Pro PALOP-TL ISC. O plano foi baseado em iniciativas que visaram mitigar o impacto socioeconómico da pandemia nos SGFP dos 6 países e foi concebido com a participação das partes interessadas (incluindo, em alguns casos, coordenação com as DUE e outros países doadores relevantes e instituições de assistência técnica), teve uma abordagem simultaneamente holística e adaptada à realidade concreta de cada país e instituição beneficiária no contexto da pandemia.

A resposta da UGP, assente nos 3 pilares descritos mais abaixo, foi considerada de alta qualidade e com potencial para contribuir para os esforços de mitigação do impacto socioeconómico da pandemia em todos os países PALOP-TL. Essa resposta foi atempada e eficaz.

Este plano de 3 pilares permitiu (1) abrir espaços de diálogo e discussão de alto nível entre pensadores e influenciadores globais, professores e pesquisadores académicos, formuladores de políticas públicas e decisores políticos nas instituições estatais dos SGFP nos PALOP-TL. Esses serviços de aconselhamento de alto nível contribuíram para os esforços nacionais para fazer face aos desafios resultantes da pandemia COVID19 e para projetar as respostas desses sistemas num mundo emergente volátil-incerto-complexo-ambíguo (VICA). Simultaneamente, (2) o plano foi um veículo para fornecer apoio financeiro e técnico a respostas institucionais de impacto rápido aos atores estatais e não-estatais dos SGFP em cada país dos PALOP-TL para fazerem face aos desafios de funcionamento no contexto resultante das medidas de combate à pandemia COVID-19 (foram alocados, em média, $US100,000.00 por país, num total de $US600,000.00). Por fim, o plano permitiu (3) continuar a implementação de componentes das atividades do projeto que não foram afetados pelo contexto geral da pandemia ou que poderiam ser implementados por meio de abordagens inovadoras – incluindo a organização dos comités de coordenação de país e do comité de coordenação regional do projeto, a implementação do plano de Seguimento e Avaliação, do Plano de Visibilidade e Comunicações e dos Planos Anuais de Atividades, cuja implementação e entrega pôde continuar sendo assegurada online, através de meios e plataformas de comunicação digitais.

A implementação do Programa foi capaz de se adaptar e responder a restrições inesperadas e mudanças nas prioridades nacionais ou outras impostas pela pandemia COVID-19. Essa forte resposta corporativa e capacidade de adaptação pode ter levado a resultados não intencionais.

Como referido anteriormente no contexto do presente relatório, a UGP formulou de forma participada um compreensivo e holístico plano de mitigação do impacto socioeconómico da pandemia (o plano atualizado pode ser consultado no Anexo 11 e o descritivo das atividades que o compõem no anexo 11) que permitiu o ajuste das atividades inicialmente planeadas ao “novo normal” e contexto emergente da pandemia. Foi colocado novo foco em iniciativas de treinamento à distância e à abertura de espaços de diálogo de alto-nível sobre políticas públicas e a sua adaptabilidade ao contexto volátil-incerto-complexo-ambíguo (VICA) que emergia da pandemia; foi feito um rearranjo das atividades para priorizar aquelas que poderiam ser realizadas durante o contexto pandémico; e, finalmente, assegurou-se apoio direto às instituições beneficiárias para fazerem face ao impacto socioeconómico da pandemia.

A COVID-19 causou uma mudança natural nas prioridades nacionais e teve um forte impacto na disponibilidade dos beneficiários para priorizar e participar nas intervenções do Programa. Como tal, o Programa foi altamente eficaz no fornecimento de uma resposta rápida e adequada. A abordagem adotada foi ajustada à realidade local, mantendo o foco nos objetivos do Programa (impacto, outcome e outputs) e sem ter de alterar o quadro lógico – pois este último cenário implicaria uma emenda ao acordo de Delegação. Isto incluiu a adaptação das atividades de formação e capacitação para um formato online (por exemplo, o Curso de Pós-Graduação em Finanças Públicas), bem como o apoio financeiro e técnico a nível nacional, principalmente com o objetivo de responder às necessidades específicas de resposta à crise.

O foco principal foi o fortalecimento da capacidade tecnológica de atores estatais e não estatais para apoiar o funcionamento normal dessas organizações durante a pandemia. Em **Timor-Leste**, o Parlamento beneficiou de um Programa de digitalização completo (construção de instalações para jornalistas no Parlamento (Casa da Comunicação); vídeos de educação cívica para divulgação na TV e nas redes sociais; e ferramentas digitais e formação para funcionários e membros do parlamento). Em **Angola**, o Programa apoiou a aquisição de equipamentos para melhorar o sistema audiovisual do plenário da Assembleia. Em **São Tomé e Príncipe**, foi disponibilizada uma base de dados parlamentar, bem como um plano para uma plataforma integrada de TIC para aumentar a abertura e eficácia legislativa. Em **Cabo Verde** foi melhorada a Plataforma do Sistema Integrado Legislativo e Parlamentar, em **Moçambique**, foi prestado apoio à aquisição de equipamentos informáticos à Comissão de Planeamento e Orçamento para assegurar o exercício de fiscalização e fiscalização legislativa orçamental. Além disso, o Programa produziu o resultado não intencional de melhorar a capacidade digital dos beneficiários. O esforço de adaptação digital das intervenções do Programa foi fundamental, sobretudo porque alguns beneficiários apresentam deficiências estruturais nos seus sistemas digitais. O seguimento mais detalhado das realizações no contexto do plano pode ser consultado no anexo 11 do presente relatório.

GESTÃO DE RISCOS E PISTAS SOBRE A SUSTENTABILIDADE

O PNUD, enquanto executor do projeto, é responsável pela gestão dos riscos, pelo que se encontra sujeito ao Programa de Políticas e Procedimentos de Operações do PNUD, no seio do qual foi desenvolvida uma Matriz de Risco (Anexo 9) para assegurar o devido seguimento e gestão, nos termos da qual as seguintes disposições são aplicadas à gestão dos riscos. Essa matriz resume-se abaixo:

RISCOS	NÍVEL DE RISCO (A/ M / B)	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Degradação da situação política em alguns países beneficiários, com impacto na estabilidade política.	B	Este risco baixou substancialmente.
Falta de disposição dos governos para fornecer dados sobre a execução orçamental ou outros dados relevantes.	B	Este risco continuou muito baixo.
Falta de capacidade dos beneficiários para se envolverem, acompanharem e partilharem os resultados das atividades do programa.	B	A apropriação muito grande das atividades do programa foi constatada pela avaliação, com algumas excepções já referenciadas, mas que não justificam o aumento da classificação.
Instabilidade do governo ou mudança na sua composição pode alterar as prioridades políticas.	M	Este risco mantém-se na Guiné-Bissau, em São Tomé e Príncipe, e em Timor-Leste.
Diferentes níveis de capacidade das partes intervenientes dos diferentes países que participam das atividades do projeto.	B	Este risco não representa qualquer ameaça para a realização das atividades.

PRESSUPOSTOS

O principal pressuposto é o de que o clima político nos países PALOP-TL permanece estável sem sérios problemas de segurança e que há estabilidade, continuidade de políticas e instituições beneficiárias nos países PALOP-TL.

Através de intervenções anteriores, a UE já apoiou a participação da sociedade civil na monitoria do orçamento e isto foi percecionado como uma fonte de risco, em termos da segurança ou capacidade das OSC para desempenhar esse papel sem o assédio das autoridades. Presume-se, portanto, que o mesmo clima de transparência continuará a vigorar nos países PALOP-TL.

No que diz respeito à **sustentabilidade do Programa**, a UGP terá ainda de desenvolver de forma inclusiva uma estratégia de saída mais específica, cuja abordagem de implementação vise a promoção de resultados sustentáveis – como notado pela avaliação intercalar. No entanto, a sustentabilidade vem sendo promovida, em primeiro lugar, através da adoção de uma abordagem flexível e participativa para identificar as ações dos PTAs, de acordo com as necessidades das instituições. Esse tipo de abordagem tem garantido uma participação efetiva dos beneficiários, promovendo uma maior apropriação dos resultados. O alinhamento do Programa com as estratégias e políticas públicas setoriais e nacionais (por exemplo, a Reforma das Finanças Públicas em São Tomé e Príncipe), indica que está a responder às necessidades estruturais dos países beneficiários, o que é para garantir que os resultados sejam sustentados em a longo prazo.

Da mesma forma, a promoção de reformas institucionais e jurídicas nos países (por exemplo, inclusão da abordagem de género no processo orçamental) garante que as reformas relacionadas às finanças públicas sejam institucionalizadas nos países. Esta é também uma realidade para o ecossistema das OSC, uma vez que a criação da Plataforma Orçamental Online da Sociedade Civil PALOP-TL, juntamente com um Programa de Capacitação, visa capacitar as OSCs para usar e promover a plataforma como um instrumento para melhorar a transparência orçamental e responsabilização após o término do Programa. Como o Programa só recentemente lançou esta iniciativa, uma análise mais aprofundada de sua contribuição para a sustentabilidade deve ser avaliada na avaliação final.

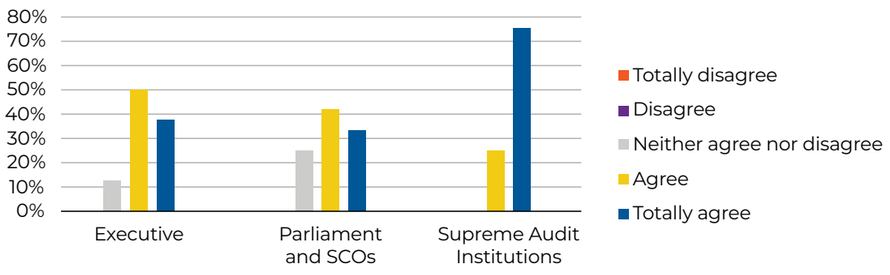
Uma das principais atividades planeadas pela UGP é a criação de um hub de conhecimento com os diversos recursos criados ao longo da implementação do Programa, como webinars, vídeos, publicações, entre outros. Essa memória institucional visa capitalizar todo o conhecimento relevante coletado, criando um polo para as instituições e o público.

Além disso, a formação de servidores propiciou a criação de uma massa crítica que irá reter as competências transferidas pelo Programa bem após seu término. A este respeito, deve ser destacado que o Programa disponibilizou os seus múltiplos recursos online, incluindo cursos de eLearning. Eles podem ser usados para treinar recursos humanos após a conclusão do Programa Embora várias instituições em todos os países beneficiários indicaram que haveria várias vantagens em continuar o Programa, uma estratégia de saída delineada deve ser discutida com os beneficiários do projeto para garantir que eles tenham sido adequadamente capacitados para realizar os resultados do Programa, garantindo seu compromisso, bem como uma transição rápida.

O Programa está a usar metodologias de desenvolvimento de capacidade adequadas para garantir a transferência eficaz de conhecimentos, instrumentos, técnicas e meios de gestão de conhecimento para as partes interessadas do Programa. Isso tem contribuído para reforçar a apropriação e o engajamento dos beneficiários.

Em termos de **sustentabilidade institucional**, os resultados da avaliação intercalar mostram que o foco do Programa na capacitação dos atores da gestão das finanças públicas melhorou o conhecimento e aptidões individuais, assim como as capacidades institucionais, como já foi referido mais acima nos pontos sobre os recursos disponibilizados pelo programa. De acordo com as respostas ao inquérito, as metodologias utilizadas pelo Programa garantiram uma transferência eficaz de conhecimentos (83% dos respondentes concordam ou concordam totalmente com essa afirmação - ver Fig. 5[49]), especialmente para as ISC, o que indica perspetivas de sustentabilidade promissoras.

FIGURE 5 – AS METODOLOGIAS USADAS PELO PROGRAMA ASSEGURAM A TRANSFERÊNCIA EFETIVA DE CAPACIDADES E CONHECIMENTOS EM GFP A MIM E AOS MEUS COLEGAS NA MINHA INSTITUIÇÃO



O nível de apropriação nacional e institucional também é bastante positivo. 87% dos entrevistados se sentem motivados e preparados para manter os ganhos e realizações na sua instituição após o fim do Programa. A partir das entrevistas, três elementos-chave são referidos como cruciais para garantir a apropriação pelos beneficiários: forte adesão dos beneficiários, dada a sensibilidade política ligada à governança nacional; a forte articulação com as necessidades das instituições e as práticas de partilha do conhecimento entre os diferentes atores estatais e não estatais.

49 Acessível no portal da avaliação intercalar do programa - https://datastudio.google.com/reporting/2ad63ab8-6797-4375-a28f-036acac173a2/page/ulffC.

O foco do Programa em advocacy para influenciar a formulação de políticas vem se revelando uma grande oportunidade para promover a transformação sustentável da GFP nos PALOP-TL. As reformas institucionais e legais das finanças públicas visam assegurar a sustentabilidade a longo prazo dos resultados alcançados nos países beneficiários. Tal foi promovido não só pelas atividades de formação, mas também através da criação de planos estratégicos institucionais direcionados para alguns beneficiários, nomeadamente ARAP[1] e IGF[2] em Cabo Verde, Tribunal de Contas da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, e o Assembleia Nacional em São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde.

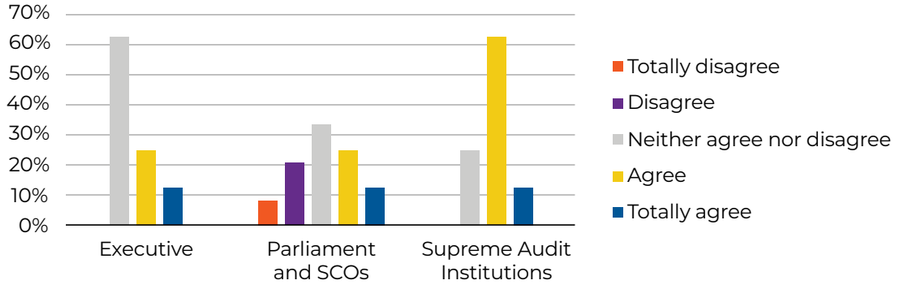
1 Autoridade para a Regulação das Aquisições Públicas.

2 Inspeção Geral das Finanças.

O apoio prestado em plataformas tecnológicas, hardware e software, também foi fundamental para apoiar as reformas institucionais a longo prazo.

No entanto, foram identificados riscos para a sustentabilidade financeira de alguns resultados do Programa. No caso do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau, o Programa é um dos principais fornecedores de apoio financeiro e técnico, o que significa que este beneficiário terá dificuldades após o fim do Programa. Além disso, os recursos humanos das entidades beneficiárias de Timor-Leste são insuficientes para garantir o comprometimento com as atividades do Programa, bem como para acomodar os resultados. Isso compromete as dimensões de eficácia e sustentabilidade nessas instituições. A este respeito, 45% dos entrevistados pela equipa de avaliação acreditam que os recursos financeiros e económicos de sua instituição estão disponíveis para sustentar os benefícios alcançados pelo Programa, enquanto 38% não concordam nem discordam e 18% discordam dessa afirmação – Fig. 6.

FIGURE 6 – OS RECURSOS FINANCEIROS E ECONÓMICOS DISPONÍVEIS SÃO SUFICIENTES PARA MANTER AS REALIZAÇÕES DO PROGRAMA NA MINHA INSTITUIÇÃO



Para além das questões económicas e de recursos, a sustentabilidade de Programas como o Pro PALOP-TL ISC depende do empenho dos decisores políticos. A capacitação de pessoal técnico permite aos países, se assim o desejarem, implementar reformas institucionais que conduzam a níveis mais elevados de governança. A direção política é essencial para impulsionar e apoiar as mudanças institucionais – DAC (Direção-Alinhamento-Comprometimento). As evidências recolhidas sugerem que existe um bom alinhamento entre os objetivos nacionais e os objetivos do Programa, no entanto, mudanças políticas dramáticas podem travar o progresso e reduzir as condições necessárias para ferramentas de governança eficazes.

A abordagem do Programa para a cooperação sul-sul e triangular tem promovido um intercâmbio de conhecimentos e experiências que, de outra forma, não teria ocorrido. Estas trocas oferecem oportunidades para que os diferentes beneficiários aprendam uns com os outros e compartilhem as melhores práticas. Essas experiências de rede foram identificadas como relevantes para fortalecer ainda mais o diálogo entre os atores das finanças públicas nos países beneficiários, bem como entre entidades congéneres nos diferentes países. Além disso, recorrendo a entidades e redes internacionais e regionais existentes, como a OISC / CPLP, AFROSAI (Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo em África), o Tribunal de Contas em Portugal, a UTAO (Unidade Técnica Orçamental da Assembleia da República de Portugal), entre outros, irá potenciar a sustentabilidade das práticas nos países beneficiários, bem como a diálogo interinstitucional e formação contínua.

QUESTÕES TRANSVERSAIS

A **igualdade de género**, a abordagem baseada nos direitos humanos e a boa governança são elementos centrais da concepção e planeamento do Programa. O Programa está alinhado com a Agenda 2030, contribuindo para a aceleração do progresso no cumprimento das metas para o ODS 5 (Alcançar a igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e mulheres jovens) e ODS 16 (Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando acesso universal justiça e construção de instituições eficientes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis). Outrossim, a lógica de intervenção está alinhada com as quatro áreas prioritárias para a transversalização da igualdade de género na Estratégia de Igualdade de Género do PNUD 2018-2021; bem como o Plano de Ação da União Europeia para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres; e as políticas nacionais dos PALOP-TL sobre igualdade de género.

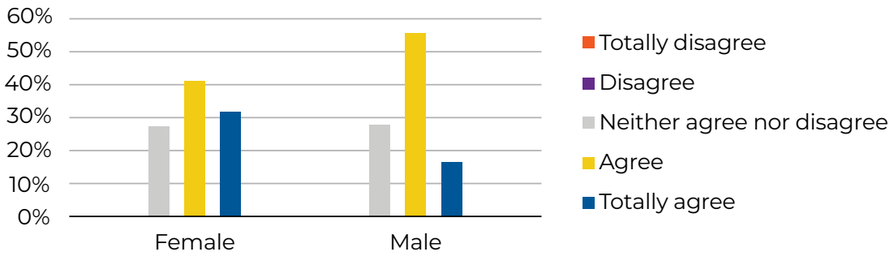
Por outro lado, embora a estrutura de resultados (quadro de resultados) não desagregue os indicadores de género para as linhas de base e metas, os instrumentos de monitoramento foram capazes de registar dados sistemáticos sobre género ao nível dos beneficiários, por ano. Nesse sentido, o projeto tem integrado uma abordagem de género em todos os seus componentes, fortalecendo as capacidades dos atores da GFP para defender e aplicar abordagens orçamentais sensíveis ao género, promover o controlo externo, a fiscalização parlamentar e monitoria social dos recursos públicos efetivamente alocados e eficientemente implementados para promover as políticas e metas nacionais de igualdade de género.

Os resultados mostram que o Programa preconiza a inclusão de uma abordagem de género nas práticas de governação económica nos PALOP-TL, influenciando a integração do género no processo orçamental como uma ferramenta para melhorar a governação e transparência. A metodologia de OSG foi introduzida com muito sucesso em todos os países beneficiários, levando a reformas de políticas em alguns países. Foi este o caso da introdução de orçamentos sensíveis ao género em Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Conforme descrito por um dos beneficiários entrevistados no contexto da avaliação intercalar do programa: *"A evolução do orçamento em termos de género foi enorme. O contributo do Programa para a sensibilização foi muito forte"*.

A integração de género também foi promovida por meio de treinamento em OSG para quadros dirigentes e técnicos dos Ministérios das Finanças, ISCs, Parlamentos (Administração e Comissões Parlamentares Orçamentais, Redes e Grupos de Mulheres Parlamentares) e OSCs. O treino aumentou o escrutínio e a fiscalização legislativos das questões de género.

Conforme descrito ao longo deste relatório, o Programa contribuiu igualmente para o fortalecimento da **boa governação económica** nos países PALOP-TL, através da melhoria do ecossistema de GFP, nomeadamente capacidades institucionais de transparência, prestação de contas e inclusão para atores estatais e não estatais. De acordo com a pesquisa realizada pela equipe de avaliação, 73% dos entrevistados concordam ou concordam totalmente que o Programa contribuiu para melhorar a igualdade de género, os direitos humanos e / ou a boa governança em seu país (ver Fig. 7).

FIGURE 7 – O PROGRAMA CONTRIBUIU PARA MELHORAR A IGUALDADE DE GÉNERO, DIREITOS HUMANOS E BOA GOVERNANÇA NO MEU PAÍS



Por fim, a intervenção do Programa garantiu a representação adequada das mulheres nas suas atividades. De acordo com as informações recolhidas pelo instrumento de seguimento, 54% dos beneficiários do programa eram mulheres, enquanto 46% eram homens (ver Tabela 7).

TABELA 7 – PARTICIPANTES NAS ATIVIDADES DO PROGRAMA POR GÉNERO

ANO	F	M	TOTAL	% F	% M
2019	773	972	1745	44%	56%
2020	432	581	1013	43%	57%
2020	2319	1681	4000	58%	42%
2021	908	468	1376	66%	34%
Total	**4432**	**3702**	**8135**	**54%**	**46%**

Embora não tenha sido uma questão transversal inicialmente identificada, a implementação do projeto fez emergir a inovação como uma importante questão transversal. Para o efeito, foi realizada uma análise do potencial de transversalização da inovação nos produtos e metodologias do projeto. Em 2022 essa estratégia será atualizada como um dos elementos da estratégia de saída do Programa.

SEÇÃO III
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Devido ao despoletar da pandemia COVID19 em março de 2020 e seu impacto em todo o mundo, o projeto foi revisto para incorporar as medidas de mitigação do referido impacto nos países beneficiários e, em julho de 2021 foi assinada uma emenda ao Acordo de Delegação entre o PNUD e a União Europeia. A emenda visou estender o período de implementação por 12 meses e aumentar a contribuição da União Europeia em 341,160.00 USD50 para promover iniciativas de diálogo de políticas públicas focadas nas respostas dos sistemas de gestão das Finanças Públicas ao impacto socioeconómico da pandemia nos PALOP-TL.

No total, os custos do Programa são estimados em 9.261.016 USD51. Este montante é financiado pela UE e pelo PNUD. A contribuição financeira da UE é de 9,154,460 USD52, distribuída da seguinte forma:

50 300,000.00 €, à taxa de câmbio contractual), à taxa de câmbio contractual - € 1,1372.

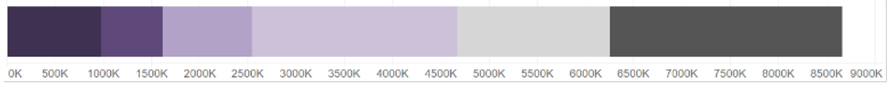
51 8,143,700,32€, à taxa de câmbio contractual – idem.

52 8,050,000 €, à taxa de câmbio contractual – idem.

1. Contribuição da UE para os custos diretos (implementação das atividades): 8,555,835,65 USD;
2. e 2) 7 % dos custos indiretos elegíveis (calculados sobre a execução da contribuição da UE para os custos diretos): 598,624.35 USD.

À data de submissão do presente relatório, já haviam sido desembolsados dois dos três pré-financiamentos previstos por um montante total de 6,255,608.00 USD, ou seja, 68.33% da contribuição total da UE e 67.56% do orçamento total do Programa. Dos desembolsos recebidos, o Programa já executou, desde o seu início em novembro de 2018, 4,688,187.89 USD, o que corresponde a 50.41% do orçamento total, ou 74.63% dos dois desembolsos da EU. O Programa ainda tem um ano para concluir a implementação das atividades (até novembro de 2022), e mais seis meses (maio de 2023) para realizar o fecho operacional e financeiro do Programa.

FIGURE 8– EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (NOVEMBRO 2018/OUTUBRO 2021)



	USD	% DO ORÇAMENTO TOTAL
Orçamento Total	$ 9 261 016 ,00	100%
Pré-financiamentos recebidos	$ 6 255 608 ,00	67.55%
Execução orçamental	**$ 4 688 461,38**	**50.41%**
Output 4 (Programme Management)	$ 2 120 984,75	22.90 %
Output 1	$ 986 210,93	10.65 %
Output 3	$ 930 613,43	10.05 %
Output 2	$ 630 652,27	6.81 %

Como se pode constatar pela execução orçamental, 27.51% das despesas são decorrentes da implementação das atividades nos 3 outputs – enquanto 22.90% resultam dos custos de gestão, de que fazem parte as missões de formulação dos PTAs durante a fase de arranque do projeto, a equipa de especialistas da UGP e os custos de escritório/funcionamento, comunicação e visibilidade, monitoria e seguimento (incluindo a avaliação intercalar independente dos resultados).

FIGURE 9– DESPESA REAL PERÍODO REPORTADO (MARÇO 2020/OUTUBRO 2021)

	DESPESA EM USD
Execução orçamental	**$ 3,743,918.00**
Total dos custos indiretos elegíveis	$ 247,401.00
Obrigações contratuais	$ 610,817.00
Output 4 (Programme Management)	$ 1,329,518.00
Output 1	$ 605,414.00
Output 3	$ 534,909.00
Output 2	$ 415,859.00

A execução financeira do Programa foi fortemente impactada pela pandemia COVID-19. Devido às restrições de viagens e eventos presenciais, o Programa teve que adaptar algumas de suas atividades para o formato online. Consequentemente, algumas atividades que exigiram deslocações e outros custos logísticos não puderam ser efetuadas, nomeadamente visitas de campo e ações de formação. A adaptação permitiu ao Programa aumentar o número de atividades implementadas, ao mesmo tempo que reduzia os custos de implementação, o que explica a aparente baixa execução financeira, face ao elevado nível de implementação de atividades do Programa.

No entanto, os custos fixos relacionados com a operacionalização do programa (custos de gestão acima referidos) não foram e nem serão afetados por este contexto. Muito pelo contrário, esses custos estão a ser impactados pelo contexto macroeconómico e as variações de certos fatores, como a inflação e aumento generalizado dos preços de bens e serviços.

Nesse contexto, a 11 meses do fim do período de implementação do programa (ao que acrescem 6 meses para fecho financeiro), 68% do orçamento total previsto para a gestão e custos de escritório (atividades 16 a 19 – comunicação e visibilidade, fase de arranque, gestão e custos de escritório, e monitoria e avaliação) já foram executados. Em contrapartida, apenas 43% do orçamento total previsto para os 3 outputs foi executado.

Assim, o último ano do programa permitirá à UGP, paralelamente à execução dos PTAs, concentrar esforços e recursos financeiros na operacionalização de uma ambiciosa estratégia de saída e sustentabilidade, apostando fortemente na constituição de um repositório de conhecimento, know-how e recursos, em Português e em Inglês, de elevada qualidade académica e profissional, internacionalmente reconhecida.

Para efeitos de solicitação do avanço do terceiro e último pré-financiamento, em linha com o previsto no Art.19 i) e ii) das Condições Gerais do Acordo de Delegação, estão reunidas as condições para a solicitação do referido pré-financiamento, como se poderá constatar pelo reporte financeiro (Anexo 8, Quadro de Despesas).

- (i) 1º Pré-financiamento: $2,888,954.00
- (ii) 2º Pré-financiamento: $3,366,654.00

- (iii) Total recebido: **$6,255,608.00**

- (iv) Execução: **$4,668,461.38**
- (v) Obrigações contratuais: **$610,816.96**

- **(vi) Total Execução:** **$5,279,278.34** [100% (i) + 71% (ii)]

Assim, à data de submissão do presente relatório, conforme quadro de despesas em anexo, haviam sido executados 100% do 1º pré-financiamento e 71% do 2º pré-financiamento, se tivermos em consideração as despesas esperadas contratualizadas, nomeadamente contratos de serviços, ordens de pagamento, contratos com consultores.

A UGP está confiante de que até o final do Programa, a maior parte do orçamento será executado, tendo em conta a tendência para melhoria da situação pandémica, permitindo viagens e a realização de eventos presenciais, bem como na criação de um polo de conhecimento exaustivo com os diversos recursos gerados ao longo da implementação do Programa. Assim, a execução financeira de 54% do orçamento total expressa uma progressão normal, dado que mais de um ano do Programa foi implementado durante a pandemia COVID-19 e consequente restrição.

CONCLUSÕES & LIÇÕES APRENDIDAS PRELIMINARES

As conclusões preliminares, considerando que ainda 11 meses para o fecho operacional, sugerem que o Programa é altamente relevante no contexto dos PALOP-TL. Particularmente os indicadores OBI e WGI coletados sugerem a necessidade estrutural de intervenção na governança económica. O Programa está alinhado com as estratégias setoriais e nacionais dos países PALOP-TL, o Plano Estratégico do PNUD, bem como os ODS. O alinhamento é perceptível tanto nas estratégias e planos nacionais antigos como nos recém-elaborados, o que indica que o Programa está a dar resposta às necessidades estruturais dos países beneficiários.

Além disso, os beneficiários em todos os países expressaram claramente o desejo de continuação do Programa, o que indica ainda mais a relevância do Programa – ver Recomendação dos Presidentes das ISC da CPLP (Anexo 14). O envolvimento (aceitação) de quadros dirigentes e decisores políticos do ramo executivo e o desenvolvimento dos PTAs tem promovido a participação dos beneficiários na formulação de atividades, indicadores e linha de base; garantindo a relevância, adequação e coerência do Programa.

A maioria das organizações beneficiárias, particularmente as ISC, Parlamentos e Executivos - relataram que a UGP interpretou corretamente as necessidades dos beneficiários e elaborou o Programa de forma a dar respostas adequadas a essas demandas. No entanto, alguns beneficiários, em particular os da sociedade civil de Cabo Verde, relataram que não estavam suficientemente envolvidos na fase de concepção. Deve haver um esforço adicional da UGP em encontrar novas formas de articulação e envolvimento dessas instituições, tentado responder às suas "reivindicações", sem prejuízo da lógica de intervenção e teoria da mudança do programa – mesmo que isso passe por uma identificação de novos parceiros dentre as OSC.

O Programa tem contribuído para melhorar a governança económica na região dos PALOP-TL. De facto, foi identificada como uma boa prática no âmbito da cooperação PALOP-TL, tendo conseguido estabelecer relações institucionais positivas e de confiança com os beneficiários nos diferentes países. Outrossim, o Programa tem sido bem-sucedido em seus esforços de advocacia para promover a transformação institucional, por meio de reformas jurídicas e institucionais. Está a promover uma mudança de paradigma em matéria de transparência orçamental, nomeadamente através da promoção da OSG, bem como da promoção dos ODS nos SGFP. O diálogo e os canais de cooperação e comunicação entre os atores das finanças públicas dos países beneficiários foram fortalecidos por meio da Cooperação Sul-Sul. O progresso em direção às metas de resultados do Programa é positivo e a maioria dos indicadores tem potencial para ser alcançada até o final do Programa.

No entanto, a avaliação intercalar do Programa identificou alguns constrangimentos, nomeadamente as elevadas taxas de rotatividade dos deputados, com diminuição da disponibilidade para as atividades tanto em Cabo Verde (2021), como em Moçambique, devido aos processos eleitorais mais recentes (2019); instabilidade política na Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste entre 2019 e 2020; mudanças de chefias nas ISC em Moçambique (2020) e São Tomé e Príncipe (2021) e falta de responsividade dos beneficiários em Timor-Leste. O impacto durável da pandemia COVID19 na vida das pessoas e instituições no mundo e nos países beneficiários. Entretanto esta situação está completamente ultrapassada no contexto do PTA 2022 que está a ser formulado – à excepção das questões que derivam da volatilidade-incerteza-complexidade-ambiguidade relacionadas com a pandemia.

A estratégia de implementação e execução do Programa é adequada e eficiente. Ao nível da PMU, há um bom grau de comprometimento e propriedade. A capacidade técnica e as habilidades sociais da UGP foram destacadas pelos parceiros do programa entrevistados no contexto da avaliação intercalar, como fatores-chave para o sucesso do Programa, bem como para o estabelecimento de relações interpessoais adequadas e confiáveis com os beneficiários.

Na verdade, a maioria dos beneficiários relata altos níveis de resposta da PMU, o que ficou evidente pela rápida resposta à pandemia COVID-19.